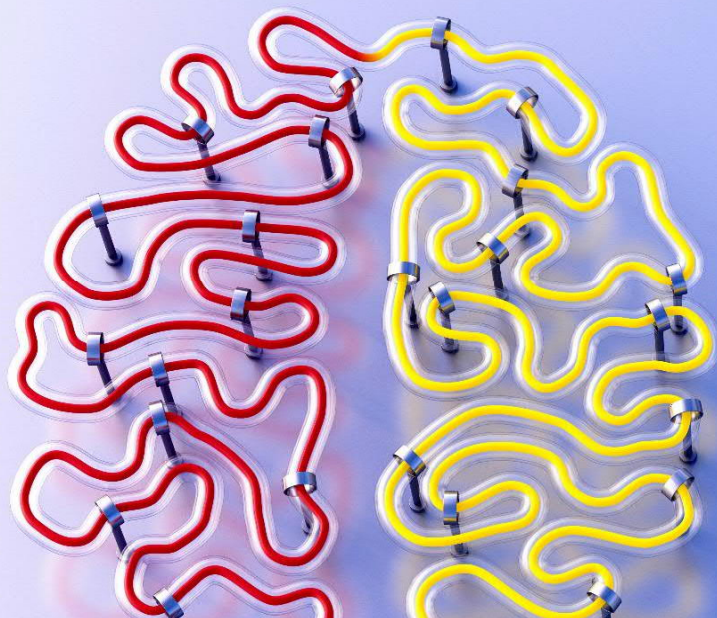


Estudo Especializado sobre o Mercado de Trabalho e Actividades Económicas

Relatório Final

Fevereiro de 2021



O presente Estudo foi realizado para o Projecto RETFOP - Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional de Angola (FED/2017/387-453), financiado pela União Europeia e implementado pelo Camões, I.P. Instituto da Cooperação e da Língua e pela Expertise France.

Os conteúdos são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Nem o Camões, I.P. nem a Expertise France ou qualquer indivíduo agindo em seu nome é responsável pela utilização que possa ser dada às informações que se seguem. As designações e a apresentação dos materiais e dados usados neste documento não implicam a expressão de qualquer opinião da parte do Camões, I.P., da Cooperação Portuguesa, da Expertise France ou dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de França relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou suas autoridades, bem como a expressão de qualquer opinião relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. A referência a projectos, programas, produtos, ferramentas ou serviços específicos não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pelo Camões, I.P. ou pela Expertise France, concedendo-lhes preferência relativamente a outros de natureza semelhante, que não são mencionados ou publicitados.

Índice

Sumário Executivo.....	7
1. Introdução	9
1.1. Quadro de mudança em Angola	9
1.2. Projecto RETFOP	10
1.3. Objecto do estudo.....	11
2. Metodologia	13
2.1. Etapas fundamentais do projecto.....	13
2.1.1. Etapa 1. Dinâmica macroeconómica de Angola	14
2.1.2. Etapa 2. Evolução do mercado de emprego angolano.....	15
2.1.3. Etapa 3. Análise das “famílias profissionais”	15
2.1.4. Etapa 4. Selecção de grupos de profissões	16
2.2. Recolha e fontes de Informação.....	16
3. Dinâmica macroeconómica de Angola	19
3.1. O contexto macroeconómico.....	19
3.1.1. O contexto passado	19
3.1.2. O contexto actual	21
3.1.3. Projecções futuras	23
3.2. Análise sectorial	26
3.2.1. Tecido empresarial angolano – distribuição geográfica e demografia das empresas	26
3.2.2. Estrutura sectorial do emprego e valor acrescentado.....	29
3.2.3. VAB, emprego e produtividade – principais tendências	31
3.2.4. Comércio externo em Angola	34
4. Evolução do mercado de emprego angolano	36
4.1. Caracterização do mercado de trabalho e principais tendências.....	36
4.1.1. Caracterização da população activa, empregada e desempregada	37
4.1.2. Informalidade do mercado de trabalho angolano	39
4.1.3. Especialização sectorial e regional do mercado de trabalho e tendências do mercado de trabalho	40
4.2. Caracterização da procura empresarial e dos perfis técnicos.....	43
5. Análise das “famílias profissionais”	52
5.1. Grupo funcional.....	52
5.2. Família funcional / profissional.....	53
6. Selecção de grupos de profissões	61
6.1. Conceitos relevantes	61
6.2. Profissões em Angola	62
6.3. Principais profissões por sector económico	62
7. Conclusão.....	63
Bibliografia	64
Anexos.....	66
A1. Enquadramento Macroeconómico	66
Contexto passado	66
Contexto actual	70
Projecções futuras.....	72
Dinâmicas setoriais transversais.....	72
A2. Profissões por Famílias Profissionais	77
A3. Grupos de Profissões	83

Índice Tabelas

Tabela 1. Fontes de informação preliminares identificadas	17
Tabela 2. Projecções económicas para a economia angolana 2021-2023	24
Tabela 3. Natalidade e mortalidade de empresas por sector de actividade em Angola 2018 e 2019 ...	27
Tabela 4. Empresas existentes em Angola por província por situação perante a actividade 2019.....	28
Tabela 5. Exportações de bens e serviços (milhões de US\$) 2012-2019	34
Tabela 6. Importações de bens e serviços (milhões de US\$) 2012-2019	35
Tabela 7. Principais indicadores demográficos de Angola 2014 e 2015	36
Tabela 8. Resumo dos principais indicadores do mercado de trabalho angolano 2019	37
Tabela 9. Caracterização da população empregada por cada sector de actividade, de acordo com o nível de ensino frequentado 2019	38
Tabela 10. Caracterização do mercado de trabalho angolano em 2019, por província e sector de actividade.....	40
Tabela 11. Quociente de Localização em Angola, em 2019.....	41
Tabela 12. Lista dos 54 Produtos Abrangidos pelo PAC.....	49
Tabela 13. Perspectivas de evolução sectorial na economia angolana	50
Tabela 14. Caracterização dos Grupos Funcionais dos Grandes Contribuintes	52
Tabela 15. Identificação das Famílias Profissionais de acordo com os sectores de actividade económica de Angola	54
Tabela 16. Níveis de Competências.....	61
Tabela 17. Associação dos Grandes Grupos de Profissões e Competências	62

Anexos

Tabela A 1. Indicadores do mercado petrolífero 2019-2020	70
Tabela A 2. Projecções económicas para a economia angolana 2020	71
Tabela A 3. Identificação das Principais Profissões Específicas por Família Profissional	77
Tabela A 4. Caracterização da Divisão dos Grupos de Profissões de Angola	83

Índice Figuras

Figura 1. Estratégia de transformação da economia angolana.....	10
Figura 2. RETFOP Objectivos Específicos	11
Figura 3. Estudo Especializado sobre o Mercado de Trabalho e Actividades Económicas de Angola	12
Figura 4. Abordagem metodológica geral	13
Figura 5. Etapas do trabalho	14
Figura 6. Visão geral da agenda de reformas económicas em Angola no período 2017-2022	20
Figura 7. Necessidades de investimento em infraestruturas em % do PIB 2016-2040.....	25
Figura 8. Posição angolana no ranking Doing Business 2020	44
Figura 9. Eixos de actuação e políticas específicas do PDN 2018-2022	47
Figura 10. Iniciativas transversais e iniciativas por fileiras e <i>clusters</i> do PRODESI.....	48
Figura 11. Perfil de profissões do sector de Agricultura, floresta e pescas.....	55
Figura 12. Perfil de profissões da Indústria.....	56
Figura 13. Perfil de profissões do sector do comércio	57
Figura 14. Perfil de profissões do sector dos serviços da saúde.....	58
Figura 15. Perfil de profissões do sector das tecnologias da informação e comunicação.....	58

Índice Gráficos

Gráfico 1. Indicadores económicos de elevada frequência da economia angolana 2019-2020	22
Gráfico 2. Contributo das províncias angolanas para o número de empresas do país 2019.....	27
Gráfico 3. Composição do tecido empresarial angolano de acordo com a dimensão das empresas, por sector de actividade 2019	29
Gráfico 4. Estrutura produtiva angolana em termos de número de empresas e VAB 2016-2019.....	30
Gráfico 5. Contributo de cada sector de actividade para a evolução do VAB (a preços constantes de 2015), em mil milhões de US\$ 2016-2025	31
Gráfico 6. Previsões para o VAB, emprego e produtividade 2019-2024.....	32

Gráfico 7. Contributo de cada sector de actividade para o aumento do número de postos de trabalho esperado 2016-2024	42
Gráfico 8. Empresas candidatas a desenvolver actividades em polos industriais	45
Gráfico 9. Propostas de Investimento Privado por sector económico	46

Anexos

Gráfico A 1. Cotação do Brent e das ramas angolanas (US\$/barril) 2013-2019	66
Gráfico A 2. Exportações petrolíferas, PIB e actividade do sector petrolífero em Angola 2013-2019..	67
Gráfico A 3. Receitas fiscais e do saldo orçamental do Governo Central angolano 2013-2019.....	67
Gráfico A 4. Dívida do Sector Público angolano 2013-2019	68
Gráfico A 5. Saldo da balança comercial e corrente em Angola 2013-2019.....	68
Gráfico A 6. Taxa de câmbio oficial da moeda angolana (média, Kwanzas por US\$) 2013-2019.....	69
Gráfico A 7. Montante de reservas internacionais brutas em Angola 2013-2019	69
Gráfico A 8. Inflação em Angola 2013-2019	70
Gráfico A 9. Projecção da cotação do petróleo 2020-2023	72

Sumário Executivo

O presente *estudo especializado sobre o mercado de trabalho e actividades económicas de Angola* enquadra-se no âmbito das actividades do projecto RETFOP – Revitalização do Ensino Técnico e Profissional em Angola, um projecto financiado pela União Europeia (Convenção de Financiamento AO/FED/038-134), com vista a apoiar a modernização do sistema de ensino técnico e formação profissional de Angola.

O foco do trabalho incide na análise da dinâmica das actividades económicas, mercado de emprego e áreas profissionais de forma a possibilitar a definição de possíveis cenários de desenvolvimento económico, e, por conseguinte, do aumento da procura de emprego qualificado, condição essencial para a definição de necessidades ulteriores em termos de domínios e das áreas profissionais.

Da análise realizada, confirma-se que a economia angolana tem revelado uma forte dependência das indústrias extractivas, o que se tem traduzido num conseqüente reduzido valor acrescentado gerado nas indústrias transformadoras e nas actividades agrícolas, bem como em outras actividades da economia angolana.

São vários os documentos estratégicos que definem propostas de alteração da estrutura produtiva angolana, colocando esta mudança como o motor do desenvolvimento económico do país e propondo um redimensionamento do sector empresarial do Estado. O desenvolvimento do ambiente de negócios em Angola terá que assentar na promoção da competitividade e da produtividade do tecido empresarial, em particular através na aposta no reforço do emprego e na melhoria das condições de trabalho, sem descuidar a sustentabilidade ambiental e as finanças públicas. Para isso, a capacitação e qualificação profissional dos recursos humanos é um factor-chave de sucesso.

Apesar das perspectivas adversas em torno do mercado petrolífero para os próximos anos bem como a actual conjuntura de crise pandémica da COVID-19, que prejudicam a performance da economia angolana, é expectável que a implementação das reformas estruturais e do programa de privatizações em curso conduzam a uma melhoria da gestão orçamental e a uma maior relevância do sector privado no crescimento económico no país.

Nos últimos anos, o fortalecimento do tecido empresarial nacional tem sido uma das prioridades do Governo angolano. Foram já implementadas algumas medidas no sentido de alinhar o contexto regulatório do país com as necessidades inerentes à criação de novos negócios, mas também de melhorar as infra-estruturas de suporte à economia.

As medidas implementadas pelo Governo têm já apresentado resultados no impulso da diversificação da estrutura produtiva de Angola, ainda que numa fase de arranque, existindo múltiplas oportunidades de desenvolvimento e de captação de novos investimentos.

Em termos sectoriais, destacam-se as actividades ligadas à Agricultura, floresta e pescas, à Indústria transformadora (nomeadamente agro-indústria e alimentar, madeira, papel e mobiliário, têxtil, vestuário e calçado) e à Saúde. Estas actividades, além de serem consideradas essenciais para o desenvolvimento económico, têm evidenciado uma dinâmica positiva em termos de novos investimentos, quer por parte do governo quer pelo sector privado, sendo expectável que haja um crescimento ao nível do número de empregos, e conseqüentemente, da oferta de qualificações especializadas que vão suportar a sua expansão. Também a indústria extractiva (excluindo o subsector diamantífero) tem observado uma forte aposta em novos investimentos. Já a Saúde tem evidenciado uma crescente evolução e aposta de investimento, observando-se uma progressiva melhoria no acesso aos produtos farmacêuticos, uma expansão da disponibilidade de produtos financeiros associados, novas soluções de saúde fora-da-rede e baseadas em tecnologias de informação, bem como a crescente aposta na formação dos profissionais de saúde. O Comércio e os Serviços de apoio às empresas, incluindo as TIC, terão também um papel importante à medida que os sectores primários e secundários se vão expandindo, originando a necessidade de desenvolvimento de um “sistema de suporte” especializado e integrado, no qual o comércio e os serviços avançados às empresas têm um papel fundamental na criação de valor.

As novas dinâmicas empresariais e sectoriais realçam as limitações da produtividade. Em termos de geração de emprego, a economia angolana caracterizou-se globalmente por uma evolução positiva, que se estendeu a todos os sectores de actividade. Em termos gerais, entre 2012 e 2019, o número de postos de trabalho aumentou a um ritmo médio anual de 3,6%. É esperado que este ritmo positivo de criação de emprego permaneça até 2025 de forma transversal a todos os sectores de actividade. Esta dinâmica de crescimento não parece ser, no entanto, acompanhada pela criação de valor acrescentado, indiciando uma necessidade premente de melhoria dos níveis de produtividade, que passarão necessariamente pela melhoria das qualificações dos trabalhadores. Esta melhoria das qualificações

exige um investimento intensivo no desenvolvimento do capital humano, bem como um investimento em massa em empregos de qualidade e a criação de um ambiente propício à poupança e ao investimento.

Entre as várias acções definidas na estratégia nacional de desenvolvimento do sector empresarial inclui-se o desenvolvimento de acções de formação e capacitação, bem como a formação e a capacitação de empreendedores e de empresários, em particular de jovens. Estas acções surgem incluídas numa agenda mais lata de melhoria de competências de emprego.

Segundo o Plano Nacional de Qualificação de Quadros, existe um conjunto de qualificações técnico-profissionais disponíveis em Angola. Estas qualificações situam-se dentro das áreas de Artes, Construção Civil, Electricidade e Mecatrónica, Empreendedorismo, Hotelaria e Restauração, Mecânica e Produção, Metrologia e Multimédia. A meta é formar até ao final de 2020 cerca de 284.000 quadros médios, com destaque para as áreas de Gestão, Electrotecnia, Electrónica, e Telecomunicações, Mecânica, Saúde, Produção e Transformação Agro-Alimentar e Agro-Pecuária.

Ainda assim, dentro destas áreas de conhecimento, há formações que necessitam de um maior investimento, pois são disponibilizadas de forma deficitária. Existe ainda um conjunto de qualificações essenciais que não estão disponíveis em Angola, que servem como justificação para importação de quadros estrangeiros na maioria das empresas localizadas em Angola. Dentro das qualificações não disponíveis, destaca-se as ligadas às Actividades Agrícolas, às Indústrias Extractivas, ao Transporte e Logística, à Saúde, às Artes e Mecânica, onde existe uma grande lacuna na oferta formativa. Esta lacuna é necessariamente preenchida com a importação de quadros estrangeiros qualificados, que, por um lado, acabam por ter um custo financeiro muito elevado para as empresas e, por outro, encontram dificuldades na implementação dos devidos processos e procedimentos, uma vez que a formação de base é, infelizmente, deficiente.

Numa perspectiva global, após análise dos Grupos Profissionais identificados no mercado angolano e nos seus sectores económicos, foi possível sinalizar 25 famílias profissionais. Apesar do desenvolvimento de todas as famílias profissionais ser importante, consideramos as famílias profissionais ligadas às actividades agrícolas, actividades marítimas e pesca, produção animal e floresta (correspondentes ao sector da agricultura, pescas produção animal e florestas), às actividades ligadas às indústrias de processos e indústrias transformadoras (incluindo madeira e mobiliário, peles, têxteis, papel, manutenção e equipamentos) e à manutenção e reparação de veículos e motociclos como sendo as mais emergentes, uma vez que há uma elevada participação do investimento privado estrangeiro e uma vez que os agrupamento destas famílias servem como uma alavanca para a evolução global da economia e têm um impacto mais significativo nas receitas económicas do país.

Estas são, assim, as actividades que exigem maior aposta em termos de reforço de competências. Contudo, além das competências técnicas necessárias para o exercício das profissões associadas a cada uma destas actividades, é fundamental uma aposta em competências digitais e comportamentais, à medida que o "core" de grande parte das profissões ao redor do mundo está a sofrer alterações devido à automação de processos.

A oferta formativa técnico-profissional em Angola carece, assim, de incrementos no que toca à diversificação das qualificações de forma a dar resposta aos desafios de evolução dos sectores, bem como às necessidades específicas de cada província. Como resposta a estas debilidades, o Estado angolano tem reunido esforços para a implementação de vários Programas de Capacitação no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, mas estes esforços precisam de ser reforçados e customizados no futuro.

1. Introdução

O presente relatório consubstancia os resultados finais do Estudo Especializado do Mercado de Trabalho e Actividades Económicas de Angola, contratado pela “RETFOP - Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional de Angola” à EY.

O relatório encontra-se estruturado em sete capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se um breve enquadramento nacional que precede o desenvolvimento do Projecto RETFOP, bem como uma síntese do projecto e uma descrição do objecto do presente estudo. Segue-se um capítulo metodológico (Capítulo 2) com a descrição de como se estruturou o desenvolvimento das etapas fundamentais para a realização das análises nas várias etapas do trabalho, bem como um resumo das fontes e do processo de recolha de informação.

Por sua vez, no Capítulo 3, desenvolve-se a etapa de diagnóstico da dinâmica macroeconómica de Angola, abordando-se o contexto passado, a situação actual e as perspectivas de evolução futura para o horizonte 2021-2027, bem como um aprofundamento da análise do tecido empresarial angolano e a sua desagregação sectorial.

Depois, no Capítulo 4, faz-se uma análise da evolução do mercado de emprego, através de uma caracterização do mercado de trabalho e principais tendências, da procura empresarial potencial tendo em conta as dinâmicas e estratégias previstas para o desenvolvimento do tecido empresarial nacional. Esta análise é posteriormente articulada com o Capítulo 5, no qual se faz uma sistematização das “famílias profissionais” e uma caracterização dos grupos, famílias e estruturas funcionais, bem como com o Capítulo 6, onde se apresenta a selecção dos grupos de profissões e as principais profissões por sector económico.

O relatório com o Capítulo 7, onde se apresenta uma nota conclusiva dos principais resultados dos trabalhos desenvolvidos no estudo.

1.1. Quadro de mudança em Angola

O governo angolano tem vindo a implementar um plano de reformas – que inclui alterações à lei do investimento privado, o PROPRIV, a lei sobre as parcerias público privadas, a alterações no sector empresarial público, a mudanças na regulação de alguns sectores como *oil & gas*, financeiro, diamantífero, bem como novos instrumentos de incentivo ao investimento – que visa aumentar a produção interna e reduzir a dependência de mercados externos, procurando potenciar não só o desenvolvimento de novas oportunidades, desafios e melhorias no ambiente de negócios em Angola, mas também a obtenção de uma maior sustentabilidade externa e fiscal.

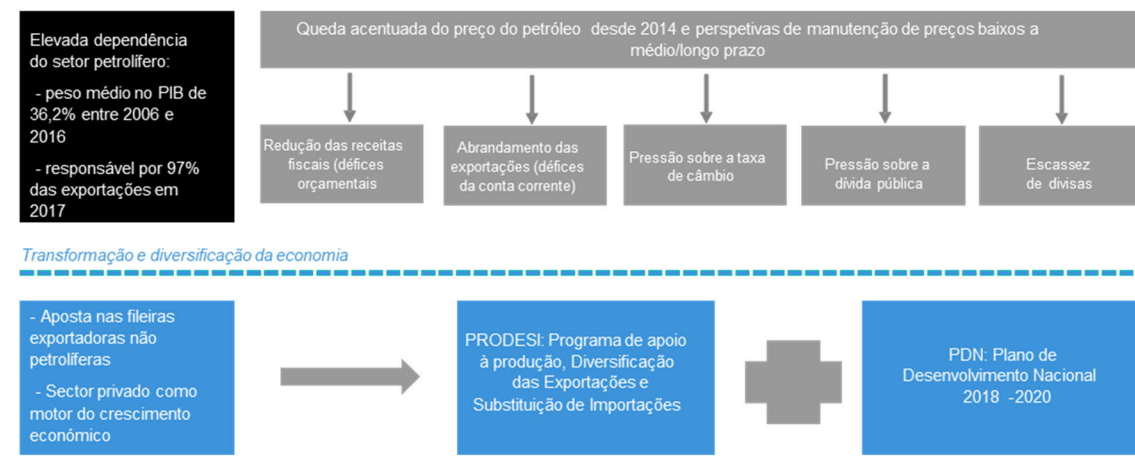
De salientar que são vários os documentos estratégicos que definem propostas de alteração na estrutura produtiva angolana, colocando esta mudança como o motor do desenvolvimento económico do país e propondo um redimensionamento do sector empresarial do Estado. Destacam-se, a este nível, os seguintes programas estratégicos:

- O Programa de Estabilização Macroeconómica;
- O Plano de Desenvolvimento Nacional;
- O Plano Nacional de Formação de Quadros;
- O Programa de Financiamento Ampliado (FMI).

Para além destes programas, nos quais se inclui o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que se afirma como um importante exercício de planeamento de médio prazo para o desenvolvimento económico e social do país, desde o início de 2018, o governo angolano lançou também o Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), o qual constituirá um dos principais suportes à implementação do PDN 2018-2022. O PRODESI traduz-se num programa de reformas estruturais muito orientado para promoção da melhoria da economia angolana e para o fomento de novas e melhores oportunidades de negócio.

Em paralelo, junta-se a necessidade de responder cabalmente ao significativo impacto económico e financeiro potenciado pela crise pandémica da COVID-19. Neste domínio, o Estado angolano tem vindo a adoptar um conjunto de medidas de carácter extraordinário com vista a mitigar os efeitos da COVID-19 na economia. Estas estratégias de resposta abrangem um vasto conjunto de medidas para dinamização e reforço no acesso ao crédito, de medidas fiscais, de linhas de liquidez, de incentivos não reembolsáveis e de medidas de simplificação burocrática.

Figura 1. Estratégia de transformação da economia angolana



Fonte: elaboração própria

Um dos principais objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional foca-se no desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, em particular no desenvolvimento de políticas específicas relacionadas, entre outras, com o desenvolvimento do ambiente de negócios em Angola, com a competitividade e produtividade do tecido empresarial e com o emprego e condições de trabalho, sem descuidar a sustentabilidade ambiental e as finanças públicas.

O foco na substituição de importações, na diversificação de exportações e na melhoria do ambiente de negócios é também uma prioridade reflectida no PRODESI, no qual se dá particular destaque à questão relacionada com a capacitação e qualificação profissional dos recursos humanos.

Entre as várias acções definidas na estratégia nacional de desenvolvimento do sector empresarial, incluem-se o desenvolvimento de acções de formação e capacitação, no essencial, a formação e a capacitação de empreendedores e de empresários, em particular de jovens.

Concretizar a agenda de diversificação económica exige a melhoria de competências. Melhorar os resultados da aprendizagem no sistema de educação irá assegurar que a população activa angolana esteja melhor preparada para integrar o mercado de trabalho. Além disso, melhorar as competências de emprego é premente no sentido de cobrir as lacunas existentes e que se traduzem em restrições na generalidade dos sectores de crescimento. O reforço da oferta e da qualidade de Educação e Formação Técnico-Profissional (TVET, na sigla em Inglês) é fundamental para assegurar que os programas ofereçam as competências relevantes. Por outro lado, uma melhor coordenação dos programas do governo e mais parcerias com o sector privado na TVET serão medidas relevantes a implementar.

A falta de capacidades no sector privado assenta largamente na actual ausência da diversificação da economia e na dominação de poucas grandes empresas na maioria dos sectores. Como resultado, tem havido pouco potencial para difusão na economia de capacidades produtivas, de inovação ou pesquisa que poderiam apoiar a emergência de sectores diversificados.

A baixa difusão das capacidades existentes é ainda mais reforçada pela falta de concorrência no mercado, o que limita a inovação e investimentos que poderiam trazer algumas dessas capacidades. A falta de mão-de-obra qualificada e a necessidade de melhorar a qualidade e relevância da oferta formativa são actualmente um desafio fundamental para o desenvolvimento e diversificação da actividade económica e empresarial Angolana.

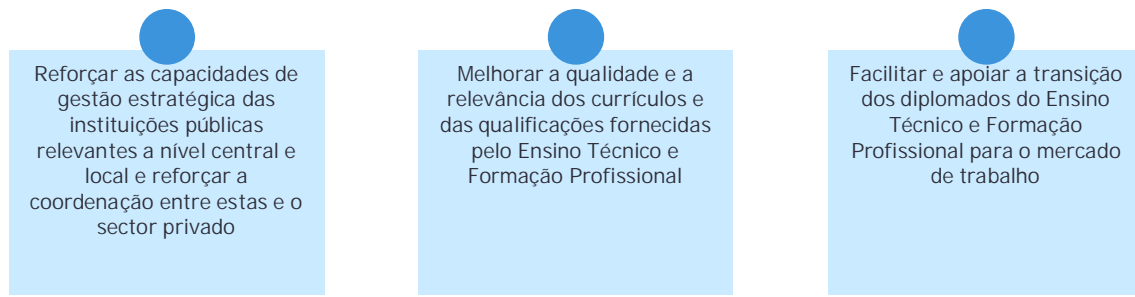
Algumas empresas apenas contratam mão-de-obra com experiência enquanto outras investem nos seus próprios programas de formação. Não há solução simples para esta restrição específica, mas um passo inicial poderia incluir a criação de melhores ligações entre formação de competências técnicas e as necessidades das empresas, visto que, é reconhecida a discrepância entre a oferta de formações técnicas e as necessidades do mercado de trabalho.

1.2. Projecto RETFOP

O RETFOP – Revitalização do Ensino Técnico e Formação Profissional em Angola, é um projecto financiado pela União Europeia (Convenção de Financiamento AO/FED/038-134), que visa apoiar a revitalização do sistema de ensino técnico e formação profissional, sendo implementado, na modalidade de cooperação delegada, pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.)

em parceria com a Expertise France, no quadro de acordo de delegação celebrado entre a União Europeia, o Camões, I.P. e a Expertise France (Acordo de Delegação FED/2017/387-453).

Figura 2. RETFOP | Objectivos Específicos



Fonte: RETFOP – Revitalização do Ensino Técnico e Profissional em Angola

Apesar de ser um projecto de âmbito nacional, na medida em que a sua intervenção tem impacto no conjunto do sistema do ensino técnico, da formação profissional e dos serviços de emprego, prevê-se que a implementação de um conjunto de actividades se realize, indicativamente, em seis províncias: Benguela, Huambo, Huíla, Luanda, Moxico e Uíge.

O objectivo geral deste projecto é contribuir para a redução do desemprego, especialmente entre os jovens, através da disponibilização de capital humano mais capacitado e com maior empregabilidade, promovendo a melhoria da capacidade do sistema de EFTP angolano em proporcionar aos graduados do EMT e aos profissionais certificados da FP competências adequadas.

1.3. Objecto do estudo

É no âmbito do RETFOP e da actividade “1.2.2. Apoiar o desenho técnico e conceptual assim como a adopção legal do Quadro Nacional de Qualificações que abarque ambos os subsistemas, a qual contribui para o Resultado 1.2. Mecanismos e instrumentos adequados para melhorar a coordenação e intercâmbios entre os subsistemas do EMT e da FP, desenvolvidos e a funcionar de forma satisfatória”, que se enquadra o presente Estudo especializado sobre o mercado de trabalho e actividades económicas, que se pretende venha a constituir um elemento fundamental para o desenho do Quadro Nacional de Qualificações e, conseqüentemente, para a estruturação do Sistema Nacional de Qualificações.

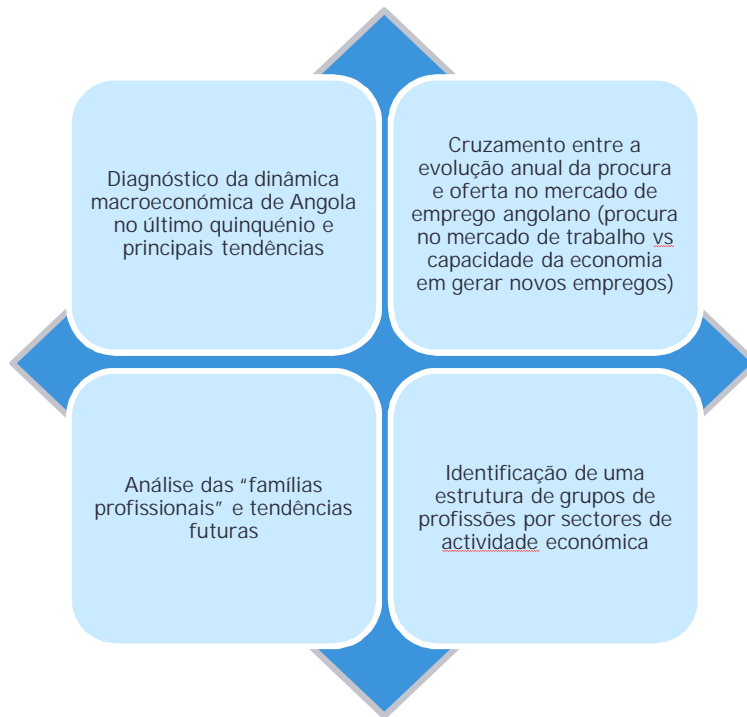
O principal objectivo deste estudo será analisar o mercado de trabalho e as actividades económicas de Angola, por forma a identificar grupos de profissões/famílias profissionais relevantes por sector de actividade económica. Para isso, o trabalho terá como foco:

“Analisar, numa perspectiva longitudinal, as informações referentes à dinâmica das actividades económicas, mercado de emprego e áreas profissionais de forma a possibilitar a definição de possíveis cenários de desenvolvimento económico, e, por conseguinte, do aumento da procura de emprego qualificado, condição essencial para a definição de necessidades ulteriores, em termos de domínios e das áreas profissionais”.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro (4) etapas principais, conforme definidas no caderno de encargos e ilustradas na Figura 3 que se segue, de forma a poder responder aos dois objectivos gerais:

- Identificação de grupos de profissões/famílias profissionais, por sector de actividade económica;
- Identificação dos sectores e profissões prioritárias em termos de qualificação.

Figura 3. Estudo Especializado sobre o Mercado de Trabalho e Actividades Económicas de Angola



Fonte: elaboração própria

O trabalho foi desenvolvido tendo como base uma análise da dinâmica macroeconómica de Angola, na qual se incluiu a identificação das tendências dos principais indicadores económicos e dos sectores de actividade, em paralelo com a análise da evolução do mercado de emprego angolano. Foi igualmente objecto de análise, no decurso destas etapas, a dinâmica cruzada entre a procura actual do mercado de trabalho e a capacidade da economia em gerar novos empregos, de forma a permitir identificar os principais grupos de profissões e a sua importância actual e futura, em termos de absorção de mão-de-obra qualificada.

Sempre que possível, o trabalho teve como principal preocupação uma análise mais centrada na dinâmica da procura de emprego, naturalmente sem descurar a oferta de formação e qualificações. A análise nas várias etapas procurou identificar as principais tendências pesadas da dinâmica da mudança sobre a procura de emprego na óptica das empresas e do desenvolvimento de profissões consideradas como principais para fazer face às necessidades de qualificação da economia angolana. O estudo centrou-se, por conseguinte, no apoio à estruturação do quadro nacional de qualificações e na identificação dos sectores prioritários que carecem de uma melhor definição dos respectivos perfis profissionais e de qualificações (profissões de futuro e necessidades de qualificação), sempre na óptica das necessidades reveladas pelo padrão da procura do sistema económico e do mercado empresarial que caracteriza os principais sectores de aposta da economia angolana.

Como se detalhará de seguida, o desenvolvimento do estudo foi suportado por uma metodologia na qual prevaleceram as fontes de pesquisa e de informação secundária, as quais permitiram uma análise dos dados macroeconómicos em Angola, a identificação de sectores-chave (tendo por base as estatísticas e classificações do INE) e respectivas dinâmicas de emprego passíveis de identificar as áreas e as profissões prioritárias em termos de qualificação, bem como outros dados e documentos, de natureza nacional e internacional, que contribuíram para a concretização dos resultados esperados neste estudo.

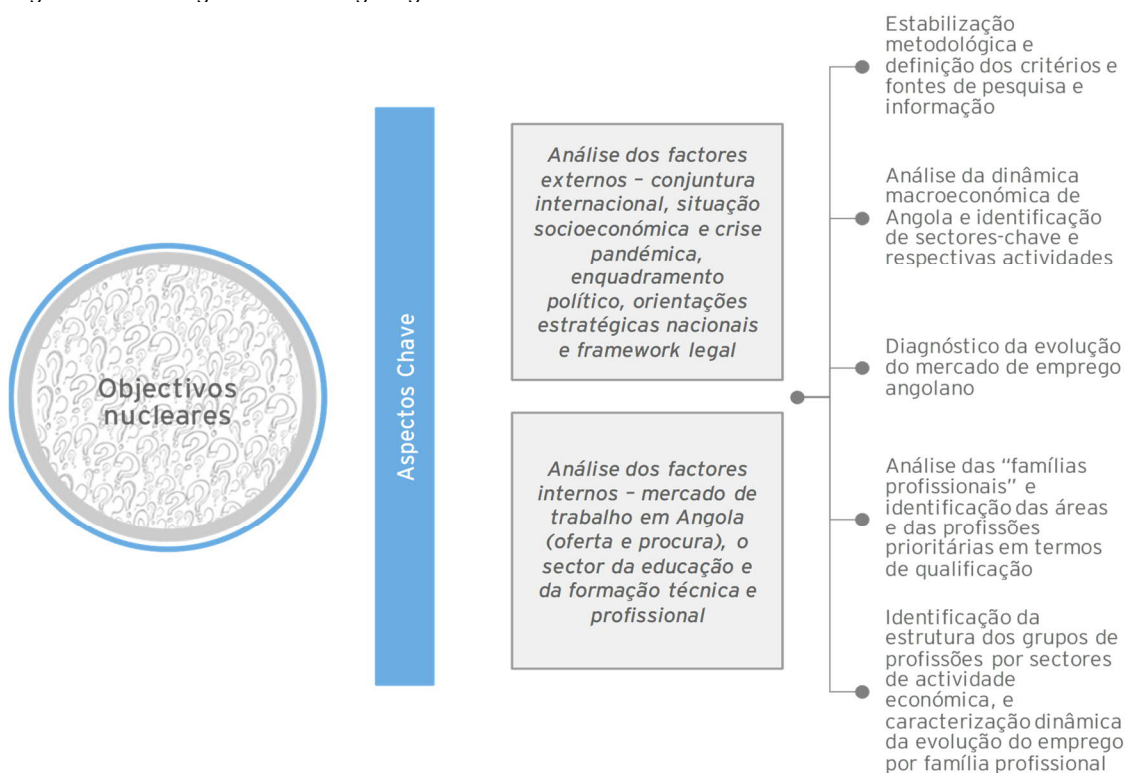
2. Metodologia

Os objectivos do trabalho a desenvolver exigiram a mobilização de um variado leque de instrumentos metodológicos.

A metodologia utilizada foi estruturada para responder às necessidades de análise previstas no estudo a elaborar, garantindo não só a qualidade do trabalho como a necessária integração da informação que se traduziu, maioritariamente, em fontes de informação secundárias e de estruturas de dados e sistemas já existentes, nas quais se incluem fontes estatísticas nacionais e algumas bases de dados com acesso EY.

A metodologia foi estruturada de forma a que fosse possível garantir um seguimento permanente da evolução do projecto e das respectivas actividades, permitindo o conhecimento antecipado de situações que pudessem vir a ter impacto no cumprimento dos planos e calendário estabelecidos. Neste sentido, as actividades do projecto foram organizadas em etapas, com a identificação dos resultados a obter no fim de cada etapa, seguindo largamente o estabelecido no caderno de encargos do estudo.

Figura 4. Abordagem metodológica geral



Fonte: elaboração própria

A Figura 4 ilustra, de forma resumida, a abordagem metodológica utilizada pela EY-Parthenon na realização do presente estudo.

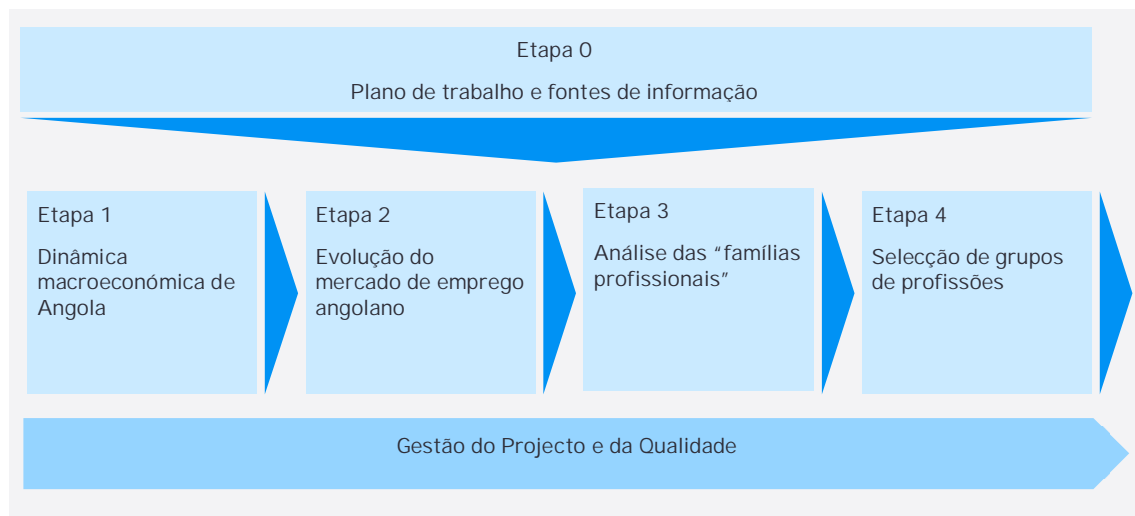
2.1. Etapas fundamentais do projecto

Nos pontos seguintes é detalhada a metodologia a adoptar, identificando os principais objectivos, actividades e resultados de cada etapa de trabalho, tendo por base o apoio de uma equipa multidisciplinar.

Na estruturação e detalhe metodológico das etapas a desenvolver procurou-se acautelar as preocupações da RETFOP e o respectivo entendimento da equipa que resultaram da reunião de arranque, realizada no dia 10 de Setembro 2020, com os responsáveis do projecto, e que se traduziram na estabilização da definição dos resultados e expectativa do trabalho, especificação das tarefas a realizar e definição das principais fontes de informação necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

As principais acções, metodologias e resultados das quatro etapas do projecto encontram-se sistematizados de seguida.

Figura 5. Etapas do trabalho



Fonte: elaboração própria

2.1.1. Etapa 1. Dinâmica macroeconómica de Angola

Acções

A primeira etapa do trabalho envolveu uma análise bipartida focada na dinâmica macroeconómica recente e esperada para Angola.

A análise inicial centrou-se na evolução da situação macroeconómica de Angola nos últimos anos (de 2013-2019), bem como da evolução esperada em 2020 e 2021 com base nas dinâmicas económicas recentes e nas projecções disponíveis em fontes nacionais e internacionais de referência.

Segue-se uma análise complementar à primeira, que se debruçou sobre a evolução recente da composição da estrutura produtiva de Angola, com particular enfoque nos principais sectores de actividade empresarial, tendo em vista uma reflexão integrada sobre as principais características do tecido empresarial em termos de estrutura, competitividade, emprego e relacionamento externo.

Metodologia

A análise da dinâmica macroeconómica de Angola incidiu sobre os principais indicadores económicos disponíveis referentes à economia real, às contas públicas, à emissão monetária e mercado de crédito, à balança de pagamentos e ao mercado cambial.

Como fontes de informação, procurou-se utilizar apenas dados de instituições de referência a nível nacional (nomeadamente Banco Nacional de Angola - BNA, Instituto Nacional de Estatística - INE, Ministério da Economia e Planeamento - MEP, Ministério das Finanças - MINFIN) e internacional (nomeadamente Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial - BM e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE) sempre que possível. As informações foram recolhidas via *desk research* levada a cabo pela equipa, tendo por base o conhecimento da situação socioeconómica de Angola e experiência em projectos similares. Utilizaram-se, sempre que possível, os dados disponíveis mais recentes.

Relativamente à análise da conjuntura macroeconómica, foram considerados como guias de enquadramento global as projecções e *insights* apresentados em documentos de referência recentes tais como o *Global Economic Prospects* do Banco Mundial, o *Regional Economic Outlook* do FMI, os Boletins Económicos mensais e as análises de Conjuntura Económica e Financeira do BNA.

Relativamente à análise sectorial, procurou-se utilizar os relatórios sectoriais mais recentes, tais como os estudos produzidos pelo MEP referentes a um conjunto de cadeias de valor seleccionadas (turismo, recursos geológicos, pescas, têxtil, vestuário e calçado e matérias-primas minerais para o sector da construção).

Resultados

Desta etapa de trabalho emergiram os resultados apresentados no Capítulo 3 do presente relatório, onde se evidenciam as grandes tendências macroeconómicas da economia angolana e do seu impacto no desenvolvimento das actividades económicas do país, bem como uma análise dos diferentes sectores de actividade e seu desempenho territorial.

2.1.2. Etapa 2. Evolução do mercado de emprego angolano

Acções

A segunda etapa do trabalho centrou-se no retrato geral do mercado de emprego em Angola, caracterizando a sua evolução mais recente e tendências. Para este efeito, foi feita uma análise das principais dinâmicas do mercado de trabalho e da população activa em Angola, cruzada sempre que possível com a capacidade da economia em gerar novos empregos e com a oferta de qualificações capaz de satisfazer essa procura.

Metodologia

A metodologia adoptada nesta etapa envolveu o levantamento e sistematização de resultados de estudos de fontes relevantes nacionais (nomeadamente INE e Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social - MAPTSS) e internacionais (nomeadamente Organização Internacional do Trabalho - OIT) sobre o mercado de trabalho de Angola. Incluiu ainda uma análise tão abrangente quanto possível (com base na disponibilidade de dados) da evolução dos níveis de actividade da população angolana, do emprego e desemprego, bem como das tendências demográficas e sociais que poderão impactar a evolução do mercado de emprego, tendo-se analisado os dados de empregabilidade por sector de actividade económica sempre que possível.

Foi realizada também, de forma incisiva, a recolha, tratamento e análise de dados referentes às Instituições de Ensino Técnico e de Formação Profissional do país, a fim de relevar as dinâmicas de oferta/procura de cursos face à actual realidade do mercado de trabalho em Angola.

Por fim, procedeu-se à identificação dos grandes contribuintes e os seus diversos sectores que, perante as limitações em termos de capacitação de recursos humanos, são ainda assim apostas futuras para o desenvolvimento económico de Angola. Esta análise suporta a distinção dos perfis técnicos mais procurados no mercado de emprego para optimização da força de trabalho, bem como o tema da capacitação dos respectivos trabalhadores angolanos e das eventuais lacunas existentes em termos de *skills* e competências que são oferecidas e procuradas, no mercado de trabalho, bem como a capacidade do sistema de educação, nomeadamente de formação profissional angolano, em gerar candidatos com as competências relevantes para o sector empresarial.

Para além dos dados quantitativos de fontes de referência nacionais e internacionais, a fim de obter uma caracterização ampla do mercado de trabalho também em termos qualitativos, foi identificada e sistematizada literatura relevante sobre o tema, nomeadamente de fontes de instituições internacionais e de publicações disponibilizados à EY através de fontes externas (e.g. *Oxford Economics*, *BMI Research* e *EMIS Intelligence*).

Resultados

Desta etapa de trabalho resultou, conforme apresentado no Capítulo 4, a identificação de fragilidades e potencialidades do mercado de trabalho angolano através da caracterização do mercado de trabalho e das suas principais tendências, da caracterização da procura empresarial e dos perfis técnicos associados, bem como o levantamento das áreas e profissões prioritárias em termos de qualificação.

2.1.3. Etapa 3. Análise das “famílias profissionais”

Acções

A terceira etapa de trabalho visou a análise dos principais agrupamentos profissionais com base nas profissões/funções identificadas na etapa anterior, a sua importância actual em termos de absorção de mão-de-obra e as tendências futuras. Nesta etapa foi feita uma análise dos dados da procura de mão-de-obra, uma análise das estruturas funcionais das empresas, bem como uma análise das estruturas e profissões das empresas, por sector e âmbito de actuação, de acordo com os dados disponíveis.

Metodologia

Tendo por base a análise e as conclusões obtidas nas etapas anteriores foi possível examinar as estruturas funcionais das empresas, em alinhamento com a mão-de-obra existente, face às necessidades de qualificação da economia angolana. Para esse efeito, foi feito um levantamento dos grupos e das famílias funcionais.

Os grupos funcionais referem-se ao conjunto de funções semelhantes entre si no que respeita à complexidade de tarefas, nível de autonomia assumido e impacto na cadeia de valor do negócio. Por outro lado, as famílias funcionais são agrupamentos de funções homogéneas entre si e que partilham um conjunto de competências e áreas de conhecimento semelhantes.

Para além da análise das estruturas profissionais, foram também analisadas e identificadas as principais funções (profissões), bem como os grupos e famílias funcionais existentes no mercado empresarial.

Resultados

Esta etapa de trabalho teve como resultado reflectivo o Capítulo 5, que incorpora a compilação das principais funções, grupos e famílias profissionais, por sector de actividade económica.

2.1.4. Etapa 4. Selecção de grupos de profissões

Acções

A quarta e última etapa do trabalho centrou-se na identificação das competências fundamentais exigidas nas principais funções, por grupo e por família funcional, tendo como objectivo a caracterização dinâmica da evolução do emprego no que concerne às qualificações necessárias para o exercício das funções mais relevantes em termos de oferta de emprego, por grupo e por família funcional, de forma a permitir identificar as principais competências e níveis de proficiência a desenvolver no âmbito da oferta de programas de formação profissional a definir no futuro.

Metodologia

A análise desenvolvida nesta etapa final do trabalho ocorreu tendo por base as análises desenvolvidas nas etapas anteriores, nas quais se incluiu a análise do conjunto de funções semelhantes face ao nível de autonomia e impacto na cadeia de valor do negócio, bem como os agrupamentos de funções homogéneas que partilham um conjunto de competências e qualificações.

Nesta etapa foram identificadas e descritas de forma genérica as profissões mais procuradas do mercado empresarial, detalhando as responsabilidades e qualificações/competências associadas a cada profissão, bem como desenhado um plano de evolução e desenvolvimento das profissões por família/grupo profissional, por sector económico e de acordo com as tendências locais e globais identificadas.

Resultados

Desta etapa final do trabalho resultaram os conteúdos apresentados no Capítulo 6, onde se apresenta uma identificação dos sectores e profissões prioritárias em termos de qualificação, bem como uma proposta de selecção de grupos de profissões por sector económico.

2.2. Recolha e fontes de Informação

Tal como referido anteriormente, o trabalho desenvolvido foi enquadrado no âmbito das grandes linhas estratégicas de actuação previstas nos documentos de referência nacional – o Plano de Desenvolvimento Nacional, o Programa de Estabilização Macroeconómica, o Programa de Financiamento Ampliado e o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações. Como tal, estas foram fontes de informação essenciais para a realização do presente estudo.

A par destes documentos, recorreu-se a outras fontes de informação para realizar as análises propostas. Conforme alinhado na reunião de *kick-off*, para as Etapas 1 e 2 do trabalho não foi incluída a recolha e tratamento de informação primária, pelo que se utilizaram apenas fontes de informação secundária.

No âmbito da realização das várias etapas do estudo, foi feito um levantamento exaustivo de potenciais fontes de informação a utilizar ao longo do trabalho. Os principais documentos identificados neste levantamento apresentam-se elencados na Tabela 1 infra.

Tabela 1. Fontes de informação preliminares identificadas

Fonte	Ano	Documento	Informação Macro e/ou Sectorial	Informação Mercado Trabalho
Ministério de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social	2018	Programa de Estabilização Macroeconómica	x	
Ministério do Ensino Superior - Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros - UTG/PNFQ	2013	Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020		x
Fundo Monetário Internacional (FMI)	2018	Programa de Financiamento Ampliado	x	
Ministério da Economia e Planeamento (MEP)	2017	Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2018 - 2022	x	
	2017	Estudo de Mercado sobre o Sector da Madeira na República de Angola e o seu Potencial Exportador	x	
	2017	Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI)	x	
	2018	Angola is Now - Guia de Investimento em Angola	x	
	2018	Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022	x	x
	2019	Estudo sobre Dividendo Demográfico de Angola		x
	2019	Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura, Pecuária e Agro Silvicultura	x	
	2019	Estudo da Cadeia de Valor de Matérias-Primas Minerais para o Sector da Construção	x	
	2020	Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Turismo em Angola	x	
	2020	Estudo da Cadeia de Valor do Sector dos Recursos Geológicos	x	
	2020	Estudo da Cadeia de Valor do Sector das Pescas em Angola	x	
	2020	Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Têxtil, Vestuário e Calçado em Angola	x	
	n.d.	Programa de Apoio ao Crédito (PAC), disponível em: https://www.sepe.gov.ao/ao/projecto-de-apoio-ao-credito/		
Instituto Nacional de Estatística (INE)	2018	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável - Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base, Agenda 2030	x	x
	Até 2019	Anuário Estatístico sobre Trabalho Estruturado e Segurança Social Edição 2019 (AETESS) - MAPTESS		x
	2020	Folha de Informação Rápida (FIR) - Conjuntura Económica II Trimestre de 2020	x	
	Até 2020	Inquérito ao Emprego em Angola (IEA) - Relatório Anual 2019		x
	2011	CNP - Classificação Nacional de Profissões		x
Banco Nacional de Angola (BNA)	2020	Boletim Económico Mensal Maio 2020	x	
	2020	Resultados do Inquérito sobre o Impacto da Covid-19 nas PME's Referente a Junho	x	
	2020	Aviso N° 10/2020		x
	2020	Análise da Conjuntura Económica e Financeira 1ºT 2020	x	
Fundo Monetário Internacional (FMI)	2019	Angola: Second Review of the Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility	x	

Fonte	Ano	Documento	Informação Macro e/ou Sectorial	Informação Mercado Trabalho
	2020	Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa	x	
	2020	Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa - June 2020 Update	x	
Banco Mundial (BM)	2018	Angola Human Capital Index Rank 147 out of 157		X
	2018	Angola Systematic Country Diagnostic - Creating Assets for the Poor	x	X
	2020	Doing Business in Angola 2020	x	
	2020	Global Economic Prospects Sub-Saharan Africa	x	
	2020	Angola - Public-Private Partnerships (PPP): Readiness Diagnostic	x	
International Finance Corporation	2019	Diagnóstico do Sector Privado do País - Criação de Mercados em Angola	x	X
BMI Research	2020	Angola Labour Market Risk Report Q4 2020		X
	2020	Angola Labour Market Risk Report Q3 2020		X
Oxford Economics	n.d.	Angola Data Series	x	
	2020	Industry Forecast Angola Q3 2020	x	
	2020	Country Economic Forecast Angola	x	
World Economic Forum	2017	The Future of Jobs and Skills in Africa - Preparing the Region for the Fourth Industrial Revolution	x	X
University of London - School of Oriental and African Studies (SOAS)	2019	Employment patterns and conditions in Angola - A comparative analysis of the infrastructure construction sector and building materials industry	x	X
Royal Institute of International Affairs	2018	Angola's Infrastructure Ambitions Through Booms and Busts - Policy, Governance and Reform	x	X
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	n.d.	Estatísticas de Emprego e Mercado de Trabalho (disponíveis em https://ilostat.ilo.org/data/)		X
Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP)	n.d.	Centros e Especialidades		X
	2018	Apresentação de Programas do INEFOP		X
Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX)	2020	Projectos Registados - Oportunidades de Investimento em Angola		X
Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	2020	Skills for Jobs: https://www.oecdskillsforjobsdatabase.org/		X
United States Census Bureau	2020	The American Community Survey		X
EU Skills Panorama	2014	Prospects for Skilled Agricultural Workers		X
		Prospects for Business Associate Professionals		X

A escassez de informação sistematizada, precisa e atempada, sobre a situação do mercado de trabalho Angolano e de Perfis Técnicos, Competências e Qualificações, actuou um factor que restringiu uma abordagem mais detalhada, específica e comparativa na análise sobre as limitações em termos de capacitação de recursos humanos angolanos e que por isso as empresas têm recrutado expatriados qualificados para o respectivo âmbito de actuação no mercado.

Face ao exposto, a análise que se apresenta nos capítulos que se seguem teve por base toda a informação a que foi possível ter acesso dentro das limitações que esta nova realidade de pandemia nos apresenta e dentro dos prazos estipulados para realização do estudo.

3. Dinâmica macroeconómica de Angola

A análise da dinâmica macroeconómica de Angola desenvolvida neste capítulo centrou-se na evolução da situação nos últimos 5 anos, bem como numa análise da evolução esperada em 2020 e 2021 com base nas dinâmicas económicas recentes e nas projecções disponíveis em fontes internacionais de referência.

A segunda análise realizada, de forma complementar à primeira, debruçou-se sobre a evolução recente da composição da estrutura produtiva de Angola, com particular enfoque nos principais sectores de actividade empresarial, tendo em vista uma reflexão integrada sobre as principais tendências dos indicadores económicos e financeiros e, quando possível, uma análise das interdependências sectoriais e da dependência externa dos sectores de actividade da economia angolana.

3.1. O contexto macroeconómico

3.1.1. O contexto passado

A actividade económica de Angola registou um abrandamento do crescimento logo em 2014 (com o PIB a ter crescido 2 p.p. menos do que o ano anterior), tendo o mesmo sido particularmente visível a partir de 2015. A economia angolana, que no período 2010-2014 registou uma taxa de crescimento médio de cerca de 4,8%, cresceu apenas 0,8% em 2015 e entrou em recessão em 2016, ano em que o PIB contraiu 2,6%. Nos anos seguintes, a economia não conseguiu voltar ao crescimento, tendo registado, contudo, taxas de contracção inferiores à registada em 2016.

Estas quebras resultam necessariamente do efeito das quebras verificadas na actividade petrolífera. De facto, entre 2014 e 2016 assistiu-se a uma queda acentuada da cotação do petróleo nos mercados internacionais (Gráfico A 1, Anexos) em resultado, sobretudo, de um significativo aumento da oferta que não foi acompanhado pelo lado da procura, levando a uma situação de excesso de oferta no mercado. Esta dinâmica resultou também numa quebra das exportações petrolíferas (Gráfico A 2, anexo).

A queda dos preços do petróleo iniciada em 2014 colocou as economias dependentes do petróleo, como a de Angola, em grandes dificuldades. À data de 2013, o sector petrolífero em Angola era responsável por 40% do PIB, representando cerca de 98% do total de exportações, constituindo a origem de cerca de 75% da receita fiscal. Dada a grande exposição da economia angolana ao sector petrolífero, a descida do preço da matéria prima afectou de forma muito significativa tanto as contas internas como as externas do país. As exportações angolanas de petróleo, que em 2013 contabilizavam US\$ 66,9 mil milhões, afectadas sobretudo pela queda dos preços do petróleo, registaram quebras consecutivas entre 2013 e 2016.

A quebra da actividade petrolífera e a consequente quebra de receitas provenientes dos impostos aplicados ao sector impactou, de forma significativa, as finanças públicas angolanas, dado o peso dessas receitas no total das receitas fiscais (Gráfico A 3, Anexos). As receitas fiscais provenientes do sector petrolífero passaram de 30% do PIB, em 2013, para 8,3%, em 2016, influenciando, de forma significativa, a redução das receitas fiscais totais (de 40% do PIB em 2013 para 17,5% em 2016). A partir de 2017, tanto o peso das receitas fiscais totais como as provenientes do sector petrolífero recuperaram, ainda que de forma ligeira. A diminuição das receitas fiscais traduziu-se no agravamento do desequilíbrio do saldo orçamental do Governo Central angolano, que atingiu um máximo (considerando os anos em análise) de -6,3% em 2017, tendo-se voltado a registar um excedente apenas em 2018.

Em resultado da quebra da actividade económica, com a diminuição das receitas fiscais e, sobretudo, com a depreciação cambial, o endividamento da economia angolana tem vindo a agravar-se (Gráfico A 4, Anexos). Reflectindo a diminuição do saldo da balança comercial, em consequência da quebra das exportações de petróleo, a balança corrente de Angola entrou em posição deficitária em 2014, tendo-se mantido assim até 2017 (neste período atingiu-se um défice máximo de -8,8% do PIB em 2015). Em 2018, o aumento do preço do petróleo (a cotação das ramas angolanas aumentou US\$ 16,6 por barril comparativamente a 2017) compensou a quebra de produção registada no sector petrolífero e as exportações do sector aumentaram cerca de 18%, o que se reflectiu de forma positiva no saldo da balança comercial e levou a que a balança corrente voltasse a atingir um excedente (Gráfico A 5, Anexos).

A diminuição das receitas do sector petrolífero traduziu-se também numa diminuição da entrada de divisas na economia angolana, pressionando as taxas de câmbio e colocando restrições na disponibilização de divisas, o que condicionou o ambiente de negócios e a atractividade do país.

O Kwanza registou uma depreciação significativa, principalmente no ano de 2015 e até ao primeiro trimestre de 2016 (Gráfico A 6, Anexos). Em termos médios, entre 2014 e 2016, a moeda angolana depreciou cerca de 40% face ao dólar norte-americano. Em resposta, o Banco Nacional de Angola (BNA) implementou um regime de câmbio fixo em Maio de 2016, substituindo o regime de câmbio flutuante administrado que vigorava até então.

A crise económica e financeira experienciada por Angola após a quebra da cotação do petróleo iniciada em 2014, e especificamente a depreciação cambial consequente, teve efeitos muito significativos na taxa de inflação do país, tendo esta atingindo valores de cerca 30% em 2016 e 2017 (Gráfico A 8, Anexos). Nos anos seguintes, apesar de se ter verificado uma desaceleração do aumento dos preços, a inflação superou os 19% em 2018 e os 17% em 2019. Em consequência da reduzida diversificação da economia angolana, e da sua forte dependência das importações, sobretudo de bens alimentares, as sucessivas e significativas depreciações cambiais traduziram-se em taxas de inflação muito altas.

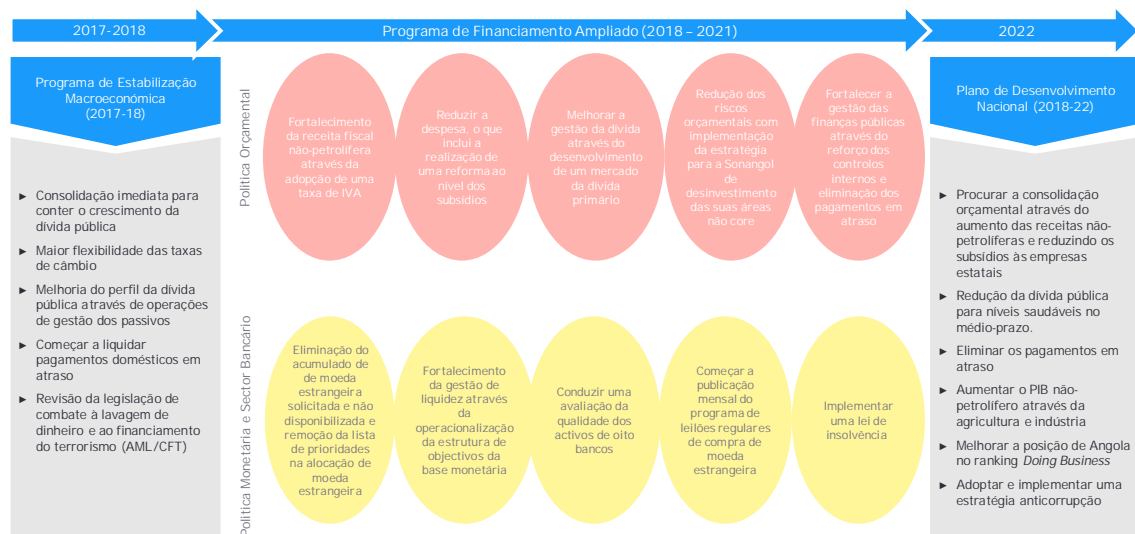
Dadas as perspectivas de manutenção dos preços do petróleo em níveis muito inferiores ao que se verificava até 2014 em resultado de dinâmicas estruturais relacionadas com os ganhos de eficiência e substituição dos combustíveis fósseis (especialmente nos sectores residencial e industrial e na produção de energia), as economias petro-dependentes como a angolana, de forma a promoverem o crescimento e a estabilidade económica, foram pressionadas a adoptar medidas que fomentem a diversificação da actividade económica e a redução da dependência das receitas provenientes do sector petrolífero.

Neste sentido, e em resposta aos desequilíbrios das contas internas e externas da economia angolana, o Governo, que tinha tomado posse em 2017, lançou no início de 2018 um Plano de Estabilização Macroeconómica que procurava lidar com esses desequilíbrios macroeconómicos, mitigar os riscos fiscais decorrentes da volatilidade do preço do petróleo e apoiar a estabilidade do sector externo através de uma maior flexibilização da taxa de câmbio, implementando as medidas já descritas. Posteriormente, as autoridades angolanas também implementaram o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PDN 2018-2022), que procura lidar com as fragilidades estruturais do país e promover o desenvolvimento humano, a reforma do sector público, a diversificação da economia e o crescimento inclusivo, assim como também a melhoria da governação e o combate da corrupção.

No início de 2018, o Governo elaborou também o Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), estabelecendo-se o mesmo como um dos suportes à implementação do PDN 2018-2022. Entre os vários tipos de iniciativas transversais e medidas, destacam-se no PRODESI as que visam melhorar o ambiente de negócios e apoiar o investimento privado.

Em Dezembro de 2018, o FMI aprovou um Programa de Financiamento Ampliado (“*Extended Arrangement*”) de cerca de US\$ 3,7 mil milhões, no quadro de uma “*Extended Fund Facility*”, com o objectivo de apoiar o programa de reformas económicas do governo de Angola. Os grandes objectivos do programa são restaurar a sustentabilidade orçamental e externa e estabelecer os fundamentos para uma efectiva diversificação económica, assente na iniciativa privada.

Figura 6. Visão geral da agenda de reformas económicas em Angola no período 2017-2022



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Report No. 18/370, Angola, Dezembro de 2018

Nos anos de 2018 e 2019, Angola, com a implementação do Plano de Estabilização Macroeconómica, a par de uma recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional, conseguiu, como já referido, voltar a atingir internamente um excedente orçamental e externamente um excedente da balança corrente, ficando com a situação macroeconómica do país mais estabilizada, apesar das fragilidades que continuavam a persistir, como o elevado endividamento e o elevado nível de inflação.

3.1.2. O contexto actual

Entretanto, emergiu a pandemia COVID-19. O impacto desta pandemia tem sido particularmente severo para a economia angolana, onde à crise económica e de saúde pública se junta uma quebra da procura pelos produtos petrolíferos e uma conseqüente diminuição dos preços. Adicionalmente, foi acordado no âmbito da OPEP+ cortes nas exportações petrolíferas de Angola. O país, que se encontra em recessão desde 2016, e que, de acordo com projecções pré-pandemia, poderia retomar o crescimento este ano, com o impacto da COVID-19, volta a sofrer uma redução da actividade económica e, de acordo com as projecções mais recentes, significativamente superior às dos anos anteriores.

Neste contexto de contracção da actividade económica, de redução das receitas petrolíferas e com a necessidade de responder à pandemia, as contas públicas angolanas, que estavam numa fase de consolidação, estão a ser de novo fortemente afectadas, tendo o Governo angolano adoptado um orçamento suplementar conservador para 2020, em que são previstas medidas para aumentar as receitas provenientes dos sectores não petrolíferos e de controlo das despesas não essenciais. Do ponto de vista da gestão da dívida pública, e com o aumento dos riscos devido à volatilidade do preço do petróleo e depreciação cambial, foram negociados acordos de extensão da maturidade da dívida com grandes credores.

Em resposta a esta crise, e dando seguimento ao programa de reformas iniciadas 2017, composto por um conjunto articulado de diferentes políticas económicas, as autoridades angolanas, para além das medidas já referidas, adoptaram recentemente um conjunto de acções em diferentes domínios, que se destacam de seguida.¹

Domínio Fiscal

- Mais espaço orçamental para medidas relacionadas com saúde, mas que garanta a manutenção da trajetória de sustentabilidade da dívida pública;
- Isenções fiscais para as doações e ajuda humanitária, e prolongamento dos prazos para pagamento de impostos sobre determinadas importações.

Domínio Monetário e Macrofinanceiro

- A 27 de Março, o BNA deixou a taxa de juro de referência inalterada e reduziu a taxa de absorção de liquidez permanente a 7 dias;
- Instituída a possibilidade das instituições que realizam operações de crédito poderem conceder aos seus clientes uma moratória de 60 dias para o serviço da dívida;
- O BNA expandiu o programa de estímulo ao crédito, que permite aos bancos deduzirem das reservas obrigatórias estipuladas o montante de crédito concedido a sectores incluídos no programa de substituição de importações/promoção de exportações;
- O BNA também anunciou uma linha de liquidez de valor equivalente a 0,5% do PIB para a banca e a disponibilização do equivalente a US\$ 186 milhões para a compra de obrigações governamentais de instituições não financeiras.

Domínio Cambial

- A reforma do mercado cambial continua em curso, tendo sido introduzida em Abril uma plataforma electrónica para as transacções cambiais, que será progressivamente estendida a todas as transacções. Já a partir de Janeiro mais um passo tinha sido dado na flexibilização cambial com a autorização dada às empresas petrolíferas para poderem vender moeda estrangeira directamente aos bancos.

Em 2020, a quebra da actividade económica resultante da pandemia COVID-19 teve um impacto considerável na indústria petrolífera (Gráfico A 9, Anexos), sector ainda muito relevante na economia angolana.

¹ Policy Responses to COVID-19, FMI (consulta a 16/10/2020).

A análise de outros indicadores económicos de elevada frequência permite compreender de forma mais detalhada a extensão dos impactos desta crise na economia angolana.

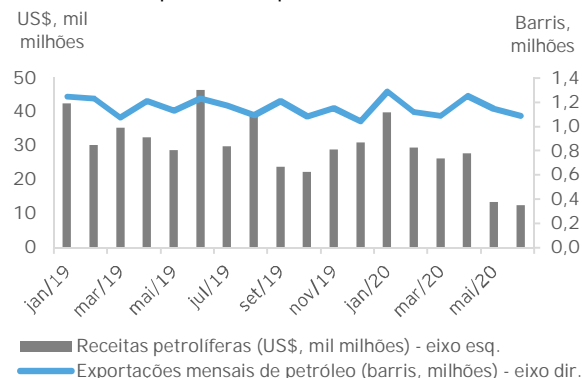
O Kwanza sofreu uma grande depreciação, tendo acabado o mês de Setembro a perder mais de 20% face ao dólar norte-americano. A variação homóloga do índice de preços no consumidor tem registado uma tendência crescente em 2020, atingindo os 23,82% em Setembro, o valor mais alto registado desde Novembro de 2017. A evolução da inflação reflecte, sobretudo, a depreciação cambial que tem ocorrido e uma política monetária moderadamente acomodaticia. Na resposta a esta crise, o BNA flexibilizou a sua política monetária, embora a margem de flexibilização esteja condicionada pelas pressões inflacionistas.

A concessão de crédito à economia (a empresas e a particulares) registou até Junho um crescimento homólogo de 19%. Comparando este aumento com a taxa média de inflação homóloga até à mesma data (20,26%), constata-se que esta crise não tem impactado o mercado do crédito da mesma forma como afectou outras vertentes da economia angolana. No mercado de crédito a particulares, a evolução do crédito concedido (crescimento homólogo de 23%) superou mesmo a inflação homóloga registada.

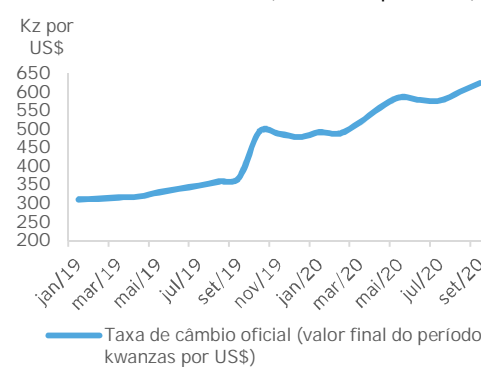
Embora a evolução do IPC até Setembro em Angola demonstre um significativo aumento dos preços no país, para o qual a pandemia também tem contribuído (principalmente através do aumento dos custos das importações em resultado da depreciação cambial), a inflação em 2020 deverá ficar abaixo do projectado antes da pandemia, de acordo com o FMI. Segundo esta instituição, em 2020 deverá registar-se uma inflação média de 21%. Comparativamente à região da África Subsariana, a inflação em Angola deverá continuar em 2020 em níveis muito superiores, projectando-se um diferencial de 10,4 p.p., depois de em 2019 ter sido de 8,6 p.p..

Gráfico 1. Indicadores económicos de elevada frequência da economia angolana | 2019-2020

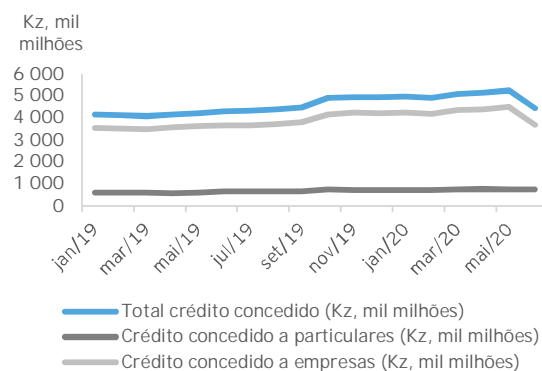
Receitas e exportações petrolíferas



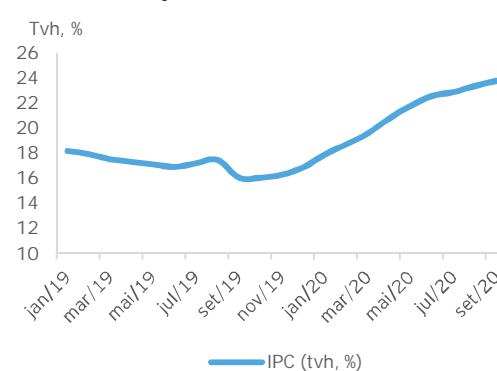
Taxa de câmbio oficial (Kwanzas por US\$)



Crédito concedido



Índice de Preços no Consumidor Nacional



Fonte: EY-Parthenon, com base em BNA, MINFIN, INE

A contracção da economia angolana deverá atingir os 4% em 2020, de acordo com projecções do FMI. O país, que se encontra em recessão desde 2016 e que nos últimos anos tem adoptado um conjunto de reformas económicas, deveria voltar a crescer 1,2% em 2020, de acordo com as projecções pré-pandemia do FMI.

Contudo, por via dos efeitos da COVID-19, registou um retrocesso no processo de consolidação macroeconómica e de crescimento económico. Em Angola, a contracção esperada supera a média projectada para a África Subsariana (-3%), mas encontra-se em linha com o estimado para os países da região exportadores de petróleo (-4%). À forma particularmente severa como os países produtores de petróleo² têm sido afectados pela pandemia (por via da redução da actividade económica global), acresce o contexto macroeconómico de partida, onde o conjunto dos países da África Subsariana se encontrava numa conjuntura económica distinta de Angola, tendo apresentado um crescimento de 3,2% em 2019 e projecções de crescimento pré-pandemia para 2020 ainda superiores. De destacar também que a China, importante parceiro económico de Angola, em 2020, num contexto de contracção económica global, vai apresentar um crescimento na ordem de 1,9%, em consequência da rápida normalização da sua actividade económica e de uma forte política de apoio às exportações.

Conforme antecipado, o impacto desta crise nas contas públicas será bastante expressivo, tendo o FMI projectado um défice orçamental de 3,6, num ano em que esperava que o Governo conseguisse atingir um novo excedente orçamental, e uma dívida pública de cerca de 123% do PIB (13,6 p.p. superior à de 2019). No conjunto dos países da África Subsariana, a média dos défices orçamentais em 2020 deverá ser substancialmente superior ao estimado para a economia angolana (-7,6%), embora o ponto de partida destes países difira significativamente de Angola, uma vez que estes em 2019 já estavam numa situação deficitária (-4,2%) e apresentavam um nível de endividamento público bastante inferior (a dívida do Sector Público atingiu os 50,4% do PIB em 2019). As projecções do FMI apontam para que a economia angolana volte em 2020 a uma situação de défice duplo (Tabela A 2, Anexos)

Embora a evolução do IPC até Setembro em Angola demonstre um significativo aumento dos preços no país, para o qual a pandemia também tem contribuído (principalmente através do aumento dos custos das importações em resultado da depreciação cambial), a inflação em 2020 deverá ficar abaixo do projectado antes da pandemia, de acordo com o FMI. Segundo esta instituição, em 2020 deverá registar-se uma inflação média de 21%. Comparativamente à região da África Subsariana, a inflação em Angola deverá continuar em 2020 em níveis muito superiores, projectando-se um diferencial de 10,4 p.p., depois de em 2019 ter sido de 8,6 p.p..

3.1.3. Projecções futuras

Depois de 2020 ser marcado por uma contracção global (-4,4%), de acordo com as mais recentes projecções do FMI, antecipa-se que 2021 seja um ano de recuperação, com o crescimento médio global a atingir os 5,2%.

As mais recentes projecções do FMI para Angola antevêem um cenário de expansão para os próximos anos, tendo sido estimado um crescimento médio de 3,4% no período 2021-2023. A este ritmo de crescimento, a economia angolana recuperará das perdas sofridas em 2020 apenas em 2022. Para 2021, o crescimento previsto para a economia angolana é de 3,2%, em linha com o esperado em termos médios na África Subsariana e acima do esperado para os países exportadores de petróleo da região. De notar que estas previsões estão muito dependentes da evolução da situação epidemiológica e do seu impacto na economia como um todo e no mercado petrolífero de forma particular. No mais recente cenário macroeconómico global, o FMI assume que a persistência do choque macroeconómico resultante desta pandemia continua incerto e muito dependente de factores inerentes à própria evolução da pandemia, tendo sido assumidos no cenário base pressupostos como a manutenção da distância social em 2021 (embora assumindo-se que ao longo do ano esta distância vá diminuindo com o desenvolvimento de uma vacina e de terapias mais eficazes) e que em 2022 os níveis de transmissão já serão baixos.

Com este cenário de evolução e de crescimento económico, o FMI antecipa para Angola uma desaceleração do nível dos preços nos próximos anos, com a inflação a atingir os 8,9% em 2023. O próximo ano ainda será de desequilíbrio nas contas do Governo, com o défice a atingir o 1,6%, sendo esperado que em 2022 se volte a alcançar um equilíbrio orçamental. Também no que respeita à dívida pública, é antecipado um cenário de evolução positiva nos próximos anos, com reduções contínuas até 2023, ano para o qual é projectado um rácio de 86,8% do PIB, o que seria o valor mais baixo desde 2017. Em 2021, Angola continuará a registar um défice orçamental abaixo da média dos países da África Subsariana e dos países exportadores de petróleo da região. A maior contenção orçamental de Angola é justificada, em parte, pela manutenção de uma dívida pública substancialmente superior à média desses países e pelo processo de estabilização macroeconómica em curso no país.

² Angola, Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Sudão do Sul.

Apesar das melhorias esperadas ao nível das contas públicas, o FMI não antecipa que a evolução das contas externas acompanhe a evolução dos saldos internos, prevendo antes a manutenção de um défice da balança corrente no período 2021-2023, embora diminuindo a cada ano. A evolução das contas externas reflecte o desempenho do sector petrolífero angolano, projectando-se para o período 2021-2023 uma produção média ao nível de 2019, mas um valor de exportações 35% abaixo de 2019, em consequência da diminuição esperada pelo FMI dos preços do petróleo no mercado internacional.

Tabela 2. Projecções económicas para a economia angolana | 2021-2023

Indicadores Económicos por Categoria / Ano da Projecção	2021	2022	2023
Angola			
Fonte: FMI Setembro 2020 ¹			
Economia Real			
PIB real (tvh, %)	3,2	3,0	4,0
Actividade real do sector petrolífero (tvh, %)	6,1	1,6	1,6
Índice de Preços no Consumidor (% , média anual)	20,6	14,0	8,9
Indicadores Orçamentais do Governo e Dívida Pública			
Saldo Orçamental do Governo (% do PIB)	-1,6	0,0	1,0
Dívida total bruta do Sector Público (% do PIB)	112,5	97,5	86,8
Balança de Pagamentos e Reservas			
Balança Comercial (% do PIB)	17,2	18,7	19,2
Balança Corrente (% do PIB)	-1,4	-0,9	-0,3
Reservas internacionais brutas (valor no fim do período, US\$, milhões)	16.729	17.929	18.929
Reservas internacionais brutas (número de meses de importações do ano seguinte)	10,2	10,3	10,3
Sector Petrolífero			
Produção de gás e petróleo (milhões de barris por dia)	1.477	1.500	1.524
Exportações de gás e petróleo (US\$, mil milhões)	20,3	22,5	24,4
África Subsariana (Total / Exportadores de Petróleo²)			
Fonte: FMI Outubro 2020 ³			
Economia Real			
PIB real (tvh, %)	3,1 / 2,1	-	-
Índice de Preços no Consumidor (% , média anual)	7,9 / 12,5	-	-
Indicadores Orçamentais do Governo e Dívida Pública			
Saldo Orçamental do Governo (% do PIB)	-5,9 / -4,0	-	-
Dívida total bruta do Sector Público (% do PIB)	57,8 / 46,4	-	-
Balança de Pagamentos e Reservas			
Balança Corrente (% do PIB)	-4,1 / -2,3	-	-
Reservas internacionais brutas (número de meses de importações do ano seguinte)	3,6 / 2,5	-	-

Notas:

1) FMI Country Report No. 20/281, Angola, Setembro 2020

2) Angola, Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Sudão do Sul

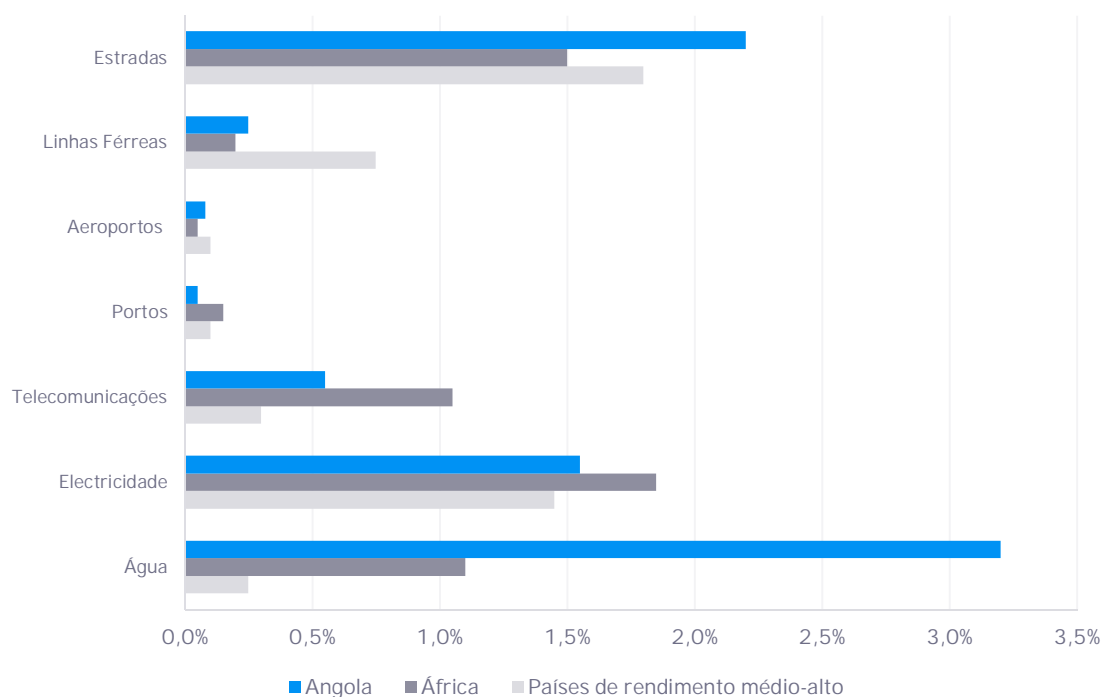
3) FMI Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa, Outubro 2020

Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e FMI World economic outlook, Outubro 2020

Apesar das perspectivas adversas em torno do mercado petrolífero para os próximos anos, que prejudicam a performance da economia angolana, é expectável que a implementação das reformas estruturais e do programa de privatizações conduzam a uma melhoria da gestão orçamental e a uma maior relevância do sector privado no crescimento económico.

Nos últimos anos, o fortalecimento do tecido empresarial nacional tem sido uma das prioridades do Governo Angolano. Foram já implementadas algumas medidas no sentido quer de alinhar o contexto regulatório do país com as necessidades inerentes à criação de novos negócios, quer de melhorar as infra-estruturas de suporte à economia.

Figura 7. Necessidades de investimento em infraestruturas em % do PIB 2016-2040



Fonte: GHUB Global Infrastructure Outlook

No que diz respeito ao alinhamento do contexto regulatório angolano, o segundo eixo do novo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-22³, intitulado *Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo*, prevê uma vasta agenda para esse efeito, incluindo medidas para (i) melhorar o ambiente produtivo e competitivo nacional, (ii) para promover a inovação e transferência de tecnologia e (iii) para apoiar sectores com potencial para substituir importações e diversificar exportações. Este eixo é complementado com medidas para fortalecer o ambiente macroeconómico e reduzir a dimensão da presença pública em sectores-chave. A nova lei de investimento e concorrência e a preparação de uma lei de privatização sinalizaram precisamente o compromisso do novo governo com o fortalecimento do tecido empresarial nacional.

Em paralelo, a emergência de novos negócios e, conseqüentemente, a diversificação económica em Angola, encontra ainda consideráveis restrições intimamente relacionadas com a “sub-capacitação” de alguns sectores transversais e de suporte à economia (ver Anexos A1. Dinâmicas setoriais transversais), em particular os sectores da energia, da água, dos transportes e das TIC, que ainda não estão a fornecer níveis suficientes de serviços e inputs para permitir a competitividade e crescimento do sector privado. Note-se, no entanto, que estes sectores com um potencial significativo para impulsionar a transformação da economia angolana têm sido apoiados ao longo dos últimos anos.

O acesso a electricidade em Angola ainda não é satisfatório. No entanto, o sector da energia tem registado melhorias consideráveis ao nível do ambiente regulatório e da capacidade de geração de electricidade, sendo a geração de energia hidroelétrica uma das prioridades core do Governo Angolano (que planeia investir cerca de 23.3 mil milhões de dólares no sector até 2025).

O sector da água e saneamento tem sido uma das principais preocupações do Governo angolano. O PDN introduz as 3 principais linhas de actuação neste sector para o período 2018-2022: (i) expansão da rede de água potável e canalizada, (ii) desenvolvimento das instituições do sector e (iii) melhorias nos serviços de saneamento básico. Apesar do sector da água e saneamento continuar a ter bastantes ineficiências e com fraca capacidade de resposta à procura nacional, nos últimos anos foram registadas algumas melhorias, prevendo-se que, até 2020, 85% das áreas urbanas estejam cobertas pela rede de saneamento.

³ Ministério da Economia e Planeamento (MEP) (2018), *Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022*.

O sector dos transportes é caracterizado por uma forte presença de empresas públicas, representando a maior parcela da despesa pública em infra-estruturas. Ainda assim, o forte investimento do Estado não tem sido acompanhado por ganhos de eficiência e produtividade, pondo em evidência lacunas existentes em termos de infra-estruturas, como a rede de estradas, os caminhos de ferro ou os portos.

Por fim, o sector das TIC assume-se como crucial para o fortalecimento da economia do país. No entanto, este sector continua a necessitar de um ajustamento da sua capacidade e cobertura, tendo em conta a dimensão de Angola. Nesse sentido, as TIC são classificadas como uma área-chave no Plano de Desenvolvimento Nacional, tendo sido criado o *Digital Infrastructure Reform Roadmap* com o objectivo de guiar a transição de Angola para uma sociedade digital (esta transição tem sido apoiada pelo Banco Mundial através da prestação de suporte técnico).

De salientar também que, recentemente, o Governo angolano anunciou que estão em curso os trabalhos de implementação do Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPP) até dezembro de 2021. Segundo o Ministério da Economia e Planeamento (MEP), o plano compreende uma lista indicativa de 41 potenciais projectos de investimento a serem estruturados na modalidade de parceria público-privada. Entre os 41 potenciais projectos, estão vários do sector das obras públicas e ordenamento do território, com destaque para a construção da nova ponte sobre o Rio Kwanza, a conclusão da construção e gestão da centralidade de Saurimo e a construção de uma auto-estrada no corredor norte-sul. Para o sector dos transportes, as autoridades angolanas destacam 10 potenciais projectos, entre os quais a construção de metro de superfície de Luanda, a ligação ferroviária entre Angola e Zâmbia pelo Caminho de Ferro de Benguela – extensão do corredor centro, ligação ferroviária do Caminho de Ferro de Luanda à fronteira com a República Democrática do Congo para conectar Katanga–corredor norte, e a ligação ferroviária do Caminho de Ferro de Moçâmedes, Namíbia e Victoria Falls. No domínio da energia e águas, o plano inscreve vários projectos com realce para a construção e exploração da central do ciclo combinado do Soyo II e a gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento de Cabinda. No caso do Turismo, estão entre os sete projectos de relevo a construção e exploração da unidade de valorização de resíduos sólidos dos Mulenvos, Luanda, a construção e exploração da unidade do polo de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo e a exploração da unidade do polo de desenvolvimento turístico de Okavango. O sector da ação social, família e promoção da mulher inscreve igualmente vários projectos de investimento a serem estruturados na modalidade PPP com realce para a reabilitação e exploração do aldeamento agroindustrial do Chinguar e reabilitação e exploração do aldeamento agroindustrial de Quicabo. Um centro de estágio desportivo na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo consta da lista de projectos para o sector da juventude e desportos, nomeadamente a sua reestruturação, apetrechamento e gestão.

As medidas supracitadas, entre outras, têm impulsionado a diversificação da estrutura produtiva de Angola, ainda que numa fase de arranque, existindo múltiplas oportunidades de desenvolvimento e de captação de novos investimentos. No ponto que se segue, é analisada a estrutura sectorial da economia angolana, o seu tecido empresarial e principais tendências de evolução futura.

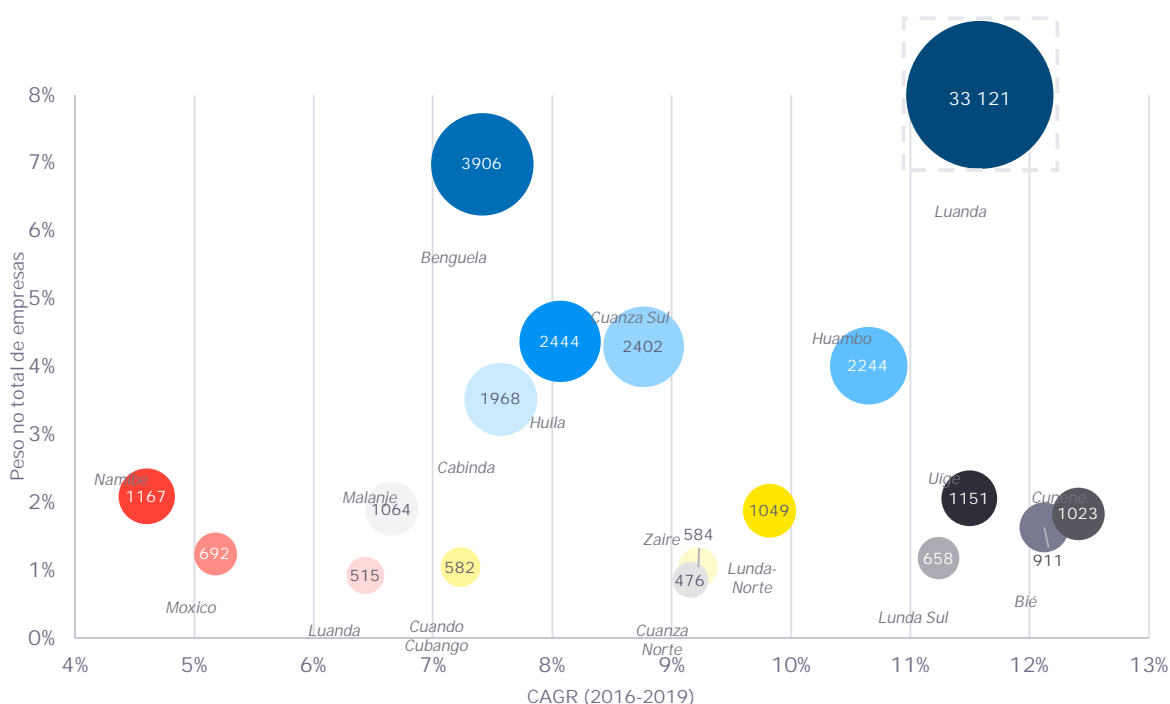
3.2. Análise sectorial

3.2.1. Tecido empresarial angolano – distribuição geográfica e demografia das empresas

A economia angolana é caracterizada por níveis de urbanização bastante elevados, sendo actualmente o segundo país mais urbanizado da região da África Subsariana. O período pós-guerra civil ficou marcado por sucessivas vagas de êxodo rural, marcadas pela migração de habitantes de províncias rurais para as grandes cidades (em particular, para Luanda que, actualmente, aglutina cerca de 8 milhões de habitantes). Este fluxo migratório reflecte-se na distribuição geográfica do tecido empresarial angolano. De facto, a província de Luanda concentra cerca de 66% das empresas a operar em Angola, um peso relativo que se tem mantido mais ou menos contante nos últimos quatro anos. Benguela é a segunda província com maior expressão, representando apenas 6% das empresas angolanas.

Ao nível nacional, o número de empresas cresceu nos últimos quatro anos a um ritmo médio anual de 10%. As províncias de Bié e Cunene foram as que registaram as mais elevadas taxas de crescimento anual, cuja média se fixou em mais de dois pontos percentuais acima da média nacional.

Gráfico 2. Contributo das províncias angolanas para o número de empresas do país | 2019



Notas: 1) No eixo vertical, está representado o peso relativo de cada província no número total de empresas angolanas, no eixo horizontal está representado a taxa média de crescimento anual do número de empresas registado por cada província, a dimensão dos círculos representa o número de empresas de cada província em 2019.

2) Por motivos de leitura, o eixo vertical do gráfico foi suprimido, sendo que a província de Luanda representa 65,5% das empresas do país.

Fonte: EY-Parthenon, com base no Anuário Estatísticas das Empresas 2019, INE

De acordo com o Anuário Estatísticas das Empresas produzido pelo INE, em 2019, Angola contabilizava 202.496 empresas, das quais 55.957 se encontravam em actividade e 144.210 aguardava o início de actividade. Note-se que, no mesmo ano, cerca de 1% das empresas do país se encontrava com actividade suspensa e 0,3% atravessava um processo de dissolução.

Tabela 3. Natalidade e mortalidade de empresas por sector de actividade em Angola | 2018 e 2019

Sector de actividade	Taxa Mortalidade				Taxa de Natalidade				Quociente Natalidade/Mortalidade	
	2018	%	2019	%	2018	%	2019	%	2018	2019
Agricultura e pescas	259	4%	260	3%	15	0%	17	0%	6%	7%
Indústrias transformadoras	266	3%	273	3%	35	0%	50	0%	13%	18%
Eletricidade e água	9	2%	10	2%	0	0%	9	2%	0%	90%
Construção	91	1%	92	1%	21	0%	40	0%	23%	43%
Comércio	951	1%	920	1%	497	1%	596	1%	52%	65%
Alojamento e Restauração	169	1%	266	2%	36	0%	61	1%	21%	23%
Transportes e Armazenamento	112	2%	112	2%	8	0%	9	0%	7%	8%
Serviços de apoio às empresas	167	0%	179	0%	154	0%	131	0%	92%	73%
Outros serviços	217	1%	217	1%	95	1%	58	0%	44%	27%
Total	2350	1%	2329	1%	865	1%	1006	1%	37%	43%

Nota: A taxa de mortalidade de empresas é calculada pelo quociente entre empresas dissolvidas num dado ano e o número de empresas existentes nesse mesmo ano.

A taxa de natalidade de empresas é calculada pelo quociente entre empresas criadas no ano N e o número de empresas do ano N-1.

Fonte: EY-Parthenon com base Anuário Estatísticas das Empresas 2019, (INE, 2019)

O retrato demográfico da estrutura empresarial angolana é caracterizado por uma taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade (novas empresas criadas), independentemente do sector de actividade. Ano após ano, transversalmente a todos os sectores, o quociente de natalidade por mortalidade das empresas em Angola é inferior à unidade, indicando que as empresas criadas são em menor número que as empresas dissolvidas, o que se traduz num ritmo de “destruição” empresarial com alguma relevância. Ainda assim, verificou-se um decréscimo de 1% da taxa de mortalidade entre 2018 e 2019, em todos os sectores, ao passo que a taxa de natalidade aumentou cerca de 16% no mesmo período.

Em termos geográficos, a província de Benguela destaca-se por apresentar o mais elevado número de empresas em processo de dissolução no ano de 2019, representando mais de 1% das empresas da província. Em termos sectoriais, nos dois últimos anos, a Agricultura e Pescas foram as actividades que apresentaram maior taxa de mortalidade de empresas (na ordem dos 4% das empresas activas). A Electricidade e Água registaram a taxa de natalidade mais elevada em 2019, apresentando um quociente de natalidade por mortalidade de 90%. É importante notar que o reduzido quociente natalidade/ mortalidade espelha a exigente burocracia associada à criação de empresas em Angola, que se traduz num processo difícil e demorado. Aliás, em 2019, o número de empresas a aguardar o início de actividade correspondia a 71% do total de empresas angolanas.

Tabela 4. Empresas existentes em Angola por província por situação perante a actividade | 2019

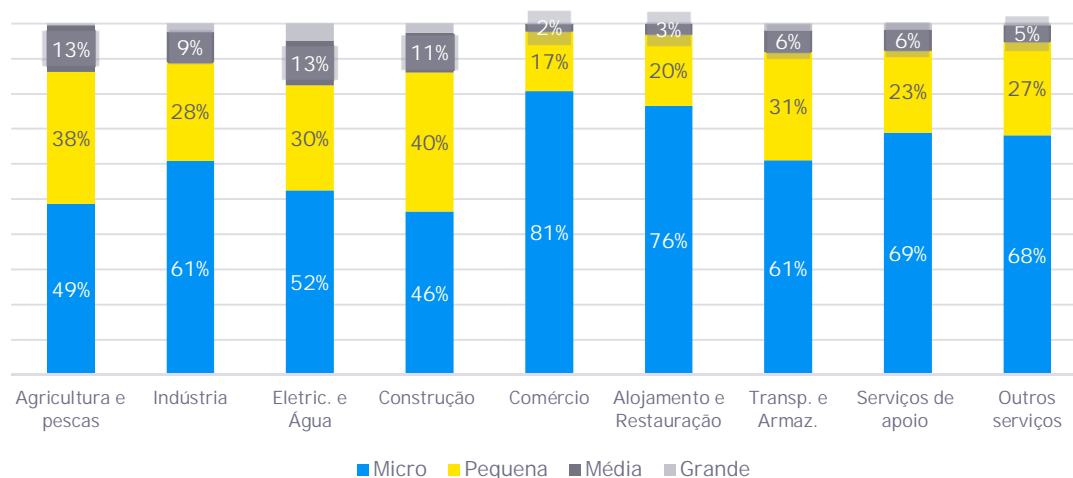
	Total	Aguardam início	Em actividade	Actividade suspensa	Dissolvida
Total	202.496	144.210	55.957	1.770	559
<i>Cabinda</i>	6.346	4.304	1.968	41	33
<i>Zaire</i>	1.618	991	584	33	10
<i>Uíge</i>	3.552	2.362	1.151	34	5
<i>Luanda</i>	132.695	98.579	33.121	799	196
<i>Cuanza Norte</i>	2.259	1.760	476	13	10
<i>Cuanza Sul</i>	5.962	3.465	2.402	64	31
<i>Malanje</i>	4.185	3.097	1.064	15	9
<i>Lunda-Norte</i>	2.418	1.354	1.049	11	4
<i>Benguela</i>	12.830	8.629	3.906	181	114
<i>Huambo</i>	6.783	4.447	2.244	30	62
<i>Bié</i>	2.768	1.786	911	61	10
<i>Moxico</i>	2.362	1.650	692	12	8
<i>Cuando Cubango</i>	1.608	1.015	515	56	22
<i>Namibe</i>	2.719	1.502	1.167	40	10
<i>Huíla</i>	5.581	3.011	2.444	114	12
<i>Cunene</i>	2.026	961	1.023	34	8
<i>Lunda-Sul</i>	2.323	1.643	658	8	14
<i>Bengo</i>	4.461	3.654	582	224	1

Fonte: EY-Parthenon com base em Anuário Estatísticas das Empresas 2019 (INE, 2019)

O tecido empresarial angolano é caracterizado por uma abundância relativa de micro e pequenas empresas, que, no seu conjunto, representam 95% do total das empresas. Tipicamente, estas empresas assumem a forma jurídica de empresas em nome individual ou sociedades por quotas. Note-se, todavia, que a composição das empresas angolanas, no que à sua dimensão diz respeito, varia de acordo com o sector de actividade e com as especificidades de cada negócio.

No sector do Comércio observa-se um predomínio de empresas de pequena dimensão, em que as micro e pequenas empresas representam 98% do sector. O sector do Alojamento e Restauração assume um perfil semelhante no que se relaciona com a dimensão das empresas, com 96% de micro e pequenas empresas. Ao invés, o sector da Electricidade, Água e Saneamento, assim como o sector da Construção, caracterizam-se por uma presença considerável de empresas de maior dimensão, em linha com a estrutura de custos e com os requisitos de capital exigidos nestes sectores. No sector da Electricidade, Água e Saneamento, as empresas de média e grande dimensão representaram, em 2019, cerca de 17% do sector.

Gráfico 3. Composição do tecido empresarial angolano de acordo com a dimensão das empresas, por sector de actividade | 2019



Fonte: EY-Parthenon, com base no Anuário Estatísticas das Empresas 2019, INE

Actualmente, a estrutura empresarial angolana é caracterizada por um elevado peso do sector do Comércio, que representa cerca de 46% das empresas do país. Os serviços de apoio às empresas (que incluem actividades financeiras e de seguros, actividades de consultoria, científicas e técnicas e actividades administrativas), são o segundo sector com mais expressão em termos de concentração do número de empresas, representando 12% do total.

De realçar que os sectores de actividade com maior peso no número de empresas em Angola são também os sectores caracterizados por uma maior proporção de micro e pequenas empresas. Por este motivo, as considerações sobre o perfil de especialização do país tomadas com base no número de empresas devem ser complementadas com a análise de outros indicadores, nomeadamente o emprego gerado e o valor acrescentado.

3.2.2. Estrutura sectorial do emprego e valor acrescentado

Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), o peso relativo de cada sector de actividade na economia angolana apresenta uma estrutura diferenciada face à distribuição empresarial. O sector do comércio, apesar de concentrar um elevado número de empresas, representa apenas 14% do valor acrescentado gerado no país. Ao invés, a Indústria (incluindo indústria transformadora e indústria extractiva), que concentra apenas 6% das empresas angolanas, é responsável por cerca de 30% do VAB no país. De forma semelhante, também o sector da Construção apresenta um peso relativamente elevado na economia nacional em termos de VAB gerado, representando cerca de 17% do total nacional.

De referir, no entanto, que, no que diz respeito à estrutura sectorial da economia angolana e à sua dinâmica com o exterior, esta ainda verifica um elevado peso da Indústria Extractiva, em particular da actividade petrolífera, que em 2019, representou cerca de 95% das exportações do país. Apesar da dependência histórica de Angola no sector petrolífero, conforme se pode constatar no diagnóstico de enquadramento macroeconómico no capítulo anterior, a economia angolana tem caminhado progressivamente no sentido de se tornar mais diversificada, dando cada vez mais enfoque noutros sectores de actividade.

O Governo angolano tem demonstrado uma ambição em diversificar a estrutura económica do país. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 veio confirmar este compromisso, destacando quatro sectores prioritários no que diz respeito à alocação de investimento, sendo eles (i) o sector da Água e Energia, (ii) a Indústria Agro-alimentar, (iii) o sector do Alojamento e Restauração e, finalmente, (iv) o sector dos Transportes e Armazenamento. Acresce que o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 vem reforçar a aposta também nos sectores da agricultura, pecuária, florestas, pescas e recursos marinhos, indústria extractiva, exploração e transformação de petróleo e gás, indústria transformadora e turismo. Estes sectores são vistos como o motor para a diversificação, para a criação de emprego digno e, ainda, para a promoção da coesão no país, podendo representar corredores de desenvolvimento no longo prazo.

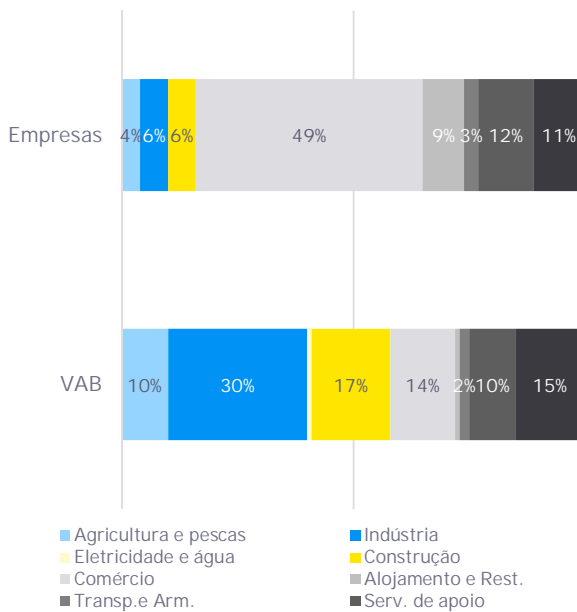
Segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, esperava-se que, entre 2018 e 2022, a economia angolana atingisse uma taxa média de crescimento de 3%, em termos reais, com uma aceleração do sector não petrolífero e uma estabilização do produto petrolífero. Neste cenário, segundo previsões do Ministério da Economia e Planeamento de Angola, os principais motores do crescimento seriam os sectores da agricultura (taxa média de 8,9%), das pescas (taxa média de 4,8%), da indústria transformadora (taxa média de 5,9%), construção (taxa média de 3,8%) e serviços - incluindo o turismo (taxa média de 5,9%).

Em linha com os objectivos supracitados, o sector da Agricultura e Pescas foi o que registou um maior aumento do número de empresas no período de 2016 a 2019, observando-se uma taxa de crescimento médio anual superior a 30%. A este, seguiram-se os sectores da Água e Energias e da Construção, com taxas médias de crescimento anual de 15% e 13%, respectivamente.

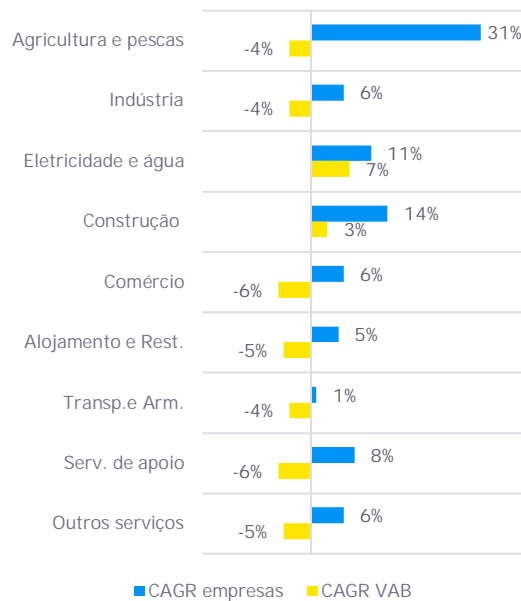
Importa destacar que o sector da Construção foi fortemente impulsionado pelas necessidades inerentes ao término do conflito armado em 2002. A Guerra Civil deixou as infraestruturas do país parcial ou totalmente devastadas, pelo que a recuperação rápida destas se assumiu como a principal prioridade do Governo de Angola à data. Simultaneamente, o período 2006-2014 foi marcado por um crescimento económico extremamente rápido (o PIB_{pc} passou de US\$711 em 2002 para US\$4804 em 2013), acompanhado por níveis de investimento público elevados - entre 2002 e 2015, foram investidos US\$87,5 mil milhões em infraestruturas. Este contexto atraiu várias empresas de construção estrangeiras (sobretudo portuguesas, brasileiras e chinesas) para Angola, com o objectivo de capitalizar este mercado em crescimento.

Gráfico 4. Estrutura produtiva angolana em termos de número de empresas e VAB | 2016-2019

Distribuição do número de empresas e VAB por sector de actividade | 2019



Taxa média de crescimento anual do número de empresas e do VAB | 2016-2019

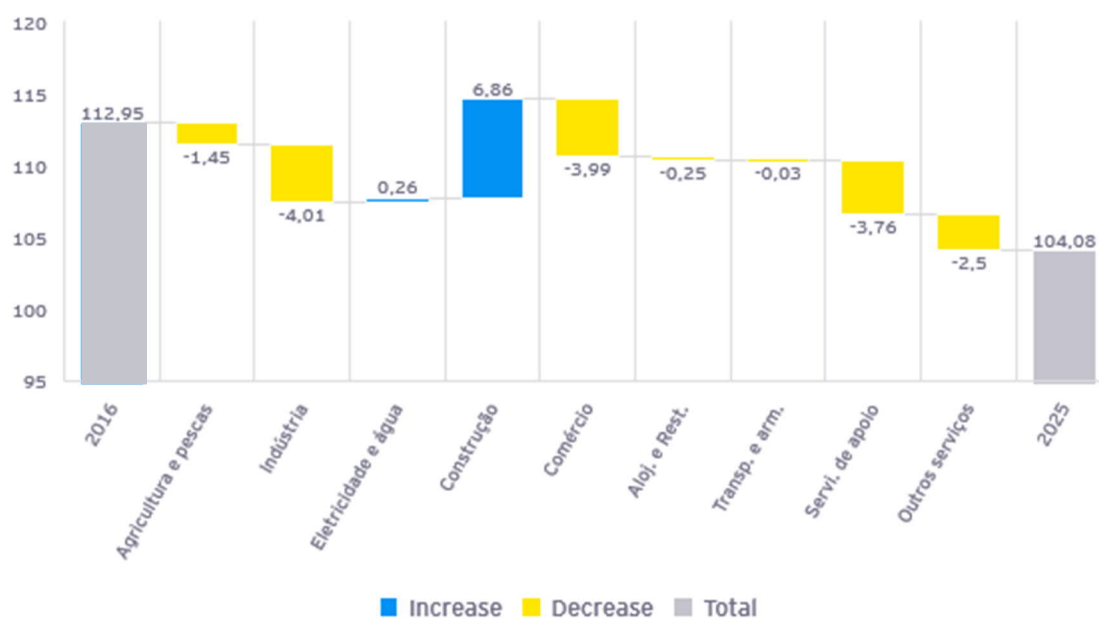


Fonte: EY-Parthenon, com base no Anuário Estatísticas das Empresas 2019, INE

O período de 2012 a 2015 foi marcado por uma evolução positiva do valor acrescentado bruto (a preços constantes de 2015) transversal a todos os sectores da actividade. As quebras do preço internacional do barril de petróleo que decorreram nos anos seguintes tiveram um impacto muito negativo no valor gerado – à excepção do sector de Electricidade e Água e do sector da Construção, todos os restantes sectores registaram quebras no VAB entre 2016 e 2019. Os sectores mais dependentes do comércio externo foram os mais afectados, em particular o comércio por grosso e a retalho, e o sector do turismo (incluindo alojamento e restauração). Também a indústria verificou uma contracção do VAB gerado neste período.

Em termos de geração de emprego, a economia angolana caracterizou-se por uma evolução positiva que se estendeu a todos os sectores de actividade. Globalmente, entre 2012 e 2019, o número de postos de trabalho aumentou a um ritmo médio anual de 3,6%, sendo o sector do Alojamento e Restauração o que registou a mais elevada taxa de crescimento (CAGR 2016-2019 de 6%/ano).

Gráfico 5. Contributo de cada sector de actividade para a evolução do VAB (a preços constantes de 2015), em mil milhões de US\$ | 2016-2025



Fonte: EY-Parthenon com base nos dados de Oxford Economics (Oxford Economics, 2020)

Em relação ao futuro, as estimativas disponíveis perspectivam que o valor acrescentado bruto das várias indústrias angolanas continue a diminuir até 2020 e retomem o seu crescimento, a ritmos lentos (cerca de 3% ao ano), até 2025. Ainda assim, o VAB, a preços de 2015 estimado para 2025 representa uma diminuição de cerca de 8% face ao valor registado em 2016. Desta forma, espera-se que a economia angolana apresente uma taxa de variação média anual do VAB entre 2016 e 2025 de -1%. Nessas estimativas, perspectiva-se que o sector do Comércio e o sector dos Outros Serviços sejam os que mais contribuam para o decréscimo do VAB, apresentando uma taxa média de variação anual (CAGR 2016-2025) de -4%. O sector da Construção assume-se como o principal motor de crescimento do VAB nos próximos anos (nos próximos quatro anos, prevê-se que o valor gerado por este sector aumente a uma taxa média anual de aproximadamente 4,8%).

3.2.3. VAB, emprego e produtividade – principais tendências

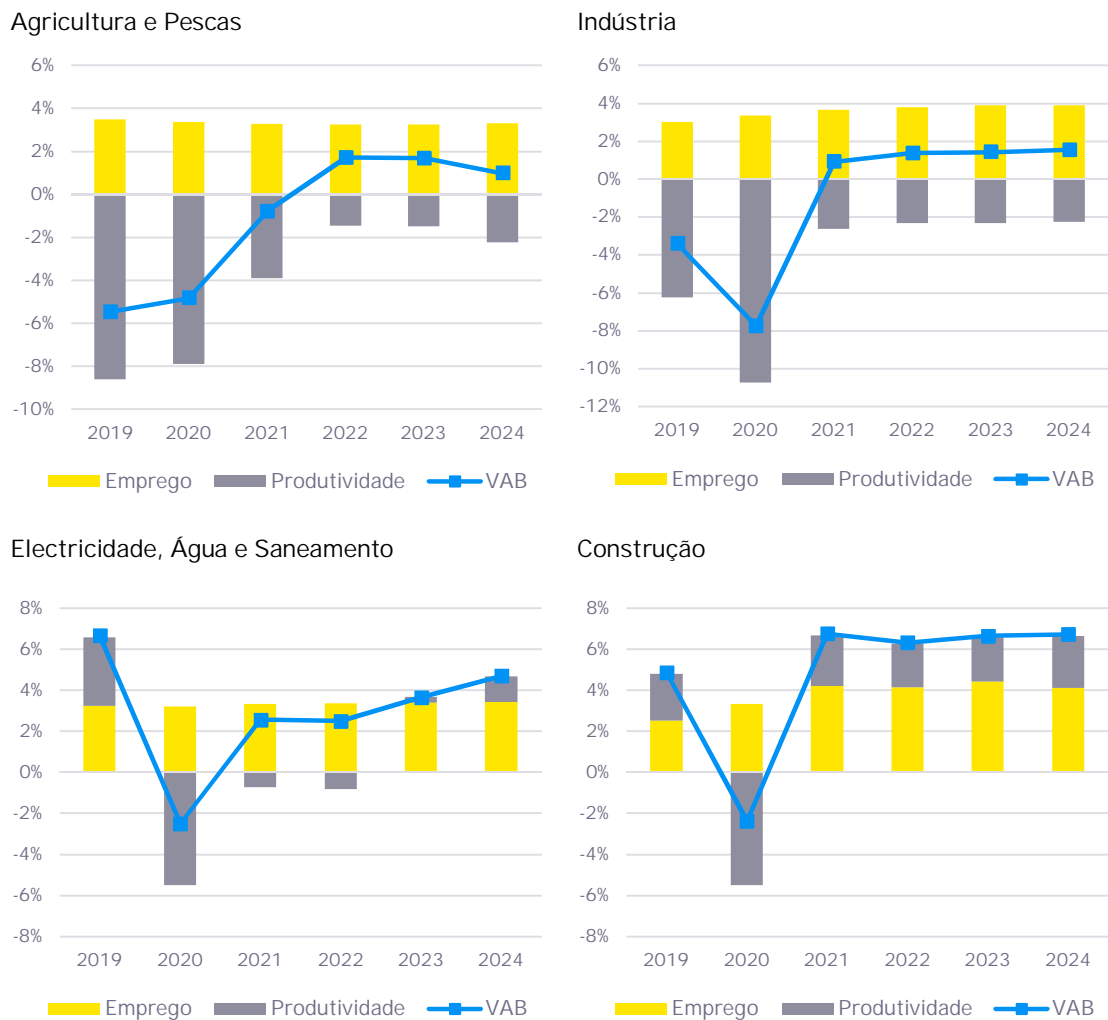
Considerando o aumento contínuo do número de postos de trabalho, a redução do VAB da indústria angolana até 2020 espelha a redução da produtividade aparente do trabalho (dada pelo quociente entre o VAB e o emprego gerado em cada sector de actividade) no mesmo período. Entre 2012 e 2019, apenas o sector da Electricidade e Água registou um aumento de produtividade, tendo esta aumentado a um ritmo médio anual de 6%. O sector de Agricultura e Pescas e o Sector da Construção mantiveram os níveis de produtividade, apresentando taxas médias de variação anual positivas, mas pouco representativas (próximas de zero). Os restantes sectores apresentaram diminuições contínuas da produtividade aparente do trabalho entre 2012 e 2019, destacando-se o sector dos Transportes e Armazenamento e o sector de Alojamento e Restauração, cuja diminuição média anual de produtividade ascendeu a 7%.

Globalmente, é esperado que o ritmo positivo de criação de emprego permaneça até 2025 de forma transversal a todos os sectores de actividade, prevendo-se uma taxa de crescimento média anual entre 2016 e 2025 de 3,7%. O ritmo de crescimento esperado do emprego deverá superar o ritmo de crescimento do VAB no mesmo período, prevendo-se uma diminuição da produtividade aparente do trabalho até 2024.

De acordo com o estudo “*Labour Market Risk Report*”⁴, o aumento da escolaridade dos angolanos, as melhorias implementadas no sistema de educação (em 2019, o Banco Mundial concedeu um empréstimo de USD1bn destinado, maioritariamente, ao desenvolvimento do sistema de educação angolano), o desenvolvimento das infra-estruturas do país e as melhorias do sistema de saúde angolano estão relacionados com o aumento previsto de produtividade. De facto, ao longo dos anos, Angola tem apresentado progressos significativos nos seus indicadores sanitários. Aliás, verificou-se uma queda na prevalência do HIV (de 2,4% em 2009 e 2% em 2015) e uma redução na incidência de doenças endémicas, como a malária e a tuberculose. Todas estas concretizações estão associadas a um melhor acesso aos serviços de saúde, como a vacinação através de serviços baseados nas comunidades, a integração dos serviços de saúde materna e infantil e a melhoria da recolha e utilização de dados na tomada de decisões.

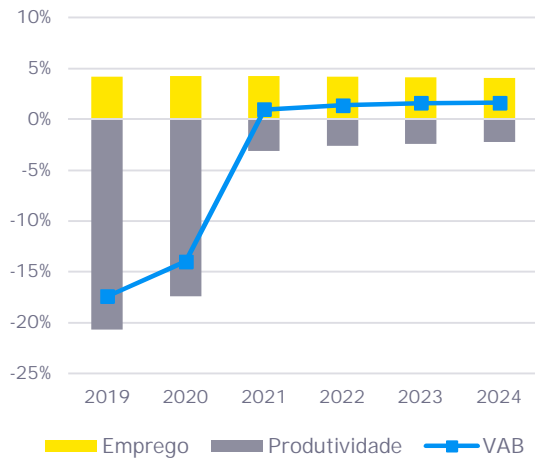
O sector da Construção deverá apresentar um aumento médio do valor gerado de 4,8%/ano entre 2019 e 2024, assumindo-se como o único sector em que a produtividade do trabalho deverá aumentar nos próximos quatro anos, ainda que a taxas inferiores a 1%. Em termos de aumento do VAB, destacam-se ainda os sectores de Electricidade e Água e o sector dos Transportes e Armazenamento por apresentarem taxas médias de crescimento anual positivas (na ordem dos 2%/ano).

Gráfico 6. Previsões para o VAB, emprego e produtividade | 2019-2024

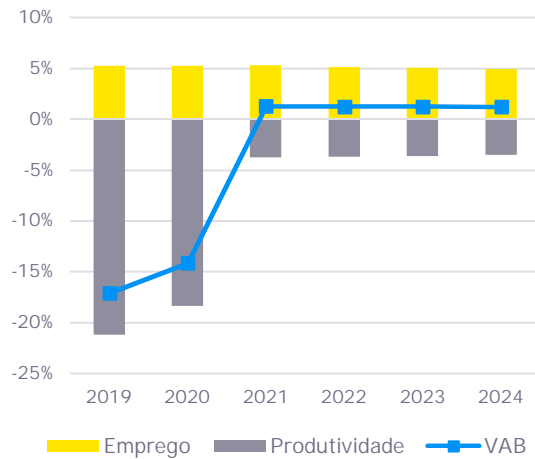


⁴ FitchSolutions (2020), Angola – Labour Market Risk Report.

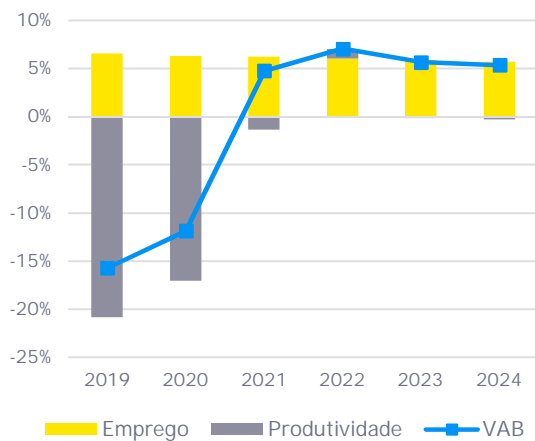
Comércio



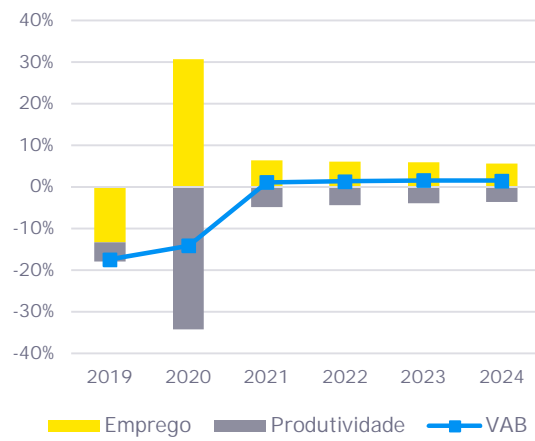
Transporte, Armazenamento e Comunicação



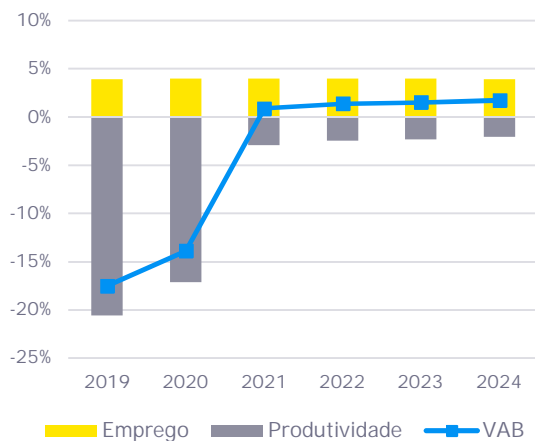
Alojamento e Restauração



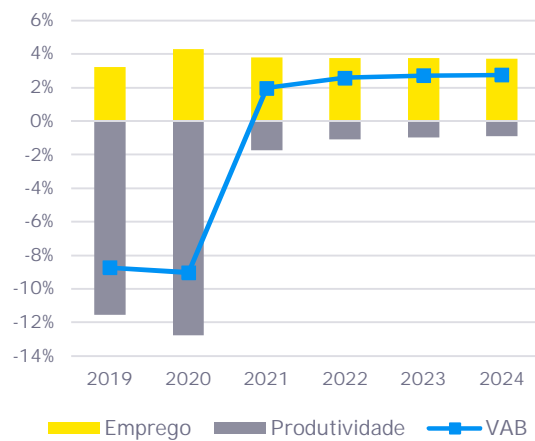
Serviço de Apoio às Empresas



Outros Serviços



Total Nacional



Nota: A produtividade do trabalho é calculada pelo quociente do VAB pelo emprego

Fonte: EY-Parthenon, com base nos dados de Oxford Economics (2020) e ILOSTAT, International Labour Organization (2020)

O sector de Serviços de apoio às empresas e o sector de Alojamento e restauração destacam-se pela negativa, registando valores bastante inferiores à média nacional, no que diz respeito à evolução da produtividade aparente do trabalho. É esperado que, nos sectores mencionados, a produtividade do trabalho diminua nos próximos quatro anos a uma taxa média anual de 10,2% e 7,4%, respectivamente. Estes valores poderão ser explicados pelo facto de, embora se preveja um aumento contínuo do VAB nestes sectores, o número de postos de trabalho previstos criar até 2024 ser consideravelmente mais elevado.

3.2.4. Comércio externo em Angola

Historicamente, a economia angolana é caracterizada por um elevado grau de dependência do comércio externo, em particular de produtos petrolíferos. De facto, à excepção de 2015, o valor das exportações de bens e serviços supera sempre o valor das importações de bens e serviços.

A quebra acentuada do saldo comercial registada em 2015 deveu-se a uma acentuada deterioração dos termos de troca, reflectindo a forte quebra nos preços do petróleo então observada. Apesar de o consumo interno de petróleo ter permanecido estável, as receitas totais de exportações caíram 43% entre 2014 e 2015.

A Tabela 5 e a Tabela 6 resumem a evolução, entre 2011 e 2018, do perfil exportador e importador angolano.

Tabela 5. Exportações de bens e serviços (milhões de US\$) | 2012-2019

Produto/Sector	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	CAGR
Exportação total de bens	71.093	68.247	59.170	33.181	27.589	34.613	40.758	-9%
Produtos agrícolas	45	51	55	118	235	239	141	21%
Combustíveis, minerais e minérios	69.428	67.661	58.617	32.250	26.574	33.909	37.269	-10%
Produtos manufacturados	1.602	535	498	809	779	465	274	-25%
Serviços Comerciais	780	1.316	1.681	1.256	711	985	631	-3%
Serviços relacionados com bens*	0	1	0	0	0	0	0	
Serviços de transporte	21	25	25	25	33	23	28	5%
Viagens e turismo	706	1.234	1.589	1.163	623	880	544	-4%
Outros serviços comerciais**	52	57	67	68	55	81	59	2%
Serviços governamentais	0	0	0	0	0	0	0	
Exportação de serviços total	780	1.316	1.681	1.256	711	985	631	-3%
Exportações de bens e serviços	71.873	69.562	60.851	34.437	28.300	35.598	41.389	-9%

Fonte: Ey-Parthenon com base em Organização Mundial de Comércio WTO Data (2020)

Embora o peso relativo dos produtos petrolíferos nas exportações angolanas tenha vindo a timidamente diminuir, em 2018 os combustíveis, minerais e minérios representaram cerca de 90% do volume de exportações.

Os bens manufacturados, sobretudo o segmento de maquinaria e equipamentos de transporte, assumem-se como o segundo segmento com maior peso nas exportações, ainda que representem apenas 2% destas. Paralelamente, as exportações de produtos agrícolas aumentaram entre 2012 e 2018 a uma taxa média anual de 21%. As exportações de serviços, representantes de 2% das exportações, estão, sobretudo, relacionadas com turismo e viagens.

A China assume-se como o principal destino das exportações angolanas, representando 61% das mesmas em 2018. À China, segue-se a Índia, Espanha, Emirados Árabe Unidos e Portugal, que representam 9,6%, 3,6%, 3,2% e 3,1% das exportações angolanas, respectivamente.

O perfil de importações de Angola é bastante menos concentrado que o perfil de exportações, pondo em evidência a carência do país em providenciar alguns bens e serviços essenciais para a sua população.

As importações de bens representam cerca de 62% do volume de importações angolanas, sendo que mais de metade destas são relativas a produtos manufacturados (em particular maquinaria e equipamento de transporte). Por sua vez, as importações de serviços representaram, em 2018, cerca de 38% do volume de importações do país. A rubrica “Outros serviços comerciais”, que inclui construção, serviços financeiros e seguros, taxas de utilização de propriedade intelectual, serviços de informação e telecomunicações e serviços recreativos e culturais, representa 55% das importações de serviços.

Tabela 6. Importações de bens e serviços (milhões de US\$) | 2012-2019

Produto/Sector	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	CAGR
Importação total de bens	23.717	26.331	28.580	20.693	13.040	14.463	15.798	-7%
Produtos agrícolas	5.956	4.894	5.138	2.990	2.046	2.906	3.398	-9%
Combustíveis, minerais e minérios	1.392	2.250	1.825	1.531	1.650	1.780	2.516	10%
Produtos manufacturados	16.357	19.181	18.136	12.985	7.873	8.656	9.729	-8%
Serviços comerciais	21.177	21.485	24.260	16.581	12.123	12.903	9.772	-12%
Serviços relacionados com bens*	28	218	31	21	90	95	94	22%
Serviços de transporte	4.436	4.757	5.515	4.058	3.110	3.108	3.320	-5%
Viagens e turismo	159	166	113	146	594	977	555	23%
Outros serviços comerciais**	16.554	16.343	18.600	12.356	8.329	8.723	5.802	-16%
Serviços governamentais	968	1.577	698	696	494	890	318	-17%
Importação de serviços total	22.144	23.062	24.958	17.276	12.617	13.793	10.090	-12%
Importação de bens e serviços	44.880	47.816	52.840	37.273	25.163	27.367	25.570	-9%

Notas: *Inclui serviços de manufatura e serviços de manutenção e reparação

**Inclui construção, serviços financeiros e seguros, taxas de utilização de propriedade intelectual, serviços de informação e telecomunicações, serviços recreativos e culturais

Fonte: EY-Parthenon com base em Organização Mundial de Comércio WTO Data (2020)

Também em termos geográficos, as importações caracterizam-se por uma maior dispersão dos países de origem dos bens e serviços importados. A China, Portugal e França são os principais parceiros comerciais angolanos, representando 14,6%, 13,2% e 12,6% das importações angolanas.

A elevada representatividade de produtos manufacturados e de serviços (em particular, de construção) no volume de importações angolanas está alinhada com a presença preponderante de capital estrangeiro nestes sectores. De facto, no início do século, a necessidade de reconstrução rápida das infra-estruturas destruídas pelo conflito armado aliada ao rápido crescimento económico (derivado do aumento do preço do petróleo) e à ambição das forças políticas em diversificar a economia angolana, criou um contexto favorável à atracção de investimento directo estrangeiro e à deslocação de empresas estrangeiras para Angola.

De acordo com o estudo *Employment patterns and conditions in Angola*⁵, o sector da construção e a indústria caracterizam-se pela presença de empresas estrangeiras, tipicamente de origem portuguesa, brasileira e chinesa, ou pelas apelidadas empresas “translocais”, i.e. empresas estabelecidas em Angola por cidadãos residentes de nacionalidade não angolana. De acordo com o estudo supracitado, estas empresas de pendor estrangeiro caracterizam-se por uma preferência de contratação de pessoal estrangeiro, sobretudo para funções de gestão e planeamento (cargos que exigem um nível mais elevado de competências específicas), pondo em evidência o desalinhamento do perfil dos trabalhadores angolanos com as necessidades das empresas neste sector.

⁵ Oya, Carlos & Wanda, Fernandes (2019), *Employment patterns and Conditions in Angola – A comparative analysis of the infrastructure construction sector and building materials industry*. IDCEA Research Report, SOAS, University of London.

4. Evolução do mercado de emprego angolano

Após uma análise detalhada da conjuntura macroeconómica e sectorial do tecido empresarial angolano, far-se-á neste capítulo uma análise do retrato geral do mercado de emprego em Angola, caracterizando-se a evolução mais recente e eventuais tendências. A análise será desenvolvida através do cruzamento entre a procura anual do mercado de trabalho e a capacidade da economia em gerar novos empregos, fazendo-se sempre que possível a análise da evolução do mercado de trabalho tendo em conta algumas das políticas já implementadas, como por exemplo o Programa de Angolanização.

4.1. Caracterização do mercado de trabalho e principais tendências

A Guerra Civil angolana, cessada em 2002, deixou marcas indeléveis no mercado de trabalho do país. As repercussões do conflito armado reflectem-se (i) na evolução da demografia do país, (ii) na capacidade sectorial e geográfica de geração de emprego e, ainda, (iii) no sistema de ensino e no sistema de saúde angolano.

O período pós-Guerra Civil, por sua vez, tem-se caracterizado por uma melhoria significativa na evolução demográfica, registando um aumento acentuado da população, justificado por um *boom* na taxa de natalidade e por uma redução sustentada da taxa de mortalidade à nascença, que se consubstanciam igualmente a um aumento da esperança média de vida, assente numa melhoria continuada dos serviços de saúde nacionais. Esta tendência prolonga-se até aos dias de hoje: entre 2014 e 2020, a população angolana cresceu a um ritmo médio anual de 3%.

A evolução demográfica acima descrita reflecte-se numa estrutura populacional bastante jovem e, conseqüentemente, numa elevada taxa de dependência, i.e. a população em idade activa tem à sua responsabilidade um elevado número de pessoas em idade não activa (i.e. com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos). Elevadas taxas de dependência estão normalmente associadas a uma diminuição da presença feminina no mercado de trabalho e no sistema de ensino. Neste sentido, de acordo com o *Estudo do Dividendo Demográfico de Angola 2018*⁶, desenvolvido pelo Ministério da Economia e Planeamento, Angola necessita de um declínio acelerado e sustentado da fecundidade a fim de atingir uma estrutura etária mais favorável, caracterizada por um predomínio de adultos em idade activa. Esta transformação pode aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico, sendo este fenómeno conhecido como “Dividendo Demográfico”.

Tabela 7. Principais indicadores demográficos de Angola | 2014 e 2015

Ano	Nº de Habitantes	Taxa de fecundidade ¹	Taxa de mortalidade infantil (%) ²	Esperança de vida à nascença	Taxa de dependência ³
2014	25 901 182	5,5	65,3	60,9	101,7
2015	26 681 590	5,5	63,4	61,2	100,2
2016	27 503 526	5,5	62,2	61,5	98,9
2017	28 359 634	5,5	61,1	61,7	97,5
2018	29 250 009	5,5	60,0	62,0	96,2
2019	30 175 553	5,5	58,9	62,2	94,8
2020	31 127 674	5,4	57,8	62,5	93,4
2030	41 777 194	4,5	48,5	64,8	76,0

Notas: 1) A taxa de fecundidade é dada pela média do número de filhos por mulher

2) A taxa de mortalidade infantil é dada número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período

3) A taxa de dependência é dada pela relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa.

Fonte: Projeções da População 2014-2050, INE (2016)

⁶ Ministério da Economia e Planeamento (MEP) (2019), *Estudo sobre Dividendo Demográfico de Angola*.

Segundo o estudo, o Dividendo Demográfico, pode demorar de 20 a 50 anos a concretizar-se e a sua amplitude depende de (i) um investimento intensivo no desenvolvimento do capital humano para aumentar a produtividade, (ii) do investimento em empregos de qualidade em massa e (iii) da criação de um ambiente propício à poupança e ao investimento.

4.1.1. Caracterização da população activa, empregada e desempregada

A Guerra Civil em Angola prolongou-se por três décadas, deixando um impacto profundo no sistema de ensino do país, ora por via da destruição de infra-estruturas ora por privar uma geração inteira de um processo de aprendizagem contínuo. De facto, actualmente, estima-se que 75% dos professores nunca tenham recebido a educação e a formação necessária. A população activa angolana é, assim, caracterizada por baixos níveis de escolaridade: em 2019, mais de metade da população activa (51%) nunca frequentou nenhum nível de ensino (16%) ou apenas tinha concluído o ensino primário (35%). Note-se que, ao contrário do ensino primário, a educação secundária (1º e 2º ciclos) não é obrigatória em Angola, o que, conjugado com a reduzida qualidade da educação primária, faz com que a taxa de transição para ensino secundário seja bastante reduzida (cerca de 13,5%).

Tabela 8. Resumo dos principais indicadores do mercado de trabalho angolano | 2019

	População em idade activa	População activa ¹	População empregada	Taxa de emprego ²	População desempregada ³	Taxa de desemprego ⁴
Área de residência						
Urbana	9.762.471	8.262.244	4.918.570	50,4%	3.343.674	40,5%
Rural	6.541.188	6.032.169	5.057.666	77,3%	974.503	16,2%
Grupo etário						
15-24 anos	5.845.487	4.646.762	2.116.771	36,2%	2.529.991	54,4%
25-34 anos	3.875.819	3.740.175	2.707.847	69,9%	1.032.328	27,6%
35-44 anos	2.890.837	2.703.643	2.268.896	78,5%	434.747	16,1%
45-54 anos	1.888.308	1.786.416	1.585.620	84,0%	200.796	11,2%
55-64 anos	1.160.896	977.237	886.735	76,4%	90.502	9,3%
65 ou mais anos	742.312	440.181	410.366	55,3%	29.815	6,8%
Nível de ensino frequentado						
Nunca frequentou	2.577.431	2.251.042	1.893.269	73,5%	357.773	15,9%
Ensino primário	5.531.479	4.986.984	4.003.553	72,4%	983.431	19,7%
Secundário - 1º ciclo	3.978.447	3.329.386	1.957.337	49,2%	1.372.049	41,2%
Secundário - 2º ciclo	3.178.120	2.793.677	1.495.913	47,1%	1.297.764	46,5%
Ensino superior	908.335	843.414	543.579	59,8%	299.835	35,6%
Não declarado	129.847	89.911	82.584	63,6%	7.327	8,1%
Total	16.303.659	14.294.413	9.976.236	61,2%	4.318.177	30,2%

Nota: 1) População economicamente activa: pessoa com mais de 15 anos que, no período de referência, estava empregado ou desempregado

2) Taxa de emprego = relação entre população empregada e população em idade activa.

3) População desempregada: pessoa com mais de 15 anos que, no período de referência, não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro, estava disponível para trabalhar e tinha procurado activamente trabalho ao longo de um período específico (no período de referência ou nas 3 semanas anteriores).

4) Taxa de desemprego = relação entre população desempregada e população economicamente activa.

Fonte: Indicadores de Emprego e Desemprego, Relatório Anual do inquérito ao emprego em Angola, INE (2019)

Os baixos níveis de escolaridade da população angolana traduzem-se em elevados custos para as empresas do país, uma vez que necessitam frequentemente de contratar mão-de-obra estrangeira para satisfazer as suas necessidades, ou, por outro lado, incorrer em custos de formação intensivos, de acordo com o estudo *Angola Labour Market Risk Report Q4 2020*⁷. A formação fornecida pelas empresas aos seus trabalhadores, quer em dinâmicas de *learning-by-doing* quer através de programas formais de formação, assume-se como uma das principais fontes de conhecimento da mão-de-obra angolana.

Em 2019, cerca de 61,2% da população em idade activa estava empregada, sendo esta taxa mais reduzida para o grupo etário entre os 15 e 24 anos, o que é, em parte, explicado pelo aumento da escolaridade verificada nos últimos anos. A taxa de desemprego, referente ao mesmo período, fixou-se nos 30,2%, sendo que o grupo da população activa que nunca frequentou nenhum nível de escolaridade é o que apresenta menor taxa de desemprego, pondo em evidência a elevada oferta de trabalho não especializado. Nos últimos anos, fruto do estabelecimento de quotas mínimas de trabalhadores de nacionalidade angolanos para qualquer empresa estabelecida no país, observou-se um processo de “angolonização” do mercado de trabalho. No entanto, verifica-se uma tendência de redução da proporção de trabalhadores angolanos em tarefas que exigem conhecimentos especializados.

De facto, o sector de actividade no qual se regista uma maior presença de trabalhadores angolanos é a Indústria Transformadora, caracterizada pela existência de processos fabris pouco exigentes em termos de qualificações. Adicionalmente, os órgãos de gestão das empresas de maior dimensão são, tendencialmente, ocupados por recursos humanos estrangeiros, podendo ter (em minoria) presença de recursos angolanos.

Relativamente à paridade de género, verifica-se que a taxa de emprego masculina é historicamente superior à feminina: em 2019, estas fixaram-se em 63% e 59%, respectivamente. Esta disparidade é particularmente relevante no sector da Construção, dada a natureza do trabalho, em que apenas 4% da população empregada é do sexo feminino. A diferença de género esbate-se no sector do Comércio e no sector da Agricultura e Pescas, uma vez que ambos se caracterizam por uma maior presença feminina.

Note-se que os sectores de actividade que registam uma ampla presença feminina são, simultaneamente, aqueles que apresentam uma menor proporção de trabalhadores com ensino secundário ou ensino superior completo. De facto, mais de 82% dos trabalhadores do sector agrícola nunca frequentaram nenhum nível de ensino ou completaram apenas o ensino primário. Os sectores de serviços destacam-se por registarem níveis de escolaridade mais elevados – a maioria dos trabalhadores de sectores de serviços conclui o ensino secundário ou superior.

Tabela 9. Caracterização da população empregada por cada sector de actividade, de acordo com o nível de ensino frequentado | 2019

	Agricultura e Pescas	Indústria, energia e água	Construção	Comércio	Transp., armazen., aloj. e comum.	Serviços de apoio	Outros serviços
Nunca frequentou	30,6%	8,6%	3,5%	8,4%	3,2%	1,5%	3,4%
Ensino primário	52,2%	26,3%	22,7%	37,3%	18,3%	15,2%	18,3%
Secundário - 1º ciclo	12,3%	29,4%	36,5%	27,9%	36,5%	24,2%	23,6%
Secundário - 2º ciclo	3,5%	26,6%	30,3%	22,5%	33,4%	26,2%	32,8%
Ensino superior	0,1%	8,8%	7,1%	3,6%	8,6%	32,7%	21,6%
Não declarado	1,3%	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,2%

Fonte: EY-Parthenon, com base nos dados de Relatório Anual do inquérito ao emprego em Angola, INE (2019)

⁷ BMI Research (2020), *Angola Labour Market Risk Report Q4 2020*

4.1.2. Informalidade do mercado de trabalho angolano

O período pós-Guerra foi acompanhado por um processo de urbanização. O sector da Agricultura, responsável pela maioria dos postos de trabalho gerados em contexto rural, foi extremamente afectado pelo conflito armado que deixou consideráveis porções de terra repletos de material explosivo, impossibilitando a prática da agricultura e pecuária. Este contexto originou uma primeira vaga de êxodo rural, de acordo com o estudo *Employment patterns and conditions in Angola - A comparative analysis of the infrastructure construction sector and building materials industry*⁸.

Posteriormente, fruto da necessidade de reconstruir as principais cidades angolanas, várias empresas, sobretudo no sector da construção, estabeleceram-se nas regiões mais urbanizadas, atraindo uma massa significativa de migrantes das zonas rurais.

O aumento populacional registado nos centros urbanos do país não foi, no entanto, acompanhado por um aumento proporcional do número de postos de trabalho, o que se traduziu num aumento da taxa de desemprego nestas regiões. Em 2019, a taxa de desemprego em zonas urbanas superou a taxa de desemprego em zonas rurais em mais de 24 pontos percentuais. O desalinhamento entre a oferta e a procura de trabalho resultou no aumento dos níveis de informalidade no mercado de trabalho angolano. No período pós-Guerra, surgiram nos centros urbanos comerciantes informais (os chamados *zungueiros*), mercados cambiais paralelos (os chamados *kinguilas*) e os sistemas de transporte paralelos (os chamados *candongueiros*). Até à data, os níveis de informalidade no mercado de trabalho em análise não diminuíram – globalmente, a taxa de emprego informal fixou-se nos 74,5%. Note-se que a taxa de emprego informal é bastante superior entre a população feminina (cerca de 85%).

A Tabela 10 apresenta o emprego gerado em cada província angolana e por cada sector de actividade em 2019. Todas as províncias angolanas apresentam uma taxa de emprego informal superior a 50%, ou seja, mais de metade da população empregada encontra-se numa das seguintes situações: (i) não possui um contrato de trabalho, (ii) trabalha numa unidade de produção de bens ou serviços não registada junto aos órgãos públicos, (iii) não beneficia de qualquer apoio social ou (iv) não está inscrita na segurança social.

O sector agrícola destaca-se por registar, em 2019, uma proporção de emprego informal de cerca de 94,4%. Os sectores de serviços são os que apresentam menor taxa de emprego informal.

Os elevados níveis de informalidade que caracterizam o mercado de trabalho angolano têm consequências visíveis no poder negocial dos trabalhadores. Apesar das provisões constitucionais protegerem o direito de todos os trabalhadores se sindicalizarem (excepto em certos sectores prioritários) e participarem em actividades sindicais e manifestações, os sindicatos representam uma pequena porção dos trabalhadores angolanos, o que os impede de se tornarem importantes agentes sociopolíticos. Adicionalmente, o peso do emprego informal dificulta a obtenção de dados e informação fidedigna sobre o actual estado do mercado de trabalho.

De assinalar que o Governo Angolano está a fazer um esforço significativo no sentido de formalizar as actividades económicas e a própria economia, sendo uma das apostas via reforço do microcrédito. Esta opção surge no âmbito das medidas de alívio económico dos efeitos da pandemia tendo sido criada uma linha de crédito, especialmente dedicada ao microcrédito. Refere-se à Linha de Crédito FACRA para financiar instituições de microfinanças. Tem um envelope financeiro de 4 mil milhões de Kwanzas e visa financiar sociedades de microfinanças, escolas de campo e caixas de crédito comunitárias, seleccionadas por meio de concurso público, que pretendam operacionalizar um processo de atribuição de microcrédito orientado para o empreendedorismo feminino e para o empreendedorismo jovem num conjunto de actividades predefinidas (e.g., agricultura, avicultura de corte, avicultura de postura, aquisição de bovinos para engorda e abate, processamento de alimentos e produção de bebidas, logística e distribuição de produtos agroalimentares e das pescas, aquicultura, reciclagem de resíduos sólidos urbanos, prestação de serviços de transporte, prestação de serviços de formação profissional, desenvolvimento de software e turismo, produção cultural e artística). Este será um primeiro passo no sentido de caminhar para a “formalização” das actividades económicas e da economia. O microcrédito tenderá a assumir um papel de elevada criticidade nesta transição.

⁸ Oya, C. and Wanda, F., 2019. *Employment patterns and conditions in Angola. A comparative analysis of the infrastructure construction sector and building materials industry*. IDCEA Research Report, SOAS, University of London.

Tabela 10. Caracterização do mercado de trabalho angolano em 2019, por província e sector de actividade

	População em emprego informal			População empregada			Taxa de emprego informal		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Província									
Cabinda	129.718	40,0%	60,0%	224.690	55,2%	44,8%	57,7%	72,5%	133,8%
Zaire	201.128	44,1%	55,9%	251.965	51,7%	48,3%	79,8%	85,2%	115,9%
Uíge	587.084	43,6%	56,4%	668.702	48,1%	51,9%	87,8%	90,8%	108,5%
Luanda	1.171.109	38,7%	61,3%	2.238.417	54,5%	45,5%	52,3%	71,1%	134,5%
Cuanza Norte	157.427	38,9%	61,1%	191.438	47,3%	52,7%	82,2%	82,2%	115,9%
Cuanza Sul	775.777	44,3%	55,7%	887.645	47,2%	52,8%	87,4%	93,9%	105,5%
Malanje	244.165	40,6%	59,4%	372.514	45,8%	54,2%	65,5%	88,6%	109,6%
Lunda-Norte	284.852	47,0%	53,0%	350.288	53,0%	47,0%	81,3%	88,8%	112,6%
Benguela	749.601	42,1%	57,9%	965.538	47,0%	53,0%	77,6%	89,5%	109,3%
Huambo	722.341	42,0%	58,0%	879.914	45,1%	54,9%	82,1%	93,0%	105,7%
Bié	624.883	43,1%	56,9%	701.626	45,8%	54,2%	89,1%	94,3%	104,8%
Moxico	270.023	46,5%	53,5%	345.271	49,8%	50,2%	78,2%	93,4%	106,6%
Cuando Cubango	177.058	41,0%	59,0%	224.420	49,0%	51,0%	78,9%	83,6%	115,8%
Namibe	99.685	43,1%	56,9%	185.796	52,0%	48,0%	53,7%	83,0%	118,4%
Huíla	932.916	44,8%	55,2%	1.062.908	47,6%	52,4%	87,8%	94,2%	105,3%
Cunene	77.680	38,7%	61,3%	119.605	51,8%	48,2%	64,9%	74,8%	127,1%
Lunda-Sul	128.433	48,9%	51,1%	165.914	55,9%	44,1%	77,4%	87,4%	116,0%
Bengo	102.586	42,8%	57,2%	139.584	51,5%	48,5%	73,5%	83,1%	118,0%
Sector de actividade									
Agricultura e pescas	5.001.389	43,4%	56,6%	5.298.121	43,8%	56,2%	94,4%	93,6%	95,0%
Indústria, energia e água	188.883	70,2%	29,8%	35.4871	77,0%	23,0%	53,2%	48,5%	68,9%
Construção	213.108	97,1%	2,9%	33.3221	95,4%	4,6%	64,0%	65,1%	40,9%
Comércio	1.399.395	22,6%	77,4%	1.791.383	30,6%	69,4%	78,1%	57,8%	87,0%
Transp., armaz., aloj. e com.	229.960	92,9%	7,1%	441.405	87,1%	12,9%	52,1%	55,6%	28,6%
Serviços de apoio às empresas	23.729	68,0%	32,0%	85.390	73,7%	26,3%	27,8%	25,6%	33,9%
Outros serviços	365.302	30,5%	69,5%	1.631.480	62,4%	37,6%	22,4%	11,0%	41,3%
Total	7.421.766	92,9%	7,1%	9.935.871	58,7%	41,3%	74,7%	64,3%	84,9%

Nota: A taxa de emprego informal é dada pelo quociente entre o número de postos de trabalho informal e o número de postos de trabalho total

Fonte: EY-Parthenon com base nos dados de Relatório Anual do inquérito ao emprego em Angola, INE (2019)

4.1.3. Especialização sectorial e regional do mercado de trabalho e tendências do mercado de trabalho

Independentemente do grau de formalidade do trabalho, o sector da Agricultura e Pescas é aquele que compreende um maior número de postos de trabalho em Angola, seguindo-se o sector do Comércio.

Com o intuito de avaliar o grau de diversificação/especialização económica do território angolano, foi calculado o Quociente de Localização (QL), que permite avaliar o grau relativo de concentração de uma determinada actividade. No cálculo do QL é comparada a importância da actividade j (em termos de número de postos de trabalho, em 2019) na província r , com a importância que essa mesma actividade tem no país.

Equação 1. Quociente de Localização

$$QL_{rj} = \frac{x_{rj}}{x_r} / \frac{x_{pj}}{x_p}; \quad (0 \leq QL_{rj} \leq \infty), \text{ sendo:}$$

- ▶ X_{jr} - N° de postos de trabalho gerados na actividade j, na província r, em 2019
- ▶ X_r - N° de postos de trabalho gerados na província r, em 2019
- ▶ X_{pj} - N° de postos de trabalho gerados na actividade j, no país, em 2019
- ▶ X_p - N° de postos de trabalho gerados no país

Fonte: elaboração própria

Desta forma, resultados inferiores à unidade revelam que o peso do emprego de um dado sector de actividade numa dada região é inferior ao peso do emprego registado nesse mesmo sector de actividade em Angola. Ao invés, resultados superiores a 1 indicam maior concentração do emprego de um dado sector de actividade numa dada região, sendo este superior ao peso do emprego nesse mesmo sector de actividade no país, apontando para um certo nível de especialização.

A Tabela 11 resume os resultados do cálculo do QL para cada par Sector/Região permitindo uma leitura regional e uma leitura sectorial.

Tabela 11. Quociente de Localização em Angola, em 2019

	Agricultura e pescas	Indústria, energia e água	Construção	Comércio	Transportes e alojamento	Serviços de apoio às empresas	Outros serviços
Cabinda	0,37	2,84	1,83	1,66	1,57	1,10	1,60
Zaire	1,00	1,11	1,04	1,07	1,32	0,57	0,84
Uíge	1,48	0,49	0,26	0,40	0,40	0,53	0,54
Luanda	0,07	1,69	2,04	2,09	2,30	2,63	2,01
Cuanza Norte	1,30	0,73	0,71	0,50	0,80	0,11	0,81
Cuanza Sul	1,50	0,34	0,62	0,45	0,41	0,25	0,40
Malanje	1,38	0,54	0,30	0,42	0,37	0,30	0,85
Lunda-Norte	1,12	3,04	0,43	0,86	0,81	0,44	0,54
Benguela	0,98	0,78	1,26	1,14	0,98	0,42	0,95
Huambo	1,40	0,34	0,55	0,55	0,72	0,84	0,53
Bié	1,46	0,46	0,58	0,46	0,34	0,21	0,51
Moxico	1,44	0,28	0,41	0,50	0,26	0,44	0,62
Cuando Cubango	1,25	0,79	1,12	0,44	0,32	0,63	1,03
Namibe	0,55	1,84	1,16	1,46	1,16	1,28	1,67
Huíla	1,47	0,38	0,33	0,51	0,29	0,46	0,50
Cunene	0,28	4,85	1,81	1,58	1,28	2,82	1,54
Lunda-Sul	0,93	1,38	1,46	0,99	1,03	0,59	1,07
Bengo	1,22	0,43	0,67	0,55	0,69	0,45	1,08

Nota: 1) Para o cálculo do Quociente de Localização, foi utilizado o número de postos de trabalho registados em 2019.

2) De acordo com o Relatório Anual do inquérito ao emprego em Angola de 2019, existem 40 364 postos de trabalho em Angola cujo sector de actividade não foi apurado. O cálculo do QL não considerou esses postos de trabalho.

Fonte: EY-Parthenon, com base no Relatório Anual do inquérito ao emprego em Angola, INE (2019)

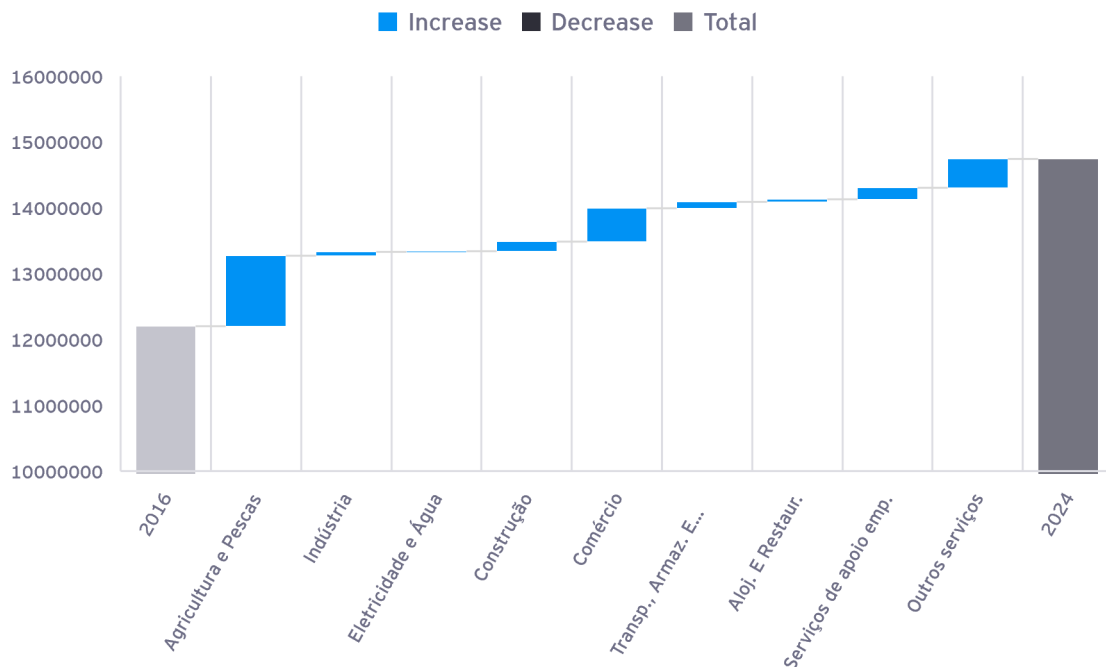
Numa abordagem regional, os resultados apontam para a especialização da província de Cunene no sector de Água, Energia e Indústria e, em menor grau, dos serviços de apoio às empresas. As províncias de Lunda-Norte e Cabinda apresentam, também, um QL superior a 1 para o sector de Água, Energia e Indústria, indicando que a expressão do emprego neste sector em ambas as províncias é superior à sua expressão no país. A província de Luanda apresenta um QL superior à unidade para todos os sectores, à excepção de Agricultura e Pescas, revelando uma forte especialização do emprego neste território na generalidade dos sectores face à média nacional, o que não será de estranhar face à elevada concentração do emprego na capital.

Na abordagem regional dos resultados do QL, é necessário levar em linha de conta a dimensão relativa de cada província angolana. De facto, Angola é caracterizada por grandes disparidades geográficas, não só no número de empresas, como também no que diz respeito ao emprego gerado em cada província – em 2019, as províncias de Luanda, Benguela e Huíla representaram cerca de 43% do emprego. As três províncias mencionadas têm, por esta via mais força na determinação da própria estrutura sectorial do país, e conseqüentemente, tenderão a surgir subavaliadas pelo QL em termos de especialização. Desta forma, é compreensível que as províncias de Benguela e Huíla apresentem maioritariamente valores inferiores a 1.

Numa leitura sectorial, é necessário ter presente o elevado peso do sector da Agricultura e Pescas em Angola – em 2019, este sector representou mais de metade (53%) da população empregada no país. Da análise da Tabela 11 verifica-se que o emprego gerado no sector da Agricultura e Pesca e no sector da Construção está mais disperso geograficamente do que os restantes sectores de actividade. Por outro lado, o emprego gerado pelo sector dos Serviços de apoio às empresas e pelo sector de Transporte e Alojamento está mais concentrado nas principais províncias do país, em particular na Província de Luanda, onde estes sectores têm uma maior expressão do que a registada em termos nacionais.

Por outro lado, as províncias de Cunene, Lunda-Norte e Cabinda apresentam uma especialização do emprego nos sectores da indústria, energia e água, resultado da localização deste tipo de equipamentos e infraestruturas nestes territórios.

Gráfico 7. Contributo de cada sector de actividade para o aumento do número de postos de trabalho esperado | 2016-2024



Fonte: EY-Parthenon, com base nos dados de ILOSTAT (International Labour Organization), 2020

Relativamente à evolução do mercado de trabalho em Angola, perspectiva-se um aumento continuado na criação de postos de trabalho nos próximos quatro anos, de forma transversal a todos os sectores de actividade. Estima-se que, em 2024, o número de postos de trabalho em Angola seja mais de 20% superior ao registado em 2019 (Gráfico 7).

Em termos absolutos, o principal contributo para este aumento parte do sector da Agricultura e Pescas, seguindo-se do sector da Construção. Por outro lado, os sectores que deverão registar um maior crescimento relativo são os Serviços de Apoio às Empresas e os Serviços Turísticos (alojamento e restauração), registando taxas médias de crescimento anual de 6,8% e 6,1%, respectivamente, entre 2019 e 2024.

4.2. Caracterização da procura empresarial e dos perfis técnicos

Apesar do Estado ser o principal empregador, o sector privado tem realizado um esforço para participar na actividade económica do país de forma mais activa, desenvolvendo negócios em sectores como telecomunicações, distribuição, agronegócios e imobiliário, beneficiando de leis de investimento que criaram uma preferência por propriedade angolana.

Antes da crise do sector petrolífero, vários sectores prosperaram, como coadjuvantes das facilidades que o sector petrolífero propiciava: construção e imóveis, comércio e distribuição, bem como o financeiro. Num grau menor, os sectores de telecomunicações e transporte aéreo também beneficiaram. O crescimento destes sectores alterou a face da economia, agora dominada pelo sector dos serviços. Ainda assim, não contribuíram o suficiente para colocar a economia numa trajectória de crescimento sustentável, uma vez que Angola é um país dependente de quadros executivos e de pessoal técnico estrangeiro, que apenas podem ser atraídos mediante pacotes de expatriação dispendiosos.

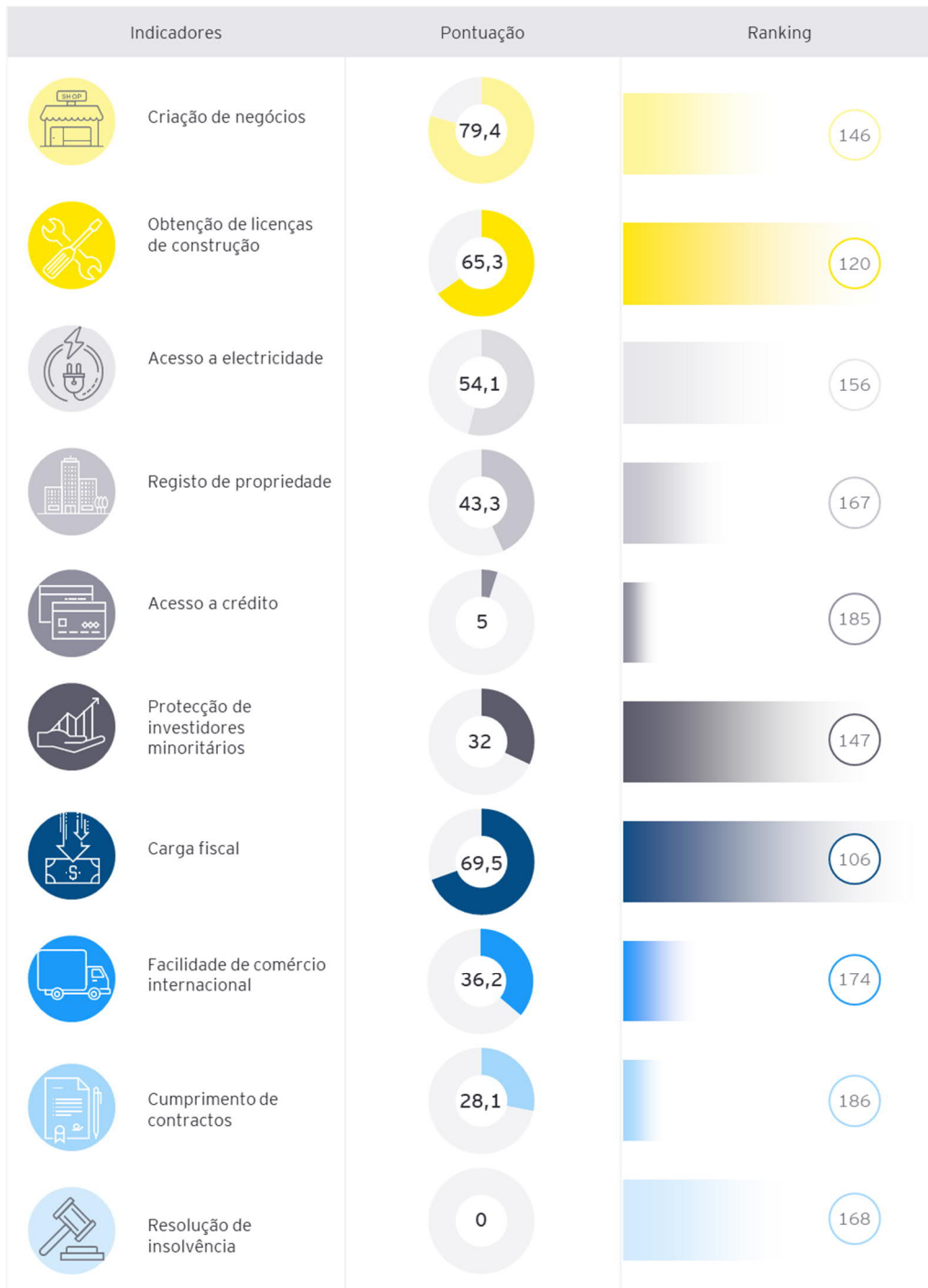
Efectivamente, o baixo nível de capacitação em gerir as actividades empresariais de forma eficiente e inovadora limita a promoção da iniciativa do sector privado em Angola, o que por sua vez limita o investimento em novos sectores. Durante anos, Angola erigiu algumas barreiras que lhe retiraram atractibilidade aos olhos dos investidores internacionais. Entre as mais relevantes evidencia-se, por um lado, o imperativo de constituir um negócio envolvendo um parceiro angolano e, por outro, as dificuldades em repatriar os lucros desses mesmos investimentos.

Os últimos anos testemunharam um esforço notório do Governo em aumentar a atractibilidade do país perante o investimento estrangeiro, absolutamente inadiável porquanto existe um programa de privatizações a decorrer como pano de fundo. Esse esforço reflectiu-se na tentativa de criação de um clima social e político mais propício, na nova legislação sobre o investimento privado e numa maior liberalização dos movimentos financeiros. Como corolário, a Lei n.º 10/18, de 26 de Junho, e o Aviso n.º 15/2019 do BNA vieram colocar um ponto final nos principais constrangimentos ao investimento estrangeiro, extinguindo a necessidade de parceiro local e permitindo a expatriação dos lucros.

Ainda assim, o ambiente de negócios em Angola continua frágil, de acordo com os últimos dados divulgados pelo *Doing Business*. O *Doing Business* analisa e avalia as condições e o clima empresarial de 190 economias no mundo, com base em 10 dimensões que impactam não só a facilidade de criar novos negócios, como também a propensão e a capacidade para manter e desenvolver as firmas locais. A cada uma dessas 10 dimensões é atribuída uma pontuação entre 0 e 100 (em que 100 corresponde à melhor avaliação registada), permitindo ordenar as várias economias envolvidas no estudo em termos de ambiente propiciatório ao desenvolvimento de negócios.

Globalmente, com um RNB *per capita* (US\$) 3,370, Angola ocupa a posição 177 (41,3 pontos) do ranking *Ease of Doing Business*. Analisando as várias dimensões consideradas, a criação de novos negócios, a carga fiscal e a obtenção de licenças de construção registaram as pontuações mais positivas, verificando-se uma aproximação da economia angolana às economias mais desenvolvidas. Ao invés, a pontuação registada pela economia em análise foi particularmente baixa no que diz respeito ao cumprimento de contratos, à resolução de insolvências e ao acesso a crédito, criando um ambiente frágil e pouco propício para o desenvolvimento do tecido empresarial nacional.

Figura 8. Posição angolana no ranking Doing Business 2020



Fonte: EY-Parthenon com base nos dados de Doing Business (2020)

A constante dependência em sectores impulsionados por distribuições de renda de petróleo (*oil rent distributions*) atrasou consideravelmente o desenvolvimento do empreendedorismo em Angola, numa vertente que apostasse na diversificação, na assunção de risco e na criação de valor. Agora, a aposta deverá passar pela promoção da atracção de investimento privado (em detrimento da aquisição de serviços estrangeiros) que promova a incorporação de novas capacidades nos sectores prioritários e, segundo, através do apoio à criação de novas competências nestes sectores e respectivas cadeias de valor (em oposição a políticas que impõem requisitos de conteúdo local).

Adicionalmente, parece ser relevante apostar em sectores tradicionalmente dinamizadores da actividade empresarial privada, como os transportes e a energia, uma vez que não têm estado a fornecer os níveis desejados de serviços e *inputs* que permitam promover a competitividade e o crescimento económico potencial. A estes, acrescentam-se as TIC e o sector da educação, como sectores com um potencial elevado para impulsionar a transformação através do crescimento na prestação de serviços acessíveis, de alta qualidade e na criação directa de emprego. Importa dizer que a forte presença do Estado nestes sectores poderá ser uma mais valia para a promoção de uma maior participação do sector privado.

Sectores como a agricultura e a indústria transformadora, que por muito tempo têm sido priorizados pelo governo para apoio e expansão, não conseguiram desenvolver-se apesar de receberem grandes investimentos públicos, sendo que grande parte da população que trabalha em agricultura faz parte do grupo de trabalhadores informais.

Esta lacuna pode encurtar progressivamente, através da atracção de investimento privado que irá incorporar estas capacidades nos sectores prioritários e através do apoio à criação de competências nestes sectores.

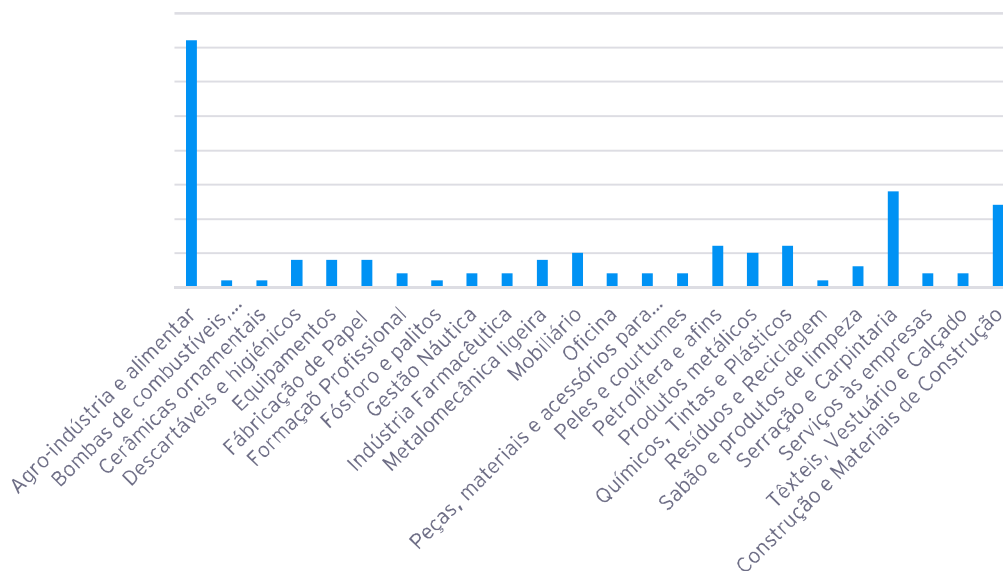
Na verdade, o investimento privado estrangeiro destaca-se como sendo uma das principais alavancas impulsionadoras do crescimento económico angolano. Apesar da actual conjuntura económica não ser tão atractiva para investidores tanto estrangeiros como nacionais, adicionando as limitações impostas pela pandemia do COVID-19, é notório um esforço tanto do governo como dos empresários para acelerar a dinamização e diversificação da economia.

Entre Agosto de 2018 e Maio de 2020, houve um total de 276 propostas de investimento registadas na AIPEX, com potencial de 18.800 novos empregos, dos quais 17.600 representavam postos de trabalho nacionais, sendo que a maioria destes projectos corresponde a projectos industriais (120).

Os projectos industriais são constituídos por Grandes Contribuintes, que fazem parte da Rede Nacional de Pólos de Desenvolvimento Industrial. Os Polos Industriais, são zonas económicas que abrangem o desenvolvimento de projectos indústrias de diversos sectores da economia.

Entre as empresas candidatas para desenvolverem actividades nos polos industriais a nível nacional destacam-se as empresas com actividades relacionadas à agro-indústria, serração e carpintaria e construção.

Gráfico 8. Empresas candidatas a desenvolver actividades em polos industriais

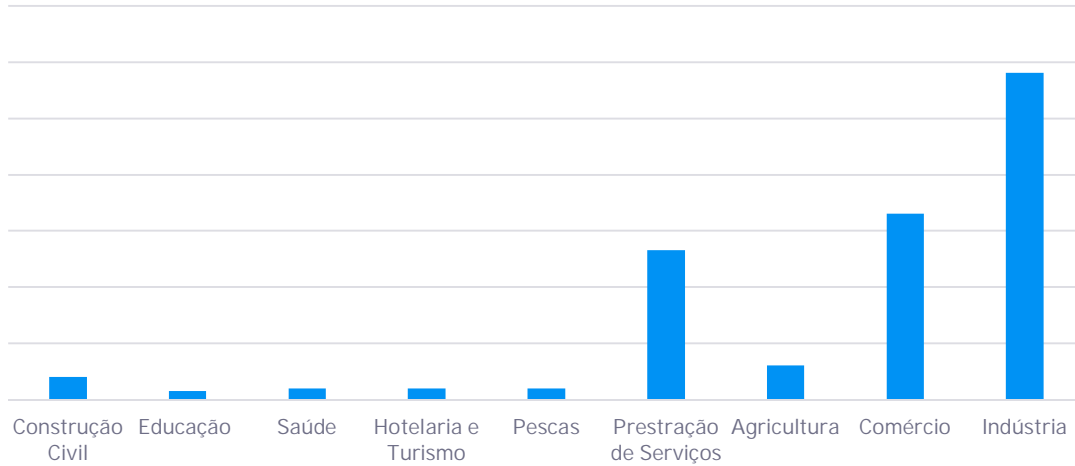


Fonte: EY com base nos dados da AIPEX – Projectos Registados Oportunidades de Investimento em Angola (Maio 2020)

Entretanto, os sectores que receberam maior volume de propostas de investimento registadas pela AIPEX até Maio de 2020, são a Indústria, o Comércio, a Agricultura e os Serviços, seguidos pelos sectores da Construção Civil e das Pescas.

De acordo com a AIPEX, o número de propostas de investimento privado registadas (entre Agosto de 2018 e Maio de 2020), poderão resultar em 17.598 postos de trabalho para quadros nacionais e 1.291 postos de trabalho para expatriados.

Gráfico 9. Propostas de Investimento Privado por sector económico



Fonte: EY com base nos dados da AIPEX - Projectos Registados Oportunidades de Investimento em Angola (Maio 2020)

É importante reforçar que os sectores de transporte e energia não estão a fornecer níveis suficientes de serviços e *inputs* para permitir a competitividade e crescimento do sector privado. A capacidade das empresas fornecedoras e compradoras de energia também devem ser fortalecidas, melhorando o seu desempenho técnico e financeiro. Verifica-se uma necessidade de reforçar a coordenação no processo de planificação do sector energético após a separação do sector e de clarificar o papel dos diferentes intervenientes no processo.

Por outro lado, o sector de Telecomunicações (incluindo Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC) também poderão ter um potencial significativo na promoção da transformação económica, através do crescimento na prestação de serviços acessíveis, de alta qualidade e criação directa de emprego. Entre as principais razões que têm limitado este desenvolvimento encontram-se: (i) a falta de um quadro regulatório apropriado e (ii) a falta de investimentos estratégicos complementares. Considerando a dimensão da economia de Angola, o mercado das Telecomunicações é considerado subdesenvolvido. Apesar da cobertura relativamente boa, a penetração de serviços móveis tem estado a cair desde 2014 devido aos efeitos combinados de um abrandamento económico e a escassa de concorrência no mercado, onde se destaca apenas uma operadora dominante neste sector. Além disso, o acesso a telecomunicações é demasiado caro, comparando aos países vizinhos.

Uma das limitações para o desenvolvimento do sector das TIC passa mais uma vez pela ausência de mão-de-obra qualificada e pela fraca qualidade do sistema de educação, constituindo-se como desafios-chave para o sector. Segundo o relatório⁹ do IFC sobre o sector privado em Angola, no sector das TIC algumas empresas apenas contratam pessoal experiente, enquanto outras investem nos seus próprios programas de formação. No sector de serviços móveis, a concentração de pessoas qualificadas numa empresa está inclusive a resultar na deterioração da qualidade dos serviços na concorrente, devido à falta de oferta de recursos qualificados.

Também ao nível dos serviços financeiros, o mesmo relatório refere que este sector sofre com uma escassez geral de mão-de-obra qualificada. A capacidade de agências reguladoras do sector financeiro exige competências altamente especializadas. No entanto, recursos humanos qualificados são escassos em Angola. Consequentemente, o sector é largamente dependente de trabalhadores expatriados da África do Sul e da Europa.

⁹ International Finance Corporation (2019), "Diagnóstico do Sector Privado do País - Criação de Mercados em Angola", World Bank Group.

O governo de Angola reconhece que a educação da população é um factor crítico para cumprir as metas de desenvolvimento económico e dar resposta ao investimento empresarial. Neste sentido o desenvolvimento de Recursos Humanos qualificados tem constituído uma das principais preocupações do governo angolano, uma vez que Angola ainda é muito dependente, tanto de Executivos como de Pessoal Técnico-Profissional para executar funções chave nas empresas.

Nos últimos dois anos, o governo de Angola pôs em prática iniciativas importantes, com aspirações de transformar a economia e “turbinar” o desenvolvimento para melhorar o seu posicionamento, tanto a nível regional como a nível global. Em 2018, o governo Angolano, apresentou iniciativas importantes que têm como principal missão alavancar a diversificação da economia. Acresce que no âmbito destas políticas, inclui-se um dos principais desafios do governo, que passa por capacitar quadros de acordo com os principais sectores de actividade e, principalmente, garantir uma distribuição equitativa de profissionais capacitados nas empresas.

De forma a criar directrizes para orientar o desenvolvimento de quadros qualificados para acompanhar as necessidades do país, o Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022) prevê várias políticas e programas para promover o desenvolvimento de quadros a nível nacional, entre eles a Melhoria do Ensino Técnico Profissional e o Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações.

O PDN 2018-2022 constitui um exercício de planeamento de médio prazo realizado no âmbito do Sistema de Nacional de Planeamento em vigor para o desenvolvimento económico e social do país, com abrangência nacional sectorial e territorial e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo do País. Os objectivos do programa têm uma abrangência nacional e abarcam praticamente todos os aspectos impactantes do desenvolvimento da sociedade angolana.

A dimensão estratégica do Plano está expressa em seis eixos de actuação que explicitam as prioridades gerais do Executivo para o desenvolvimento do País até 2022, reflectindo os Grandes Consensos Nacionais sobre o presente e o futuro de Angola. Os eixos, por sua vez, subdividem-se em 25 políticas estratégicas que concretizam as escolhas relacionadas com as grandes áreas da governação. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, reforça ainda a necessidade de investimento em sectores específicos, como nos sectores da agricultura, pecuária, florestas, pescas, indústria transformadora e extractiva e turismo.

Figura 9. Eixos de actuação e políticas específicas do PDN 2018-2022

Eixos	Políticas específicas do Eixo
 i) Desenvolvimento humano e bem estar	População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento de Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Proteção Social; Habitação; Cultura; Desporto
 ii) Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo	Sustentabilidade das Finanças Públicas; Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade; Sustentabilidade Ambiental; Emprego e Condições de Trabalho
 iii) Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento	Transportes, Distribuição e Logística; Energia Eléctrica; Água e Saneamento; Comunicações
 iv) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização	Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil; Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública; Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública
 v) Desenvolvimento Harmonioso do Território	Desenvolvimento Territorial; Ordenamento do Território e Urbanismo
 vi) Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional	Defesa Nacional; Segurança Nacional e dos Cidadãos; Reforço do Papel de Angola no Contexto Internacional e Regional.

Fonte: EY com base com base no PDN 2018-2022

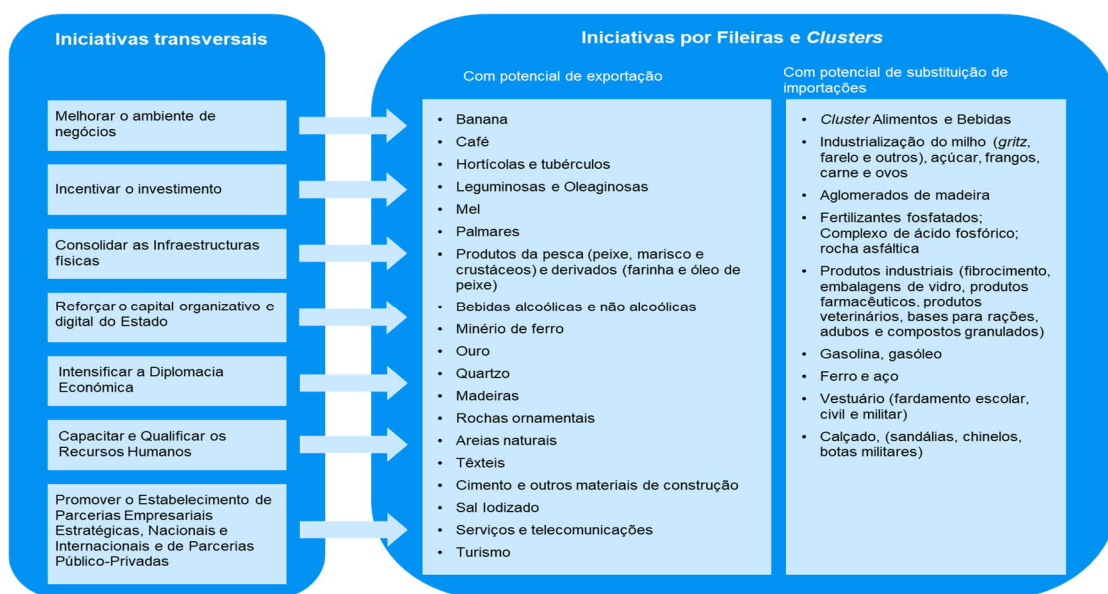
Os objectivos e estratégia prevista no Eixo 2 do PDN, devem servir de suporte principal para a fundamentação da actuação do FACRA. Reconhecendo a importância da diversificação para a estratégia de desenvolvimento económico do País, o Governo estabeleceu neste eixo as orientações de política mais direccionadas para o fomento de actividades orientadas para a produção de bens que satisfaçam necessidades básicas da população, utilizem tecnologias e mão-de-obra intensivas e geradoras de empregos, viabilizem a valorização de recursos naturais endógenos e dinamizem as cadeias de fornecimento nacionais. Pretende-se assim que com a implementação das políticas contidas neste Eixo seja possível potenciar as vantagens competitivas de Angola, levando a produção nacional a conquistar progressivamente quotas crescentes no mercado interno, promovendo a substituição de importações e contribuindo para a diversificação da estrutura da economia e das exportações e, ainda, para a redução do défice da balança comercial de Angola.

As grandes orientações estratégicas para o desenvolvimento da economia angolana contemplam um conjunto de alterações estruturais que vão de encontro à necessidade de diversificação da economia nacional, tendo como documento central de enquadramento das políticas o PRODESI, com foco na substituição de importações, na diversificação de exportações e na melhoria do ambiente de negócios. Esta estratégia de promoção das exportações e substituição das importações será impulsionada por incentivos fiscais, instalação de incubadoras e *clusters* industriais. O Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) advém como um principal ponto de partida para apoiar o governo na implementação das iniciativas e metas estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento, além da promoção do investimento privado.

O PRODESI, enquanto programa executivo de reformas estruturais da economia angolana, tem como principais objectivos:

- A diversificação da produção nacional e geração de riqueza num conjunto de produções e fileiras específicas a integrar em *clusters* com maior potencial de geração de valor e de exportação e substituição de importações;
- A alteração do papel do estado enquanto actor e operador económico para se assumir apenas nas funções de coordenador e regulador, criando “as condições para que o sector privado, as empresas e os empresários nacionais sejam os protagonistas da transformação da economia Angolana” e potenciando “o desenvolvimento do sector privado, através de Investimento Directo” e promovendo Parcerias Empresariais Estratégicas e Parcerias Público Privadas”;
- A substituição de importações, seguindo um modelo de desenvolvimento sectorial numa lógica de fileira e *cluster* privilegiando sectores que sejam consumidores de produtos produzidos localmente, agregando valor acrescentado nacional e potenciando a emergência de novas actividades no País e uma maior competitividade internacional;
- O fomento e diversificação de exportações, assumindo que o país dispõe de recursos para ser um País exportador de referência no comércio internacional.

Figura 10. Iniciativas transversais e iniciativas por fileiras e *clusters* do PRODESI



Fonte: EY com base no PDN 2018-2022

O programa está organizado em sete (7) medidas estruturais que visam a alteração do modelo de desenvolvimento económico, social e institucional angolano e que servem de suporte à estratégia de promoção das exportações e substituição das importações. Para a concretização desta estratégia o Programa identifica um conjunto de fileiras e *clusters* com potencial de exportação e de substituição de importações, tal como detalhado na Figura 10.

Para cada iniciativa foi definida uma ficha de iniciativa que sintetiza o essencial da informação necessária para a sua implementação. Para as iniciativas de produção e fileira, já definidas como prioritárias, o PRODESI contém diversas medidas com as respectivas actividades críticas.

As acções previstas no PRODESI no âmbito das iniciativas estruturadas por fileiras e *clusters*, têm em vista gerar as seguintes dinâmicas:

- Incremento intensivo de bens e serviços prioritários, gerando mais densas fileiras produtivas, por meio da entrada de novos fornecedores de bens e serviços, aumentando a complementaridade dentro da fileira e “fechando os espaços” existentes na fileira que hoje estão dependentes de fornecedores externos;
- Internacionalizar as produções e fileiras produtivas prioritárias, por meio da exportação de produtos e da internacionalização de empresas;
- Promover o surgimento de polos e de *clusters*, ou seja, concentrações geográficas ou sectoriais de empresas inter-relacionadas, bem como de fornecedores, prestadores de serviços e instituições associadas, especializadas num âmbito específico;
- Incentivar o estabelecimento de parcerias empresariais estratégicas, nacionais e internacionais, geradoras de emprego e de investimento directo, nacional e estrangeiro, portador de tecnologia, inovação e de competências profissionais;
- Promover a realização de Parcerias Público-privadas consideradas necessárias e que salvaguardem os interesses do Estado.

Adicionalmente, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), que está inserido no PRODESI, fornece medidas específicas para promover agrupamentos (*clusters*) com potencial de exportação ou substituição de importações, abrangendo 54 produtos, que estão inseridos nos sectores de actividade agrícola, pecuária, produção alimentar e higiene íntima.

Tabela 12. Lista dos 54 Produtos Abrangidos pelo PAC

Açúcar	Arroz corrente	Carne seca de vaca	Farinha de Trigo	Feijão	Fuba de bombó	Fuba de milho
Leite	Massa esparguete	Óleo alimentar de soja	Óleo de palma	Sabão azul	Sal comum	Ovos
Carne de Cabrito	Carne de Porco	Grão de Milho	Mandioca	Batata Doce	Batata Rena	Tomate
Alho	Cenoura	Pimento	Repolho	Alface	Banana	Manga
Abacaxi	Tilapia (Cacusso)	Carapau do cunene	Sardinella aurita (Iambula)	Sardinella maderensis (Palheta)	Óleo alimentar de Girassol	Cebola
Óleo de amendoim	Mel	Varão de aço de construção (maior de 8mm)	Cimento	Clinquer	Cimento cola, argamassas, rebocos, gesso e afins	Carne de frango
Vidro temperado, laminado, múltiplas camadas ou trabalhado de outras formas	Embalagens de vidro para diversos fins	Tinta para construção	Guardanapos, papel higiénico, rolos de papel de cozinha	Fraldas descartáveis	Pensos higiénicos	Água de mesa
Sumos e refrigerantes	Detergente sólido (em pó)	Detergentes líquidos	Lixívias	Cerveja		

Fonte: EY com base do PAC (Projecto de Apoio ao Crédito)

De acordo com o Aviso Nº 10/2020 do Banco Nacional de Angola (BNA), determina-se que as instituições financeiras façam a concessão de crédito prioritária aos produtores nacionais de bens essenciais, cuja produção nacional não satisfaz ainda a procura interna.

Neste sentido, é expectável que estas empresas venham a necessitar de intensificar a procura por perfis técnicos especializados nestes sectores de actuação, bem como procurar reforçar nas suas actividades um conjunto de competências de suporte à internacionalização que permitam num futuro a curto prazo iniciar o processo de produção para exportação.

Considerando o diagnóstico macroeconómico, as grandes orientações nacionais de diversificação da actividade económica (PDN e PRODESI) e tendo por base algumas das reformas já implementadas, destaca-se de seguida uma sistematização dos principais sectores e as respectivas dinâmicas previstas em termos de evolução futura (10 a 15 anos) e consequente potencial reforço ou não na procura por novas qualificações. Em termos específicos, a análise realizada classifica os diversos sectores de actividade em três categorias: (i) sectores de aposta com perspectivas de expansão, (ii) sectores com perspectivas de crescimento moderado e, finalmente, (iii) sectores com perspectivas de retração.

Tabela 13. Perspectivas de evolução sectorial na economia angolana

Sectores	Dinâmicas de evolução futura		
	Aposta/ Expansão	Crescimento moderado	Retração
Produtivos			
<i>Agricultura, floresta e pescas</i>			
<i>Indústrias Transformadoras</i>			
<i>Indústria extractiva (excluindo diamantífero)</i>			
<i>Agro-indústria e alimentar</i>			
<i>Madeira, papel e mobiliário</i>			
<i>Metalurgia e metalomecânica</i>			
<i>Têxtil, vestuário e calçado</i>			
<i>Outras indústrias transformadoras</i>			
<i>Construção</i>			
<i>Comércio</i>			
<i>Hotelaria, alojamento e restauração</i>			
<i>Serviços de apoio às empresas</i>			
<i>Setor petrolífero</i>			
<i>Outros serviços</i>			
Suporte			
<i>Saúde</i>			
<i>Tecnologias de Informação e Comunicação</i>			
<i>Transportes, infraestruturas e logística</i>			
<i>Banca e serviços financeiros</i>			
<i>Energia</i>			

Fonte: Análise EY-Parthenon

A presente análise possui uma natureza eminentemente qualitativa, alinhada com o seu objetivo último de realçar os padrões de evolução futura que se antecipam para as diversas actividades do tecido produtivo angolano. Os seus resultados decorrem, sobretudo, de três exercícios complementares:

- Análise extensiva e comparada dos principais documentos estratégicos nacionais, com destaque para o Programa de Estabilização Macroeconómica, o Plano de investimento Nacional (PDN), o Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), o Programa de Formação de Quadros e o Programa de Financiamento Ampliado;
- Apreciação crítica de trabalhos de natureza multilateral dedicados à análise da evolução do ambiente empresarial angolano, promovidos por entidades estrangeiras, com particular destaque para o Diagnóstico do Sector Privado do País – Criação de Mercados em Angola” e o “Angola – Public-Private Partnerships (PPP): Readiness Diagnostic”, ambos da iniciativa do World Bank Group (ver anexo Dinâmicas setoriais transversais);

- Análise do investimento, realizado e futuro, assim como dos principais apoios e estímulos ao investimento, bem como dos processos de privatização recentes de unidades industriais e empreendimentos agroindustriais, como também de novos projectos de investimento que têm surgido e com interesse em se localizarem em novos pólos de desenvolvimento industrial.

Importa, ainda, referir que a análise supracitada foi confrontada e alimentada com os resultados do estudo sectorial realizado no subcapítulo atrás desenvolvido relativo ao VAB, emprego e produtividade – principais tendências, estando alinhada com as principais ilações retiradas dos dados estatísticos previsionais elaborados e divulgados pela International Labour Organization e pela Oxford Economics.

Especificamente, os sectores da Agricultura, florestas e pescas, Indústria transformadora, nomeadamente agro-indústria e alimentar, madeira, papel e mobiliário, têxtil, vestuário e calçado e saúde, além de serem considerados essenciais para o desenvolvimento económico, têm evidenciado uma dinâmica positiva em termos de novos investimentos, quer por parte do governo, quer pelo sector privado, sendo expectável que haja um crescimento ao nível do número de empregos e, conseqüentemente, na oferta de qualificações especializadas que vão suportar a expansão do sector.

Também a indústria extractiva (excluindo o subsector diamantífero) tem observado uma forte aposta em novos investimentos, desde o ferro, ouro, lítio, até às rochas ornamentais. No caso da agro-indústria verifica-se também uma crescente aposta na atracção de terras públicas para exploração de investidores privados no agronegócio, no desenvolvimento de novas cadeias de fornecimento de produtos congelados para apoiar o crescimento, a distribuição e a exportação deste tipo de produtos de maior valor acrescentado.

Já os sectores de Construção, Transportes, Banca e serviços financeiros e Energia, de acordo com a análise realizada, poderão ter um crescimento mais afectado pelas recentes dinâmicas e efeitos da pandemia, mas que face às suas características de suporte a outras actividades, bem como de algumas novas apostas na captação de novos investimentos, será espectável que ocorram mudanças positivas à medida em que outros sectores se vão desenvolvendo e vão afectando a forma como os bens e serviços vão sendo produzidos e comercializados. No caso da Energia, por exemplo tem havido uma preocupação no seu desenvolvimento (novas soluções de energia inteligentes em termos climáticos; opções de soluções de PPP nomeadamente o *scaling* solar) no sentido de reforço da sua taxa de cobertura (actualmente em torno dos 30% apenas). Por sua vez, a Construção será previsivelmente muito estimulada pelas PPP previstas para os próximos anos.

Também o sector da Saúde tem vindo a ter uma crescente evolução e aposta, observando-se uma crescente melhoria no acesso aos produtos farmacêuticos, uma expansão da disponibilidade de produtos financeiros associados ao sector, novas soluções de saúde fora-da-rede e baseada em tecnologias de informação, bem como crescente aposta na formação dos profissionais de saúde.

Os sectores do Comércio e Serviços de apoio às empresas terão um papel importante à medida que os sectores primários se vão expandindo, originando a necessidade de desenvolvimento de um “sistema de suporte” especializado e integrado no qual o comércio e os serviços avançados às empresas têm um papel fundamental na criação de valor. O caso das TIC, por exemplo, tem observado uma crescente aposta na capacitação do tecido empresarial nestas actividades e serviços, bem como numa crescente privatização de alguns dos serviços já existentes como também no surgimento de novos operadores de telecomunicações.

Tendo em conta a actual conjuntura económica, com a queda do preço do petróleo e as limitações impostas a nível global pela pandemia da COVID-19, prevê-se no sector petrolífero uma maior retracção no seu desenvolvimento. Também os sectores de hotelaria, alojamento e restauração têm sofrido consideravelmente com a actual conjuntura de crise pandémica. No entanto considera-se que estes últimos continuarão a ser segmentos de serviços e infraestruturas de grande aposta futura e fundamentais para a atracção de turismo, novas actividades e projecção internacional de Angola.

Neste sentido, com a aposta e expansão dos sectores assinalados, é previsto um crescimento das principais profissões que lhe estão associadas e uma conseqüente alteração dos perfis técnicos de acordo com as competências e habilidades mais procuradas pelas empresas que neles operam e investem. É fundamental realizar análises periódicas aos sectores chave para, primeiro, identificar se o país tem recursos suficientes e devidamente qualificados e, segundo, reavaliar a oferta formativa de forma a produzir quadros à altura.

5. Análise das “famílias profissionais”

A título de enquadramento de partida, importa referir que esta etapa do estudo se defrontou com dificuldades relevantes, dado o facto de constataros a pouca ou nenhuma informação disponível sobre os perfis técnicos, competências e qualificações mais procurados no mercado de trabalho angolano.

A inexistência destes dados impossibilitou-nos de elaborar uma análise mais detalhada e comparativa, pelo que apresentamos abaixo uma análise da informação disponível, dentro das limitações que a realidade actual nos apresenta e dos prazos estipulados para realização deste estudo.

Desta forma, a análise das famílias profissionais em Angola desenvolvida neste ponto foi preparada com base nos dados disponíveis sobre os principais sectores de actividade económica em Angola.

Os conceitos apresentados neste ponto são conceitos-base que servem como guia para identificação de competências e, posteriormente, para contribuir estrategicamente para a gestão de recursos humanos das empresas. Cada empresa que procure efectivamente ter uma gestão de recursos humanos correcta deve recorrer a estes conceitos para avaliar devidamente as suas funções.

5.1. Grupo funcional

Entende-se por Grupo Funcional ou de Profissões o conjunto de funções ou profissões semelhantes entre si no que respeita à complexidade de tarefas, nível de autonomia assumido e impacto na cadeia de valor do negócio de uma empresa. O Grupo Funcional irá agrupar as funções de acordo com a sua categoria. Ou seja, os vários Directores de uma empresa, pertencem ao mesmo grupo funcional, de Direcção, independentemente da natureza do seu trabalho ser diferente.

Tabela 14. Caracterização dos Grupos Funcionais dos Grandes Contribuintes

Grupo Funcional	Descrição
Funções de Direcção	Agrega funções com forte visão estratégica e elevado nível de responsabilidade na Empresa. Assume um papel de chefia, para assegurar e/ou apoiar no planeamento, execução, implementação e controlo da actividade de uma Direcção, tendo um impacto directo nos resultados da Empresa e nos níveis de satisfação dos Clientes. O nível de experiência é elevado e associado com um grau de conhecimento especializado para as funções das áreas de negócio e das áreas de suporte. O exercício das funções requer um <i>know-how</i> de gestão e um elevado conhecimento do negócio e do sector de tecnologia para a efectiva definição de objectivos e estratégias, garantindo o alinhamento com a estratégia da Empresa.
Funções de Gestão	Agrega funções de responsabilidade ao nível da coordenação e gestão de equipas e/ou recursos. O seu papel é assegurar o funcionamento da estrutura intermédia e operacional da empresa, bem como planear e garantir a adequada execução das actividades, assegurando a qualidade das mesmas. O nível de experiência é médio e associado com um grau de conhecimento especializado para as funções das áreas de negócio e das áreas de suporte. O exercício das funções requer um <i>know-how</i> de gestão e conhecimento do negócio e do sector da empresa.
Funções Técnicas	Agrega funções de responsabilidade técnica, que asseguram a adequada execução das actividades planeadas pelo grupo de Direcção e Gestão, aplicando conhecimentos técnicos e assegurando a qualidade das mesmas. O impacto destas Funções nos resultados da Empresa é significativo com forte impacto nas relações e interacções com Colegas e Clientes. O exercício das funções, nas áreas de negócio ou suporte, requer alguma experiência que deve ser progressivamente consolidada, qualificação superior, e um conhecimento substancial do negócio e do sector da empresa.
Funções de Suporte / Operacional	Agrega funções de suporte de natureza administrativa e operacional, com orientação para o Cliente interno e externo. O impacto destas Funções nos resultados da Empresa é moderado. O seu papel é prestar apoio ao grupo Técnico em relação à execução das actividades planeadas pelo Grupo de Gestão. As funções com vertente administrativa e operacional têm forte impacto em termos de imagem e visibilidade. O exercício das funções é de baixa complexidade.

Fonte: EY com base em informação recolhida sobre a estrutura funcional de empresas no mercado angolano

5.2. Família funcional / profissional

Uma família profissional é um agrupamento de funções/ profissões homogéneas entre si e que partilham um conjunto de competências e áreas de conhecimento semelhantes. As famílias profissionais, são agrupadas de acordo com o sector de actividade, competências, habilidades e área de conhecimento. Dentro de uma família profissional, podem ser identificados vários grupos de funções. Ou seja, um Director, que pertence ao grupo funcional de Direcção de uma empresa ou instituição, vai pertencer à mesma família profissional que o Técnico ou Administrativo da sua área, pois a área de conhecimento é a mesma. Entretanto, o Grupo Funcional ou Profissional será diferente.

Após análise dos Grupos Profissionais identificados no mercado angolano e nos sectores económicos, foi possível identificar cerca de 25 Famílias Profissionais.

Uma vez que os sectores económicos abrangem diversas áreas de actividade, é necessário fazer a distinção das áreas de acordo com a natureza do trabalho. Esta distinção é feita de acordo com a tipologia de competências, conhecimento e habilidades exigidas para a profissão de cada área. Entretanto, em termos de agrupamento por Grupo, as profissões ou funções necessárias para o desenvolvimento de cada área podem ser similares.

É o caso do sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. Podem ser identificadas 2 famílias profissionais: (i) Actividades Agrícolas, Pecuária e Florestas e (ii) Actividades Marítimas e Pesca. Entretanto, o perfil técnico necessário para as actividades deste sector é similar.

Já dentro das Indústrias Transformadoras, é possível identificar 3 famílias profissionais: (i) Indústria de Processos e Transformadora, (ii) Madeira, Papel e Mobiliário e (iii) Peles, Têxteis, Vestuário e Calçado.

Foi ainda identificada a família profissional de Águas e Resíduos. Esta família está enquadrada dentro do sector de captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares.

No sector dos Serviços (serviços financeiros e seguros, educação, serviços de apoio, comércio a grosso e retalho, saúde e tecnologias da informação), pode ser identificada uma família profissional por sector.

Depois, no sector da administração pública, defesa e segurança social obrigatória, foi identificada duas famílias profissionais: (i) segurança pública e defesa e (ii) administração pública e segurança social.

Já no sector de Alojamento e Restauração, foi possível identificar a família Turismo, restauração e lazer. Do sector de Actividades artísticas, espectáculo, desportivas e recreativas, foi possível extrair duas famílias (i) artesanato, artes e entretenimento e (ii) desporto e actividade física.

O sector da Construção pode ser caracterizado por uma família profissional: (i) construção civil.

O sector de Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, pode ser igualmente caracterizado por uma família profissional: (i) Energias e Meio Ambiente.

Tal como os dois sectores anteriores, também o sector de Saúde e acção social, pode ser caracterizado por duas famílias (i) saúde e (ii) serviços sociais e comunitários, respectivamente.

Apesar do desenvolvimento de todas as famílias profissionais ser importante, consideramos as famílias profissionais ligadas às actividades agrícolas, actividades marítimas e pesca, produção animal e floresta (correspondentes ao sector da agricultura, pescas produção animal e florestas), às actividades ligadas às indústrias de processos e indústrias transformadoras (incluindo madeira e mobiliário, peles, têxteis, papel,) como sendo as mais emergentes, uma vez que há uma elevada participação do investimento privado estrangeiro e uma vez que os agrupamento destas famílias servem como uma alavanca para a evolução global da economia e têm um impacto mais significativo nas receitas económicas do país.

Tabela 15. Identificação das Famílias Profissionais de acordo com os sectores de actividade económica de Angola

Nº	Família Profissional	Sigla
1	Actividades Agrícolas, Pecuária e Florestas	APF
2	Actividades Marítimas e Pesca	AMP
3	Administração, Gestão e Serviços de Apoio	AGS
4	Águas e Resíduos	AGR
5	Artesanato, Artes e Entretenimento	AAE
6	Banca, Seguros e Serviços Financeiros	BSS
7	Comércio por Grosso e a Retalho	CGR
8	Construção Civil	COC
9	Desporto e Actividade Física	DAF
10	Educação	EDU
11	Imobiliária, Manutenção Predial e Edifícios	IMO
12	Indústria de Processos e Transformadora	IPT
13	Indústria Extractiva	IDE
14	Madeira, Papel e Mobiliário	MPM
15	Manutenção e Reparação de Equipamentos, Veículos e Motociclos	MRE
16	Metalomecânica e Metalurgia	MCM
17	Peles, Têxteis, Vestuário e Calçado	PTD
18	Energias e Ambiente	ENA
19	Saúde	SHU
20	Segurança & Defesa, Administração Pública & Segurança Social	SAS
21	Beleza, Estética e Serviços Domésticos	SED
22	Serviços Sociais e Comunitários	SSC
23	Tecnologias de Informação e Comunicação	TIC
24	Transporte e Logística	TLO
25	Turismo, Restauração e Lazer	TRL

Fonte: EY com base na análise feita tendo em conta os critérios de afinidade entre os diferentes sectores económicos

O tecido empresarial angolano tem vindo a alterar-se de forma significativa nas últimas duas décadas, fruto das necessidades advindas do término do conflito armado, da conjuntura económica favorável e das próprias tendências económicas internacionais, tal como analisado no Capítulo 3 do presente documento.

Embora o nível de dependência da economia angolana no sector petrolífero permaneça elevado, é clara a ambição de diversificação económica, com particular enfoque em determinados sectores prioritários: sectores da agricultura, pecuária, florestas, pescas e recursos marinhos, indústria extractiva, exploração e transformação de petróleo e gás, indústria transformadora e turismo.

Tendo presente estes sectores, é necessário repensar o desenvolvimento das profissões que neles actuam. A análise das competências e dos perfis técnicos associados aos sectores supracitados assenta na leitura das dinâmicas actuais do mercado de trabalho internacional, ponderadas para a realidade angolana. A automatização de muitas profissões tem vindo a criar um impacto no que diz respeito às qualificações necessárias para exercer a profissão e que naturalmente irá influenciar ou mesmo alterar a natureza de trabalho destas. E, uma vez que a natureza, ou o “core” do trabalho muda, muda também a organização da função em termos de família e grupo funcional.

O *Skills Intelligence Portal* é uma ferramenta do “Skills Panorama” do CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento de Formação Profissional), caracterizando-se num ponto de acesso central *on-line* para dados e informações sobre as necessidades de competências em países, profissões e sectores nos diversos Estados-Membros da UE. É uma iniciativa da Comissão Europeia que visa melhorar a capacidade da UE para avaliar e antecipar as necessidades de competências, ajudando os sistemas de educação e formação a responder melhor às necessidades do mercado de trabalho e a corresponder melhor à oferta e à procura de competências em toda a UE.

Com base nos dados do *Skills Intelligence Portal*, levando em linha de conta as particularidades da economia angolana e a falta de informação específica das necessidades concretas de cada uma das empresas que actualmente operam nos vários sectores em Angola, foram estabelecidas as principais tendências em termos de competências associadas às profissões dos sectores económicos considerados de aposta ou mais dinâmicos analisados para Angola, com vista ao aumento da competitividades deste país nos mercados internacionais.

Neste sentido, com vista à capacitação do mercado de trabalho angolano no sentido de dar resposta às necessidades dos sectores de aposta que lhes permitam ser mais competitivos a nível nacional e internacional, apresenta-se de seguida uma sistematização das principais necessidades de competências profissionais associadas a cada sector prioritário que estimamos.

Sector das Actividades Agrícolas, Actividades Marítimas, Pesca, Produção Animal e Florestas

Neste sector podem ser identificadas duas famílias profissionais fundamentais:

- Uma ligada às actividades Agrícolas, Pecuária e Florestas;
- Outra ligada às actividades Marítimas e Pescas.

De acordo com CEDEFOP *Skills Intelligence Portal*, o sector da agricultura, floresta e pescas é extremamente concentrado em termos de profissões, dado que a população empregada pelo sector é maioritariamente o “trabalhador agrícola”.

Figura 11. Perfil de profissões do sector de Agricultura, floresta e pescas



Fonte: EY-Parthenon based on CEDEFOP *Skills Intelligence Portal* (2018)

Nesse sentido, o conhecimento e cuidado de plantas e animais, o seu crescimento e cultivo, manuseio e armazenamento, interações entre si e com o meio ambiente, a compreensão e operação de ferramentas e equipamentos, a compreensão de matérias-primas e aplicação de habilidades com exactidão e precisão são algumas competências técnicas a serem levadas em consideração.

Além disso, as competências de gestão não devem ser postas de lado. O controlo de ciclos de reprodução e produção, gestão de tempo, planeamento de recursos, trabalho em equipa e comunicação. Adicionalmente, o controlo de animais e safras também é importante para avaliar o desempenho, fazer melhorias ou tomar medidas correctivas.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo das Profissões serem dinâmicas e, como tal, irem aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido, realçamos estas como sendo as profissões mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

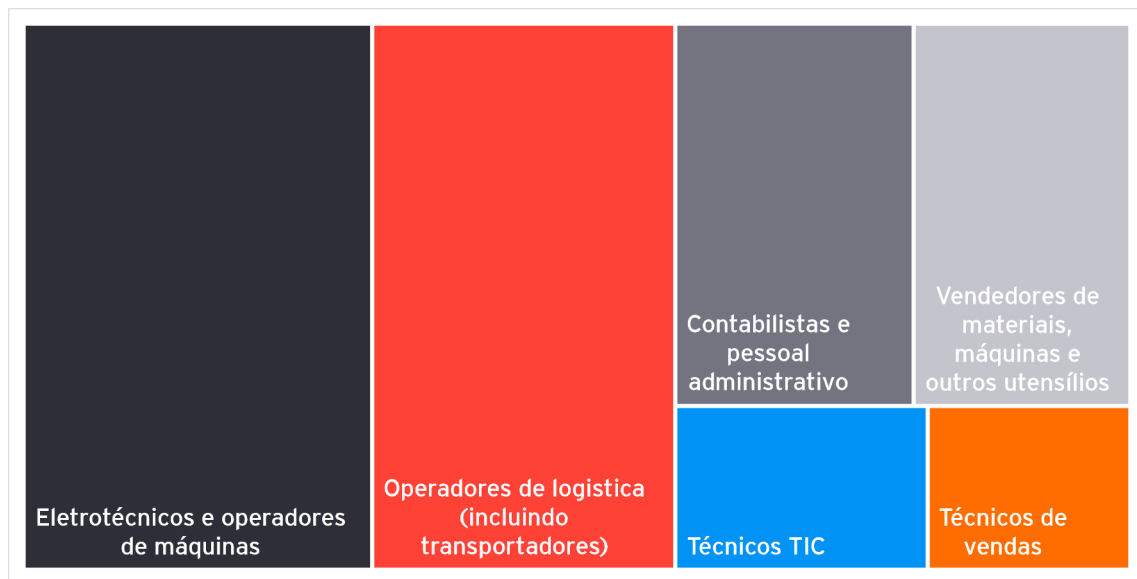
Sector das Indústrias Transformadoras

Neste sector possível identificar três famílias profissionais:

- Uma ligada às actividades das Indústrias de Processos e Transformadoras;
- Outra ligada às actividades das Indústrias da Madeira, Papel e Mobiliário;
- E outra ligada às actividades das Indústrias de Peles, Têxteis, Vestuário e Calçado.

As indústrias transformadoras caracterizam-se por necessidades em termos de competências e perfis técnicos muito mais vastos. Simultaneamente, em contraste com o sector da agricultura, floresta e pescas, a proporção de trabalhadores com ensino superior é bastante elevada.

Figura 12. Perfil de profissões da Indústria



Fonte: EY-Parthenon based on CEDEFOP Skills Intelligence Portal (2018)

As indústrias transformadoras aglutinam um dos sectores onde a automação de processos está muito presente, o que tem levado a uma redução drástica de profissionais com funções rotineiras. Além disso, a transição da economia linear (comprar, fazer, eliminar) para a economia circular (reutilizar, reparar e reciclar) está em modo crescente uma vez que a preocupação pela sustentabilidade ganha cada vez mais espaço. É necessário haver uma aposta em competências de controlo de qualidade nos padrões de produção, processamento e distribuição de produtos.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

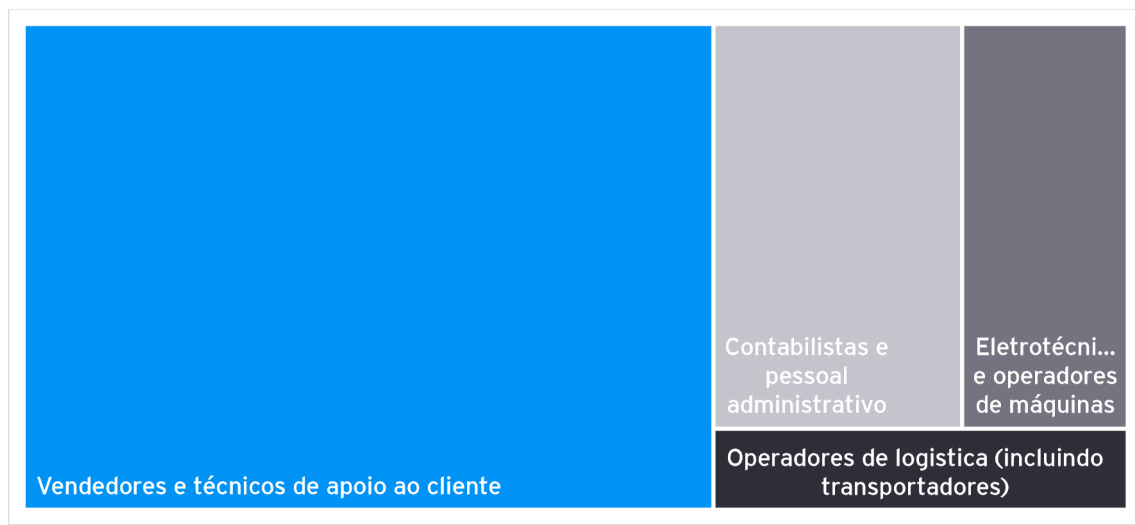
Sector: Comércio a grosso e a retalho

Neste sector, é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Comércio a Grosso e a Retalho.

Nesta era tecnológica, o principal desafio dos profissionais do comércio, além de terem um perfil comercial e fortemente orientado para vendas, é de facto a capacidade de trabalhar e potenciar a informação disponível para satisfazer as necessidades do cliente. No sector do comércio é possível identificar uma família profissional: Comércio a Grosso e a Retalho.

Neste sentido, o profissional do comércio tem de ter fortes competências tecnológicas, de forma a conseguir criar experiências diferenciadoras ao cliente, fornecer vários canais de acesso ao cliente com operações integradas e eficientes. Estas competências, devem estar alinhadas com uma gestão de stock eficaz e fortes competências interpessoais.

Figura 13. Perfil de profissões do sector do comércio



Fonte: EY-Parthenon based on CEDEFOP Skills Intelligence Portal (2018)

Ainda que o perfil de vendedor e técnico de apoio ao cliente assuma um papel central no sector do comércio, este sector tem ampliado o perfil de empregos criados. De facto, a proporção de gestores e técnicos administrativos tem aumentado, pondo em evidência as necessidades de coordenação e de alinhamento com as tendências emergentes, sobretudo ao nível das TIC, que têm vindo a impactar o sector.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

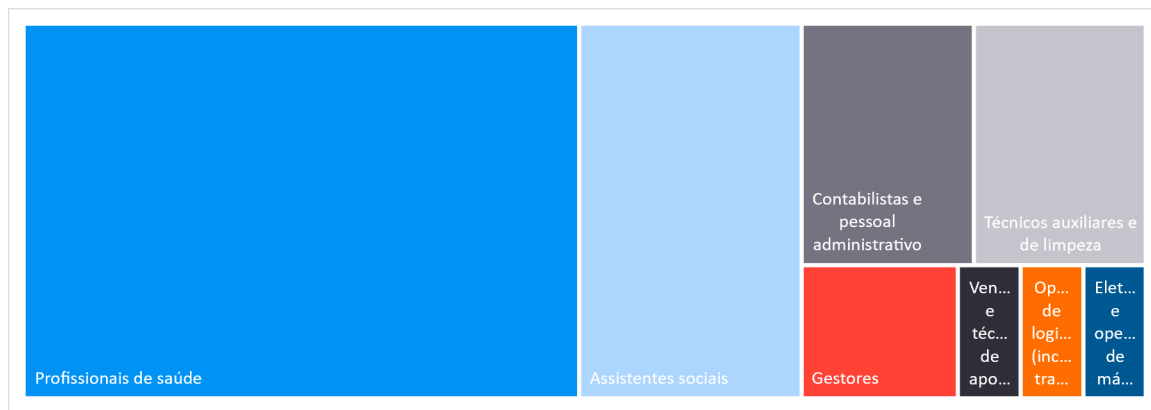
Sector da Saúde

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Saúde.

O sector da saúde em Angola apresenta grandes debilidades que resultam em altas taxas de mortalidade.

É cada vez mais essencial a formação qualificada de quadros em especialidades de medicina, bem como o melhoramento das infraestruturas das unidades de saúde pública comunitárias. De facto, o sector da saúde destaca-se por apresentar elevadas taxas de formação superior na população que emprega. Só após resolver este problema de base é que se pode inserir soluções tecnológicas como a telemedicina.

Figura 14. Perfil de profissões do sector dos serviços da saúde



Fonte: EY-Parthenon based on CEDEFOP Skills Intelligence Portal (2018)

É importante notar que, para além da formação de profissionais de saúde, nos quais se incluem médicos especializados, enfermeiros e técnicos de diagnóstico, o desenvolvimento deste sector exige um esforço de fortificação num conjunto de áreas de apoio essenciais para a exploração completa das competências dos profissionais de saúde. Destes, destacam-se os assistentes sociais e os técnicos auxiliares e de limpeza, cuja proporção tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Sector das Tecnologias de Informação e Comunicação

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às Tecnologias de Informação e Comunicação.

O desenvolvimento deste sector passa pela descentralização dos serviços de internet e acesso a redes móveis. Com um maior investimento e diversificação será possível desenvolver tecnologias como computação em nuvem (*cloud*), tecnologia 5G, inteligência artificial (IA), processamento de linguagem natural e Internet das Coisas Médicas (IoMT). Há uma urgência na necessidade de qualificações deste sector, pois tem a capacidade de contribuir directamente para o avanço dos restantes sectores.

Figura 15. Perfil de profissões do sector das tecnologias da informação e comunicação



Fonte: EY-Parthenon based on CEDEFOP Skills Intelligence Portal (2018)

Uma vez mais, o desenvolvimento de competências complementares à actividade “core” do sector é essencial. Em particular, o apoio legal tem assumido um papel preponderante no desenvolvimento deste sector – esta característica está alinhada com a forte dinâmica de inovação e posterior aproximação ao mercado.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Sectores Transversais

Este grupo de sectores são considerados transversais uma vez que o desenvolvimento da sua actividade é fundamental para o correcto desenvolvimento dos outros restantes sectores.

A nível transversal, os profissionais precisam de ter cada vez mais um compromisso sério com a sustentabilidade. Isto está relacionado com o entendimento dos efeitos do aquecimento global, redução das emissões de carbono, bem como a novas regulamentações e legislações vinculadas à agenda da sustentabilidade. Neste eixo, os conhecimentos ao nível da sustentabilidade e dos impactos ambientais são fundamentais para uma maior percepção das suas atitudes no contexto global.

Sector de Administração, Gestão e Serviços de Apoio

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Administração, Gestão e Serviços de Apoio.

A família profissional de serviços de apoio às empresas emprega, é sobretudo, caracterizada por pessoal administrativo e técnicos de contabilidade. No entanto, de acordo com o EU *Skills* Panorama, as alterações de competências das profissões desta família profissional estão ligadas à tecnologia e mudanças organizacionais. As estruturas organizacionais continuarão a desenvolver-se internamente de forma a alcançar outros mercados.

Neste sentido é crucial que o profissional desta família profissional tenha fortes competências de comunicação e conhecimentos regulatórios de forma a acomodar estas mudanças.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Sector de Transporte e Armazenagem

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Transporte e Logística.

A família profissional de Transporte e Logística é dividida em dois elementos principais: Transportes – ferroviário, aéreo, marítimo e rodoviário; e Logística.

Esta família profissional é considerada como um elemento fundamental para o desenvolvimento das actividades económicas, pois é a base para movimentação de pessoas, bens e serviços. Com o avanço da tecnologia, o desenvolvimento de profissões nesta família, além de ser necessário a mão de obra operária, será fundamental investir na tecnologia para desenvolvimento de infraestruturas e processos de mobilidade mais ágeis e digitais.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Sector de Reparação de Veículos automóveis e motociclos

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Manutenção e Reparação de Equipamentos, Veículos e Motociclos.

A Manutenção e Reparação de Equipamentos, Veículos e Motociclos é considerada um elemento fundamental que deve servir como coadjuvante no desenvolvimento das restantes famílias profissionais, no sentido de perceber que uma falha ou alteração em um equipamento afecta o ambiente, segurança e crescimento dos sectores. Assim, de forma a garantir uma maior conscientização da relação entre a manutenção, a qualidade dos produtos e serviços e o conseqüente crescimento económico, é necessário que exista um conjunto de habilidades por parte dos profissionais, desde operadores, mecânicos, entre outros.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Sector: Energia

Neste sector é possível identificar uma família profissional ligada às actividades de Energias e Ambiente.

O crescimento da família profissional deste sector está interligadas ao avanço tecnológico que se tem verificado, e que por um lado estão a ser determinantes na maneira que se consome energia e o seu impacto a nível ambiental. É notável a nível Global, um investimento na adopção de energias renováveis, como energia eólica e solar, e a construção de veículos híbridos ou eléctricos.

O desenvolvimento de competências para as profissões desta família profissional, é além das competências core. É necessário um grande envolvimento de competências tecnológicas, que servirão de apoio para as profissões de base.

Nota:

Como resultado desta análise, foram identificadas as principais profissões desta Família Profissional, sem prejuízo que as Profissões são dinâmicas e como tal, vão aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades que surgem e com o crescimento económico de cada sociedade. Neste sentido realçamos estas como sendo as profissões, mais relevantes a nível técnico e operacional.

A Lista completa de Profissões Específicas por Famílias Profissionais, pode ser consultada nos Anexos, na Tabela A 2.

Outras competências a considerar

De acordo com a ODCE *Skills for Jobs Database*, há uma grande escassez de profissionais com conhecimentos tecnológicos, seguido por habilidades de resolução de conflitos, tomada de decisão e comunicação. Ou seja, as *soft skills* estão a ter uma grande importância em detrimento das *hard skills*. As competências comportamentais, tais como a proactividade, o trabalho em equipa, a comunicação e as boas práticas e trabalho são competências essenciais a serem trabalhadas de forma transversal a todos os sectores, trabalhando assim numa perspectiva de mudança de atitude face ao trabalho no mercado angolano.

De acordo com o *Global Employment Trends for Youth 2020*, elaborado pela OIT, a nível global a proporção de empregos de base aumentou significativamente em vários países desenvolvidos nos últimos anos em alguns sectores. Entretanto, a promoção e a aquisição de habilitações digitais, em paralela formação contínua, têm sido duas ferramentas essenciais amplamente utilizadas quer por pessoas que estão desempregadas, quer por pessoas que querem mudar de carreira. Ou seja, a formação profissional tem mais probabilidade de agregar valor acrescentado tanto aos indivíduos que estão à procura de emprego como aos indivíduos que já se encontram inseridos no mercado de trabalho.

No contexto angolano, apesar da actividade informal ser o maior fomentador de empregos presente em todos os sectores de actividade económica a nível nacional, já se verifica uma necessidade de digitalização do mesmo à medida que o governo tem realizado esforços para acelerar o processo de regulamentação das profissões desta categoria.

Adicionalmente, a nível transversal, os profissionais precisam de ter cada vez mais um compromisso sério com a sustentabilidade. Isto está relacionado com o entendimento dos efeitos do aquecimento global, redução das emissões de carbono, bem como a novas regulamentações e legislações vinculadas à agenda da sustentabilidade. Neste eixo, os conhecimentos ao nível da sustentabilidade e dos impactos ambientais são fundamentais para uma maior percepção das suas atitudes no contexto global.

6. Selecção de grupos de profissões

A selecção dos Grupos de Profissões de Angola está espelhada no Classificador Nacional de Profissões.

6.1. Conceitos relevantes

Para melhor compreensão da informação apresentada, primeiramente deve-se ter em conta os seguintes conceitos: posto de trabalho, tarefa, profissão, nível de competências e competência especializada.

- Tarefa “refere-se a uma actividade física ou intelectual executada por uma pessoa que integra um posto de trabalho”;
- Profissão “corresponde ao conjunto de postos de trabalho cujas principais tarefas e funções detêm um elevado grau de afinidade e pressupõe conhecimentos semelhantes”;
- Competência “define-se como a capacidade para executar as tarefas e funções inerentes a um dado posto de trabalho.” e reveste duas dimensões: nível de competências e competência especializada.

O nível de competências é definido em função da complexidade das tarefas e funções a executar numa profissão. Este nível é medido considerando um ou mais do que um dos seguintes elementos:

- A natureza do trabalho realizado numa profissão em relação às características das tarefas e funções definidas para cada um dos quatro níveis de competências definidos pela CITP/ISCO/2008;
- O nível formal de ensino definido pela Classificação Internacional Tipo de Ensino (CITE/ISCED/97).

Sendo que o nível de competência especializada tem como base 4 elementos fundamentais:

- A experiência e formação obtidas na execução das tarefas e funções duma profissão;
- Os conhecimentos requeridos;
- As ferramentas e máquinas usadas;
- Os materiais trabalhados;
- Os produtos e serviços produzidos.

Tabela 16. Níveis de Competências

Nível de Competências	Descrição
4	6 - Segunda etapa do ensino superior 5a- Primeira etapa do ensino superior; A
3	5b - Primeira etapa do ensino superior; B
2	4 - Ensino pós-secundário não superior 3 - Ensino secundário 2 - Segunda etapa do ensino básico
1	1 - Primeira etapa do ensino básico

Fonte: Classificação Nacional de Profissões (2011)

De forma a compreender o agrupamento das funções, passamos a definir os níveis das competências associadas a cada grupo:

- Nível de competências 1 - compreende a execução de tarefas simples e de rotina física ou manual. Envolve tarefas, tais como, limpeza, transporte e armazenagem manual de bens e de materiais, operar veículos não motorizados, apanhar frutos e vegetais.
- Nível de competências 2 - envolve a execução de tarefas relacionadas com a operação de máquinas e equipamento eléctrico, condução de veículos, manutenção e reparação destes equipamentos, tratamento e arquivo da informação.
- Nível de competências 3 - envolve a execução de tarefas técnicas e práticas complexas, compreendendo a preparação de estimativas de quantidades, custos de materiais e mão-de-obra para um projecto específico, a coordenação e supervisão das actividades de outros trabalhadores e a execução de funções técnicas de apoio aos especialistas.

- Nível de competências 4 – envolve a execução de tarefas que requerem a resolução de problemas complexos e a investigação de domínios específicos, diagnóstico e tratamento de doenças, concepção de máquinas e de estruturas de construção.

6.2. Profissões em Angola

As profissões em Angola estão divididas em 10 Grandes Grupos: (0) Profissões das Forças Armadas; (i) Representantes do Poder Legislativo, e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos; (ii) Especialistas das Actividades Intelectuais e Científicas; (iii) Técnicos e Profissões de Nível Intermédio; (iv) Pessoal Administrativo; (v) Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de protecção e segurança e vendedores; (vi) Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; (vii), trabalhadores qualificados da indústria; (viii) Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem; e (ix) trabalhadores não qualificados.

Tabela 17. Associação dos Grandes Grupos de Profissões e Competências

Grandes Grupos		Competências
0	Profissões das Forças Armadas	1,2 +4
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	3 + 4
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	4
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	3
4	Pessoal administrativo	2
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	2
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	2
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2
9	Trabalhadores não qualificados	1

Fonte: *Classificação Nacional de Profissões (2011)*

Cada Grande Grupo de Profissões tem competências correspondentes atribuídas, que servem como guia para melhor enquadramento das profissões no mercado de trabalho.

6.3. Principais profissões por sector económico

De acordo com a Classificação de Profissões de Angola, estabelecida num relatório produzido pelo INE em 2011, as profissões organizam-se por Grandes Grupos, Subgrande Grupo e Subgrupo.

Os 10 Grandes Grupos, dividem-se em 46 subgrandes grupos, e estes por sua vez subdividem-se em 107 subgrupos de profissões. Esta divisão caracteriza as profissões com âmbito mais alargado, e aquelas com o âmbito mais restrito de intervenção. Além disso, caracteriza o grupo funcional e o nível de competências, independentemente do sector de actividade económica em que a profissão está inserido.

Para maior detalhe da caracterização dos Grupos de Profissões por sector económico, é possível consultar a Tabela A 3, na secção de Anexos.

7. Conclusão

Tendo presente a evolução macroeconómica recente de Angola, muito dependente da dinâmica de um único sector (petróleo) muito exposto a flutuações de preços, bem como a actual conjuntura de crise pandémica a nível mundial, é de relevar o notável esforço do Estado angolano em criar e dinamizar iniciativas que promovam o investimento estrangeiro e a diversificação das actividades económicas, bem como o fortalecimento de sectores considerados chave e com papel transversal na recuperação da economia, com particular destaque para o Setor Primário e para as Indústrias Transformadoras.

A economia angolana tem revelado uma forte dependência das indústrias extractivas, o que se tem traduzido num conseqüente reduzido valor acrescentado gerado nas indústrias transformadoras e nas actividades agrícolas, bem como em outras actividades da economia angolana.

Como salientado, os sectores económicos mais emergentes e que têm uma projecção de evolução mais rápida são a Agricultura, pescas produção animal e florestas e as Indústrias transformadoras. Contudo, destacam-se neste processo também os Serviços de apoio, o Comércio, a Saúde e as Tecnologias de Informação. A sistematização dos diversos sectores de actividade com base nas respetivas dinâmicas previstas de evolução futura assentou na análise crítica e comparada dos principais documentos estratégicos nacionais, de diversos trabalhos de natureza multilateral dedicados à análise da evolução do ambiente empresarial angolano, elaborados por entidades estrangeiras, e das dinâmicas de investimento, presentes e futuros, assim como dos processos de privatização recentes. Importa, ainda, referir que a análise supracitada foi confrontada e alimentada com os resultados do estudo sectorial realizado no subcapítulo VAB, emprego e produtividade – principais tendências, estando alinhada com as principais elações retiradas dos dados estatísticos previsionais elaborados e divulgados pela International Labour Organization e pela Oxford Economics.

De notar que, em termos gerais, entre 2012 e 2019, o número de postos de trabalho em Angola aumentou a um ritmo médio anual de 3,6%. É esperado que este ritmo positivo de criação de emprego permaneça até 2025 de forma transversal a todos os sectores de actividade. Esta dinâmica de crescimento não parece ser, no entanto, acompanhada pela criação de valor acrescentado, indiciando uma necessidade premente de melhoria dos níveis de produtividade.

Após análise dos Grupos Profissionais identificados no mercado angolano e nos seus sectores económicos, foi possível sinalizar 25 famílias profissionais. Uma vez que cada sector de actividade na economia angolana apresenta uma estrutura diferenciada face à distribuição empresarial, é natural que numa primeira fase seja necessário realizar um investimento nas profissões que pertencem às famílias profissionais mais emergentes, como é o caso das ligadas às actividades agrícolas, às actividades marítimas e pesca, à produção animal e à floresta, mas também à indústria de processos, às indústrias transformadoras (nomeadamente madeira e mobiliário, peles, têxteis, papel, manutenção e equipamentos) e à manutenção e reparação de veículos e motociclos. Estas actividades têm-se revelado como sendo as mais emergentes, uma vez que têm registado uma elevada participação do investimento privado estrangeiro e uma vez que os agrupamento destas famílias servem como uma alavanca para a evolução global da economia e têm um impacto mais significativo nas receitas económicas do país.

A identificação das famílias profissionais foi feita através da separação das diversas áreas de actividade dos sectores económicos. Esta distinção foi realizada de acordo com a tipologia de competências, conhecimento e habilidades exigidas para a profissão de cada área. Entretanto, em termos de agrupamento, assumiu-se que as profissões ou funções necessárias para o desenvolvimento de cada área podem ser similares. Neste quadro, dentro dos sectores económicos, foi possível identificar 25 famílias profissionais.

De notar que, para além das competências técnicas necessárias para o exercício das profissões de cada um destes “sectores”, é fundamental uma aposta em competências digitais e comportamentais, à medida que o “core” de grande parte das profissões ao redor do mundo está a sofrer alterações devido à automação de processos. As novas exigências técnicas e profissionais verificadas nestes sectores de aposta revelam a necessidade de um reforço ao nível da capacidade formativa e de novas dinâmicas de qualificações necessárias para dar resposta a uma nova procura crescente.

Bibliografia

- Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX). 2020. *Projectos Registados – Oportunidades de Investimento em Angola*
- Banco Mundial (BM). 2018a. *Angola Human Capital Index Rank 147 out of 157*. Washington. D.C.
- Banco Mundial (BM). 2018b. *Angola Systematic Country Diagnostic - Creating Assets for the Poor*. Washington. D.C.
- Banco Mundial (BM). 2020a. *Angola – Public-Private Partnerships (PPP): Readiness Diagnostic*. Washington. D.C.
- Banco Mundial (BM). 2020b. *Doing Business in Angola 2020*. Washington. D.C.
- Banco Mundial (BM). 2020c. *Global Economic Prospects Sub-Saharan Africa*. Washington. D.C.
- Banco Nacional de Angola (BNA). 2020a. *Análise da Conjuntura Económica e Financeira - Primeiro Trimestre 2020*. Luanda, Angola
- Banco Nacional de Angola (BNA). 2020b. *Aviso N.º 10/2020*. Publicado no Diário da República, I Série, N.º 42, de 3 de Abril. Luanda, Angola
- Banco Nacional de Angola (BNA). 2020c. *Boletim Económico Mensal Maio 2020*. Luanda, Angola
- Banco Nacional de Angola (BNA). 2020d. *Resultados do Inquérito sobre o Impacto da Covid-19 nas PME's Referente a Junho*. Luanda, Angola
- BMI Research. 2020a. *Angola Labour Market Risk Report Q3 2020*
- BMI Research. 2020b. *Angola Labour Market Risk Report Q4 2020*
- EU Skills Panorama. 2014a. *Prospects for Business Associate Professionals*
- EU Skills Panorama. 2014b. *Prospects for Skilled Agricultural Workers*
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2018. *Programa de Financiamento Ampliado*. IMF Country Report No. 19/371. Washington. D.C.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. *Angola: Second Review of the Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility*. Country Report No. 19/371. Washington. D.C.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020a. *Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa - June 2020 Update*. Washington. D.C.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020b. *Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa*. Washington. D.C.
- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). 2018. *Apresentação de Programas do INEFOP*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). *Centros e Especialidades*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2018. *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base. Agenda 2030*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2019. *Anuário Estatístico sobre Trabalho Estruturado e Segurança Social Edição 2019*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2020a. *Folha de Informação Rápida (FIR) - Conjuntura Económica II Trimestre de 2020*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2020b. *Inquérito ao Emprego em Angola (IEA) - Relatório Anual 2019*. Luanda, Angola
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2021. *CNP – Classificação Nacional de Profissões*. Luanda, Angola
- International Finance Corporation. 2019. *Diagnóstico do Sector Privado do País – Criação de Mercados em Angola*. Washington. D.C.
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2017a. *Estudo de Mercado sobre o Sector da Madeira na República de Angola e o seu Potencial Exportador*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2017b. *Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2018 – 2022*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2017c. *Programa de Apoio à Produção Nacional. Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI)*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2018a. *Angola is Now - Guia de Investimento em Angola*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2018b. *Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022*. Vol. 1. Luanda, Angola

- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2019a. *Aproveitar o Potencial da Juventude para Colher o Dividendo Demográfico em Angola*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2019b. *Estudo da Cadeia de Valor de Matérias-Primas Minerais para o Sector da Construção*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2019c. *Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura, Pecuária e Agro Silvicultura*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2020a. *Estudo da Cadeia de Valor do Sector das Pescas em Angola*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2020b. *Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Têxtil, Vestuário e Calçado em Angola*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2020c. *Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Turismo em Angola*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). 2020d. *Estudo da Cadeia de Valor do Sector dos Recursos Geológicos*. Luanda, Angola
- Ministério da Economia e Planeamento (MEP). *Programa de Apoio ao Crédito (PAC)*. Acedido em Novembro 2020 através de <https://www.sepe.gov.ao/ao/projecto-de-apoio-ao-credito/>
- Ministério de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social. 2018. *Programa de Estabilização Macroeconómica*. Luanda, Angola
- Ministério do Ensino Superior. 2013. *Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020*. Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros - UTG/PNFQ. Luanda, Angola
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). 2020. *Skills for Jobs*. Acedido em Dezembro 2020 através de <https://www.oecdskillsforjobsdatabase.org/>
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estatísticas de Emprego e Mercado de Trabalho. Acedido em Novembro 2020 através de <https://ilostat.ilo.org/data/>
- Oxford Economics. 2020a. *Country Economic Forecast Angola*
- Oxford Economics. 2020b. *Industry Forecast Angola Q3 2020*
- Oxford Economics. *Angola Data Series*. Acedido em Novembro 2020
- Oya, C. and Wanda, F.. 2019. *Employment patterns and conditions in Angola, A comparative analysis of the infrastructure construction sector and building materials industry*. IDCEA Research Report. SOAS, University of London.
- Royal Institute of International Affairs. 2018. *Angola's Infrastructure Ambitions Through Booms and Busts - Policy, Governance and Reform*. Londres
- United States Census Bureau. 2020. *The American Community Survey*
- World Economic Forum. 2017. *The Future of Jobs and Skills in Africa - Preparing the Region for the Fourth Industrial Revolution*. Cologne/Geneva, Switzerland

Anexos

A1. Enquadramento Macroeconómico

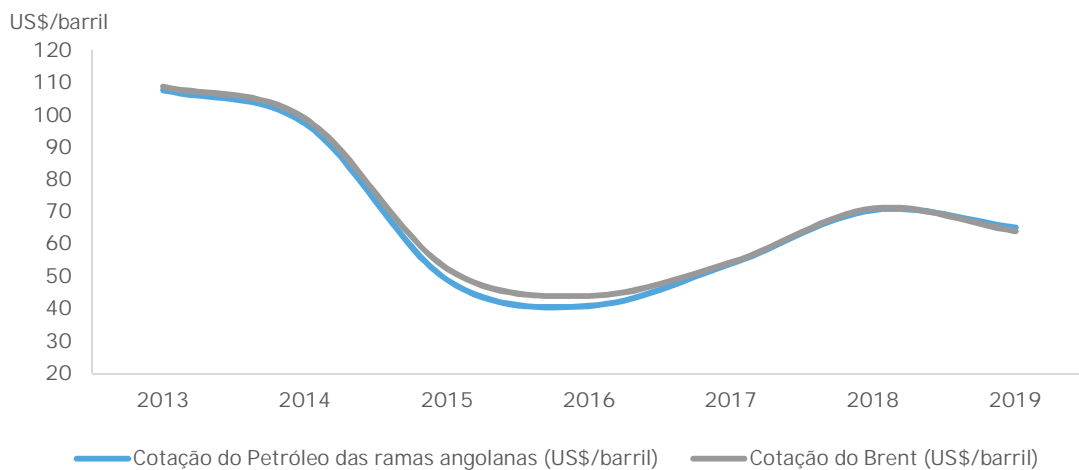
Contexto passado

A cotação do Brent e das ramas angolanas, que acompanha as cotações internacionais, registou uma queda de 60% entre 2013 e 2016: em termos médios anuais, a cotação do Brent passou de uma média de US\$109 em 2013 para uma média de US\$44 em 2016.

O crescimento da produção de petróleo de xisto nos EUA e a manutenção dos níveis de produção da OPEP destacam-se como os factores que mais contribuíram para o aumento da oferta da matéria prima no mercado. Do lado da procura, o abrandamento do crescimento económico em economias como a europeia e em mercados emergentes importadores de petróleo, como o chinês, contribuiu para um fraco crescimento da procura mundial de petróleo, não sendo a mesma capaz de absorver a oferta que tinha sido criada.

Em 2017 e em 2018, a cotação do petróleo recuperou parcialmente das perdas registadas nos anos anteriores, tendo-se verificado, ainda assim, em 2018, uma cotação média anual 35% inferior à registada em 2013. Em 2019, o preço do petróleo voltou a recuar, tendo o Brent atingido uma cotação média de US\$64, cerca de 10% abaixo de 2018.

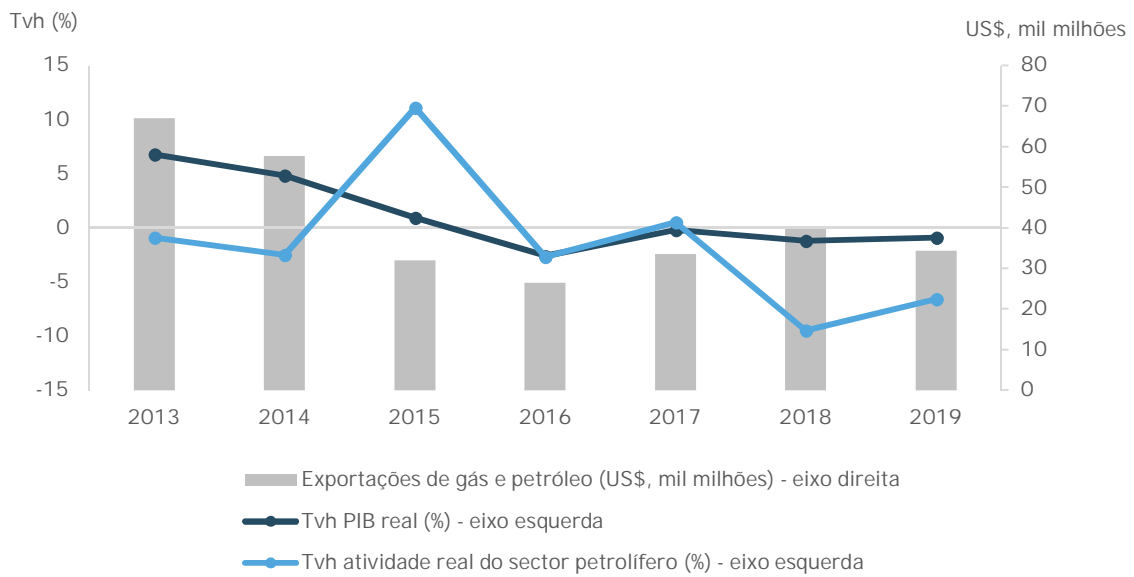
Gráfico A 1. Cotação do Brent e das ramas angolanas (US\$/barril) | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

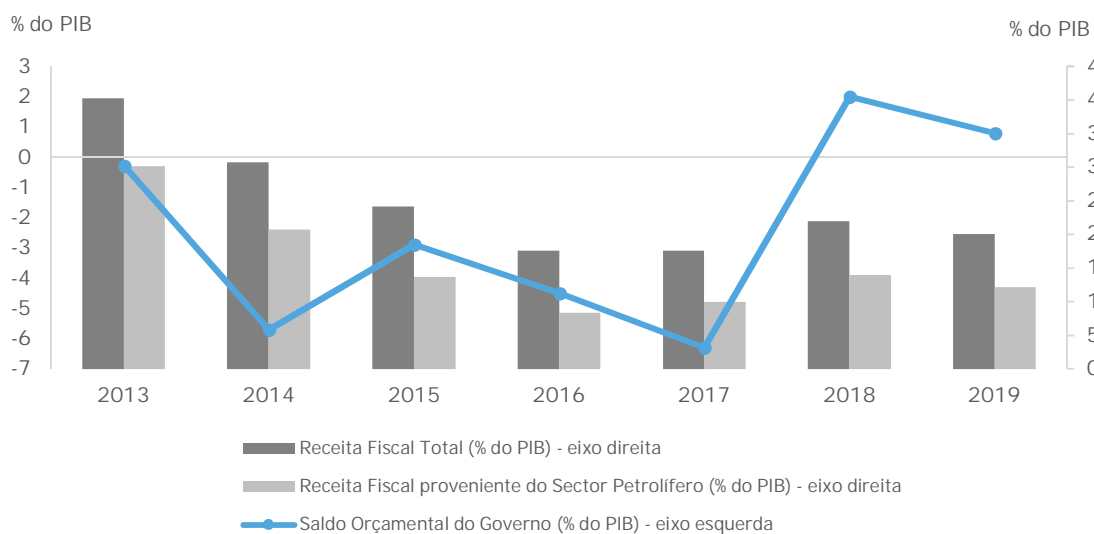
As exportações angolanas de petróleo, que em 2013 contabilizavam US\$ 66,9 mil milhões, afectadas sobretudo pela queda dos preços do petróleo, registaram quebras consecutivas entre 2013 e 2016, tendo atingido em 2016 valores mínimos desde 2005, ao contabilizarem US\$ 26,4 mil milhões, uma quebra de cerca de 60% comparativamente a 2013. Em 2017 e em 2018, as exportações de petróleo angolanas registaram ligeiras recuperações, mas, em 2019, voltaram a contrair, acompanhando a evolução do valor do Brent nos mercados internacionais.

Gráfico A 2. Exportações petrolíferas, PIB e actividade do sector petrolífero em Angola | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

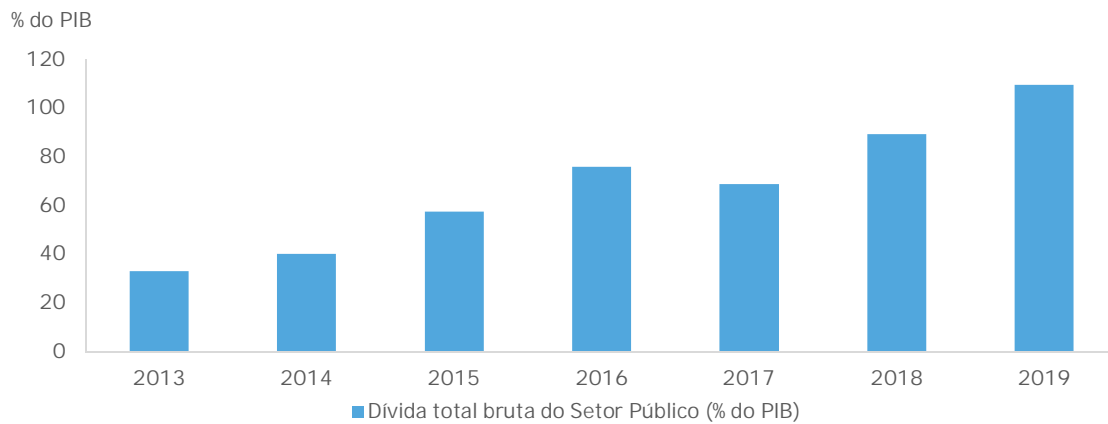
Gráfico A 3. Receitas fiscais e do saldo orçamental do Governo Central angolano | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

Partindo de uma média de 35% do PIB entre 2010 e 2013, a dívida pública em 2019 superou os 100% do PIB, depois de anos de sucessivos aumentos (com excepção de 2017). O elevado nível de endividamento, torna o país ainda mais vulnerável a choques cambiais, dado que grande parte da dívida está estabelecida em dólares.

Gráfico A 4. Dívida do Sector Público angolano | 2013-2019

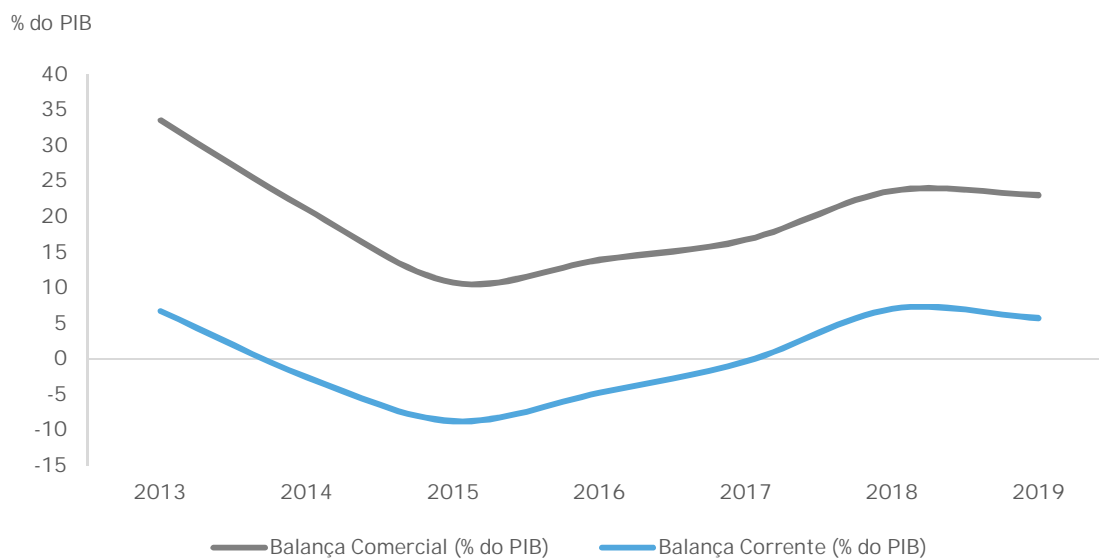


Nota: em 2013 é contabilizado no total de dívida pública a dívida da empresa Sonangol, que não é directamente garantida pelo Governo e de 2014 a 2019 é contabilizada a dívida do Governo Central, dívida externa da empresa Sonangol e da TAAG e dívida garantida pelo Governo

Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

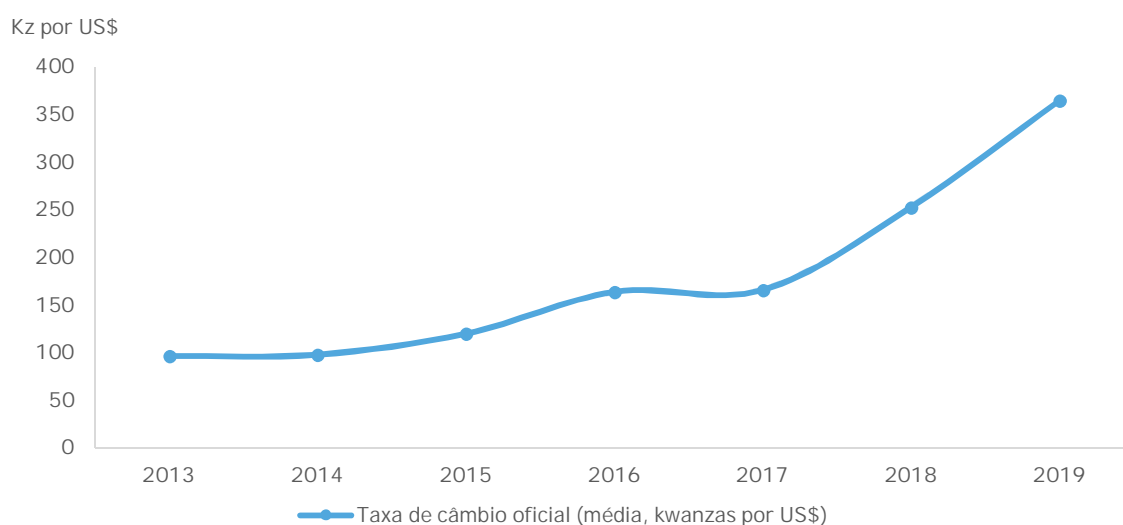
Juntamente a um desequilíbrio das contas internas, a queda do preço do petróleo também causou um desequilíbrio nas contas externas da economia angolana. Reflectindo a diminuição do saldo da balança comercial, em consequência da quebra das exportações de petróleo, a balança corrente de Angola entrou em posição deficitária em 2014, tendo-se mantido assim até 2017 (neste período atingiu-se um défice máximo de -8,8% do PIB em 2015). Em 2018, o aumento do preço do petróleo (a cotação das ramas angolanas aumentou US\$ 16,6 por barril comparativamente a 2017) compensou a quebra de produção de registada no sector petrolífero e as exportações do sector aumentaram cerca de 18%, o que se reflectiu de forma positiva no saldo da balança comercial e levou a que a balança corrente voltasse a atingir um excedente.

Gráfico A 5. Saldo da balança comercial e corrente em Angola | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

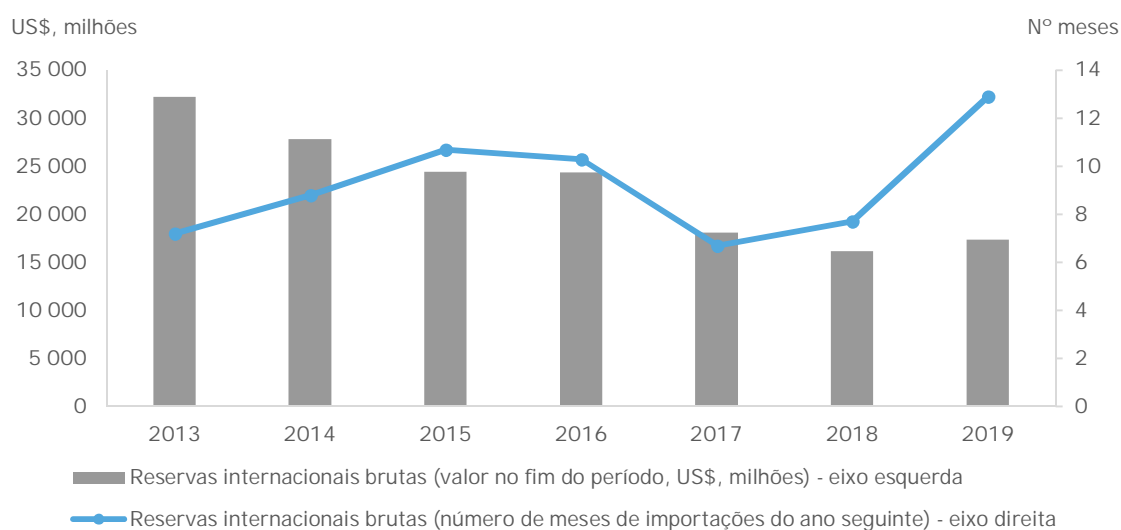
Gráfico A 6. Taxa de câmbio oficial da moeda angolana (média, Kwanzas por US\$) | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

De forma a defender o câmbio fixo, o BNA foi obrigado a vender montantes significativos de divisas, o que contribuiu para a redução do montante de reservas internacionais. Este efeito juntou-se à redução de entrada de divisas gerada pela actividade petrolífera, provocando uma diminuição de cerca de 50% das reservas entre 2013 e 2018.

Gráfico A 7. Montante de reservas internacionais brutas em Angola | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

O regime de câmbio fixo esteve em vigor até Dezembro de 2017, quando foi substituído por um regime de regime de câmbio semi-flexível por bandas. Este regime consistiu na definição de uma banda cambial de 2% da taxa de referência do leilão anterior, sendo que qualquer proposta apresentada em leilão que não cumprisse este requisito era automaticamente invalidada (adicionalmente os bancos comerciais apenas poderiam vender a moeda estrangeira aos clientes com um spread máximo de 2% acima da taxa de referência). Implementado no âmbito de um conjunto de reformas económicas no país, antecipava-se que o regime de câmbio semi-flexível permitiria assegurar a sustentabilidade das contas externas sem impor um regime cambial flexível que poderia causar maior instabilidade cambial. Com a introdução do novo regime cambial, o Kwanza depreciou de forma significativa. Em termos médios, em 2018 a moeda depreciou cerca de 34% em 2018.

Em 2019 o regime cambial de Angola voltou a sofrer alterações significativas, tendo em Janeiro sido dado um novo passo na flexibilização cambial com o BNA a adoptar um regime cambial flutuante sem bandas (a banda de 2% das propostas dos bancos comerciais nos leilões realizados pelo BNA foi retirada), mas passou-se a excluir dos leilões as propostas consideradas “especulativas”. Neste período, o spread de 2% sobre a taxa de câmbio de referência na venda de moeda estrangeira no mercado secundário manteve-se em vigor. A existência deste spread vigorou até Outubro de 2019, quando o BNA o decidiu remover, flexibilizando ainda mais o mercado cambial. Com esta medida, o Kwanza teria a tendência de depreciar ainda mais, tendo o BNA adoptado medidas de redução da liquidez (através de uma política monetária contraccionista) de forma a evitar essa depreciação. A eliminação do spread de 2% não significou que o mercado cambial passasse a ser livre, dado que o BNA continuou a controlar a oferta de divisas. Em termos médios, em 2019, a moeda angolana acabou por depreciar mais de 30% face ao dólar norte-americano.

Gráfico A 8. Inflação em Angola | 2013-2019



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e Autoridades Angolanas

Contexto actual

De acordo com a OPEP, projectava-se para 2020 uma procura global por petróleo de cerca de 100,88 milhões de barris por dia, prevendo-se que com a pandemia a procura tenha diminuído 10% no acumulado do ano. A diminuição da procura pela matéria-prima tem pressionado em baixa a sua cotação, tendo o Brent atingindo uma média de US\$ 40,9 por barril nos três primeiros trimestres do ano, quando em 2019 a cotação média tinha sido de US\$ 64 por barril.

Tabela A 1. Indicadores do mercado petrolífero | 2019-2020

	Cotação do Brent (US\$/barril)	Procura Mundial por Petróleo (mb/d)
2019	64	99,76 ³
1º Trimestre 2020	50,4	92,68 ³
2º Trimestre 2020	29,3	82,58 ³
3º Trimestre 2020	43	90,99 ³
2020 (projectação)	41,3 ¹	90,29 ³
2020 (projectação pré-pandemia)	60,5 ²	100,88 ⁴

Notas:

1) FMI Country Report No. 20/281, Angola, Setembro 2020

2) FMI Country Report No. 19/371, Angola, Dezembro 2019

3) OPEP Monthly Oil Market Report, Outubro 2020

4) OPEP Monthly Oil Market Report, Dezembro 2019

Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola) e OPEP Monthly Oil Market Reports

A queda do preço do petróleo, a par da já referida imposição de redução de exportações, traduziu-se numa quebra das receitas petrolíferas do Governo angolano de cerca de 30% até Junho, face ao período homólogo.

A par de um défice orçamental, o FMI projecta um défice de 2% na balança corrente, uma consequência directa da quebra ocorrida no sector petrolífero. Para 2020, estima-se que as exportações de petróleo e gás de Angola fiquem cerca de 46% abaixo de 2019 e 39% abaixo do esperado antes da pandemia.

Tabela A 2. Projecções económicas para a economia angolana | 2020

Indicadores Económicos por Categoria	Angola			África Subsariana (Total / Exportadores de Petróleo ¹)		
	2019	2020 (projecção)	2020 (projecção pré-pandemia)	2019	2020 (projecção)	2020 (projecção pré-pandemia)
	Fonte: FMI Setembro 2020 ²		Fonte: FMI Dezembro 2019 ³	Fonte: FMI Outubro 2020 ⁴		Fonte: FMI Outubro 2019 ⁵
Economia Real						
PIB real (tvh, %)	-0,9	-4,0	1,2	3,2 / 1,7	-3,0 / -4,0	3,6 / 2,5
Actividade real do sector petrolífero (tvh, %)	-6,6	-6,8	1,3	-	-	-
Índice de Preços no Consumidor (% média anual)	17,1	21,0	23,9	8,5 / 11,1	10,6 / 12,7	8,0 / 10,8
Indicadores Orçamentais do Governo e Dívida Pública						
Saldo Orçamental do Governo (% do PIB)	0,8	-3,6	0,8	-4,2 / -3,3	-7,6 / -5,9	-4,3 / -3,3
Dívida total bruta do Sector Público (% do PIB)	109,2	122,8	102	50,4 / 44,0	56,6 / 47,5	50,4 / 41,2
Balança de Pagamentos e Reservas						
Balança Comercial (% do PIB)	23,0	15,5	23,0	-	-	-
Balança Corrente (% do PIB)	5,7	-2	0,5	-3,6 / -2,3	-4,8 / -3,8	-3,8 / -0,5
Reservas internacionais brutas (valor no fim do período, USD, milhões)	17.321	15.582	17.152	-	-	-
Reservas internacionais brutas (número de meses de importações do ano seguinte)	12,9	10,6	8,2	6,2 / 6,9	4,1 / 3,4	4,6 / 5,9
Taxa de Câmbio						
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	365	-	-	-	-	-
Sector Petrolífero						
Produção de gás e petróleo (milhões de barris por dia)	1.493	1.392	1.537	-	-	-
Exportações de gás e petróleo (USD, mil milhões)	34,2	18,3	29,8	-	-	-

Notas:

1) Angola, Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Sudão do Sul

2) FMI Country Report No. 20/281, Angola, Setembro 2020

3) FMI Country Report No. 19/371, Angola, Dezembro 2019

4) FMI Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa, Outubro 2020

5) FMI Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa, Outubro 2019

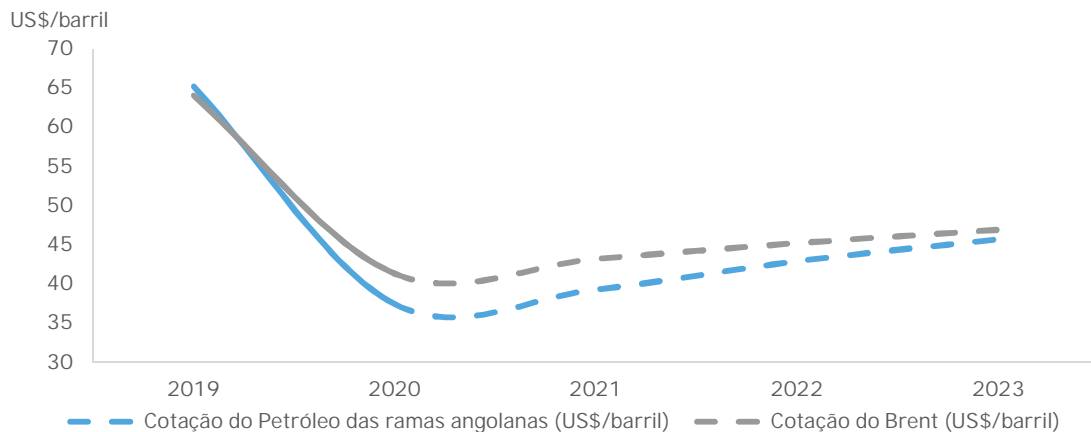
Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Reports (Angola), FMI World economic outlook, Outubro 2020 e FMI Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa, Outubro 2019

O montante de reservas internacionais, tal como ocorreu com os anteriores choques no mercado petrolífero, sofrerá uma acentuada diminuição (-10%). O montante de reservas medido pelos meses de importações também sofrerá uma redução em 2020, tendo este indicador, contudo, sido revisto em alta nas projecções mais recentes, dado que se estima uma redução significativa das importações com a depreciação cambial e a quebra da actividade económica. De acordo com dados preliminares disponibilizados pelo BNA, até Junho as importações de bens caíram mais de 40% em termos homólogos, tendo a queda sido particularmente expressiva nas importações de bens de capital (-63,5%). Os países exportadores de petróleo da África Subsariana, que em termos médios já se encontravam numa situação de duplo défice em 2019, com o impacto da crise registam um novo agravamento das contas externas, embora não tão significativo como o agravamento esperado para Angola (para o qual contribuem os diferentes pontos de partida), projectando-se que atinjam em 2020 um défice na balança corrente de -4,8% do PIB. Tanto no conjunto de países da África Subsariana como no conjunto de países exportadores de petróleo da região, também é expectável uma acentuada diminuição das reservas internacionais, medidos em meses de importações. Para o agregado da África Subsariana este indicador deverá atingir em média os 4,1 em 2020 (e nos países exportadores de petróleo da região os 3,4), o que faz com que Angola se compare muito favoravelmente neste indicador face aos restantes países da região.

Projeções futuras

Para o mercado petrolífero, o FMI antevê que até 2023 a cotação do barril de Brent recupere a um ritmo de apenas 4,3% ao ano, quando em 2020 a queda projectada se situa nos 35%. Outras entidades, como a *Energy Information Administration* (EIA) dos EUA, antevêm que a recuperação dos preços do petróleo será mais rápida, projectando para 2021 uma cotação do Brent de US\$ 47,07, o que representaria, de acordo com a instituição, um aumento de 14% face a 2020. Dada a dependência da economia angolana do sector petrolífero, a cotação do petróleo nos mercados internacionais impactará de forma determinante a evolução da situação económica do país e as respectivas projecções que se possam fazer para os próximos anos.

Gráfico A 9. Projectão da cotação do petróleo | 2020-2023



Fonte: EY-Parthenon, com base em FMI Country Report No. 20/281, Angola, Setembro 2020

Dinâmicas setoriais transversais

Apresentam-se de seguida os principais *findings* das dinâmicas setoriais obtidas no estudo “Angola – Public-Private Partnerships (PPP): Readiness Diagnostic” (Junho 2020), World Bank Group e Governo de Angola; bem como de outras fontes como International Finance Corporation (2019), “Diagnóstico do Sector Privado do País – Criação de Mercados em Angola”, World Bank Group.

Energia

Angola tem vindo a registar melhorias consideráveis no que diz respeito à sua capacidade de geração de energia, ainda assim o acesso a electricidade permanece limitado. Os principais desafios do sector são a transmissão e a distribuição de energia, sendo que, actualmente, apenas 30% da população tem acesso a electricidade (42% em cidades e apenas 8% em zonas rurais).

O reduzido acesso a electricidade é um entrave para vários negócios, incluindo em Luanda e noutros Estados mais industrializados (por exemplo, Viana), forçando as empresas a recorrer a dispendiosos geradores de energia. Estes geradores são, também, necessários como suporte alternativo devido à reduzida fiabilidade do actual sistema de fornecimento de electricidade. O consumo de electricidade associado ao sector industrial é reduzido, fixando-se nos 8% da produção total.

O desenvolvimento de capacidade hidroeléctrica continua a ser uma prioridade do governo, tendo este projectado que, até ao fim de 2018, a capacidade de geração de energia do país tenha duplicado.

A procura de electricidade tem aumentado rapidamente, prevendo-se que esta tendência se mantenha. O aumento da procura deverá ser satisfeito pelo aumento da capacidade de geração.

Nos últimos anos, foram iniciadas reformas regulatórias e de subsídios no sector, no entanto estas estão incompletas. Em termos regulatórios, em Novembro de 2014, com o apoio do AfDB, o Governo de Angola introduziu importantes reformas relacionadas com a separação da Companhia Nacional de Electricidade em três empresas de serviços públicos que operam ao abrigo do Ministério de Energia e Águas: PRODEL para geração, RNT para transmissão e ENDE para distribuição. Em 2016, o mandato do regulador nacional de electricidade foi alargado à distribuição de água e a sua autonomia foi reforçada, passando a denominar-se IRSEA (Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água e Saneamento de Águas Residuais). O governo criou, ainda, o GAMEK (Gabinete de Aproveitamento do

Médio Kwanza) para supervisionar o desenvolvimento e a construção de grandes projectos hidroeléctricos na bacia do rio Kwanza. Em termos de subsídios, o governo implementou uma reforma bem concebida, que eliminou os subsídios à maioria dos combustíveis no final de 2015. No entanto, não foram feitos quaisquer ajustamentos nos preços dos combustíveis desde o mesmo ano, apesar da desvalorização do kwana e da recuperação gradual dos preços internacionais do petróleo, o que levou ao surgimento de subsídios implícitos ao preço dos combustíveis. A dimensão dos subsídios à electricidade é desconhecida. Ainda assim Angola destaca-se dos restantes países da África Subsariana pela acessibilidade da electricidade mesmo para os agregados familiares mais pobres, apresentando, tarifas domésticas de electricidade reduzidas. O Banco Mundial está a desenvolver um projecto com o objectivo de apoiar melhorias na rede eléctrica e, simultaneamente, tem vindo a aconselhar o governo em relação à reforma de subsídios. Para investidores de longo prazo no sector, mesmo que os subsídios persistam, a completa transparência sobre como estes serão remunerados assume-se como um importante pré-requisito.

O Governo angolano planeia investir \$23.3 mil milhões no sector energético até 2025. Desta forma, o aumento esperado na geração de electricidade conduzirá a um excesso de capacidade. Nesse sentido, para dar resposta à procura proveniente da indústria e das empresas, serão também necessários investimentos na transmissão e na distribuição de electricidade, a fim de garantir que esta capacidade adicional é conduzida para onde as necessidades se encontram.

O Governo angolano tem o objectivo claro de atrair participação privada para a geração de electricidade e para a distribuição urbana. Sob este pilar, serão prestados serviços de análise, apoio a políticas e consultoria de transacções com o objectivo de apoiar o estabelecimento de um clima favorável ao investimento privado. Este apoio é considerado necessário para fortalecer a capacidade regulatória e legal do país, a fim de construir uma estrutura sólida para a emergência de PPPs. Existe interesse por parte do sector privado em participar e IPPs, especialmente no sector das energias renováveis para equilibrar o mix de geração de energia e trazer eficiência de custos. O potencial solar é particularmente promissor.

Transportes

A maior parte da despesa pública em infraestruturas angolana foi dirigida para o sector dos transportes, sendo que cerca de três quartos da despesa pública neste sector esteve associada ao sub-sector das estradas, seguido dos sub-sectores ferroviário, dos portos e dos transportes aéreos. No fim da Guerra Civil, em 2002, o Governo angolano iniciou um importante programa de reconstrução de infraestruturas, tendo investido em média US\$ 4,4 mil milhões por ano, entre 2002 e 2009. Este esforço manteve-se ao longo da última década (2008-2018), sendo que Angola gastou em média 4,1% do seu PIB por ano no seu sector de infraestruturas.

Os aumentos reais da despesa não foram acompanhados por melhorias proporcionais e Angola enfrenta ainda desafios significativos no sector dos transportes. Actualmente, existem 15 empresas públicas a operar as principais infraestruturas de transporte, no entanto o seu fraco desempenho logístico assume-se como um impedimento (e não como um potenciador) ao crescimento económico do país, assim como à sua agenda de redução da pobreza. Estas insuficiências resultam em preços elevados de transporte que enfraquecem a proposta de valor de Angola como um centro de transporte regional, explicando o reduzido peso deste sector no PIB do país.

O sector de logística em Angola, em termos de disponibilidade e eficiência, situa-se abaixo dos seus pares regionais. De facto, de acordo com o LPI (Índice de Desempenho Logístico) agregado, em 167 países, Angola situa-se na posição 160. De forma similar, a qualidade da infraestructura aérea, portuária, ferroviária e rodoviária angolana é insuficiente (de acordo com o pilar das infraestructuras do Global Competitiveness Report 2018, Angola ocupa a posição 127 de 140 países), apesar da importância do investimento público realizado em infraestructuras de transporte fundamental desde o término do conflito armado.

De acordo com o IFC's Country Private Sector Diagnostic (CPSD): Creating Markets in Angola, os transportadores enfrentam longos períodos de retenção de contentores em Angola, com uma média superior a 12 dias. Estes longos períodos de espera são explicados por uma variedade de factores; o congestionamento nos portos, o tempo necessário para liberar as cargas, a carência de camiões para transportar a carga e o estrangulamento em estradas e caminhos de ferro, que resultam na ocupação de uma considerável parte do espaço dos portos para armazenamento de cargas. Pelos padrões do Oeste Africano, os tempos de espera médios em Luanda estão alinhados com os da região. De acordo com os stakeholders entrevistados, a produtividade da estiva dos portos angolanos é baixa. Aparentemente, a reduzida produtividade poderá estar ligada ao envelhecimento do equipamento de manuseio, ao armazenamento insuficiente e a restrições administrativas. Para reduzir e aliviar o congestionamento nos portos (especialmente, o congestionamento relacionado com contentores vazios e/ou de exportação), foram construídos depósitos de contentores internos.

A conectividade do transporte marítimo regular em Angola aumentou e está acima de vários pares regionais, embora Angola seja considerada um destino de frete marítimo caro, sendo os custos de transbordo também elevados. Neste sentido, existe espaço para aumentar a produtividade do sector dos portos. O Governo de Angola tem revelado compromisso em fomentar a participação privada no sector, tendo lançado, em Dezembro, um concurso para a Concessão do Porto de Luanda, tendo rescindido com o concessionário incumbente.

O sector de transporte aéreo angolano é dominado por empresas públicas. A Empresa Nacional de Desenvolvimento Aeroportuário e Navegação Aérea (ENANA) gere os aeroportos civis do país, enquanto a GHASSIST, outra empresa pública, detém o monopólio das actividades aeroportuárias no Aeroporto Internacional 4 Fevereiro de Luanda. O tráfego de passageiros e carga no aeroporto diminuiu significativamente em relação aos picos anteriores, sendo que a queda do volume de cargas movimentadas foi mais severa.

O governo angolano opera três linhas ferroviárias distintas - Luanda, Benguela e Moçâmedes - cada uma com o seu próprio administrador, reportando ao Ministério dos Transportes. As três linhas apresentam perdas recorrentes, transportando maioritariamente passageiros. O transporte de cargas ocorre apenas a título excepcional e "on demand", sem perspectivas claras de mercado para um aumento de procura rentável. Entre eles, o caminho-de-ferro de Benguela (CFB), recentemente remodelado (concluído em 2014) com o apoio de empresas chinesas, quase não teve tráfego de carga.

O impacto do aumento da despesa no sector rodoviário é mínimo, reflectindo-se numa rede de estradas de baixa qualidade. Dois terços (64%) da rede de estradas encontra-se com condições pobres ou críticas. A qualidade das infraestruturas rodoviárias está foi classificada em 136º lugar (em 141 países) pelo 2019 Global Competitiveness Report.

Apenas 24% das estradas classificadas e urbanas são pavimentadas. Apesar do progresso considerável na melhoria da rede rodoviária principal, a densidade e conectividade das estradas nas províncias fora de Luanda e nas áreas rurais são fracas. Em 2015, foi criado o Fundo Rodoviário que cobre apenas uma reduzida parte da rede total e depende principalmente de transferências do orçamento do estado. Como resultado, importantes activos rodoviários recentemente reabilitados já se estão a deteriorar.

Água

O serviço de abastecimento de água em Angola é insuficiente. A infraestrutura de abastecimento de água e saneamento (WSS) foi destruída durante a guerra. Em 2017, apenas 54% da população tinha acesso a água potável de qualidade e apenas 40% tinha acesso ao saneamento. Os níveis inadequados de investimento, a perda de capacidades técnicas, de operação e manutenção e a tendência de rápido crescimento demográfico são as principais causas para a falta de progresso.

Para enfrentar esses desafios, o NDP delinea três áreas prioritárias para acção governamental no sector de WSS em 2018-2022, sendo elas: (i) a expansão da cobertura dos serviços de água nas áreas urbanas, sedes municipais e áreas rurais; (ii) o desenvolvimento e fortalecimento das instituições do sector; e (iii) a melhoria dos serviços de saneamento básico. De acordo com estas prioridades, as políticas públicas estão orientadas para garantir, o mais rapidamente possível, o fornecimento de água canalizada e potável para todos os residentes urbanos.

O enquadramento político e institucional do sector WSS angolano é considerado descentralizado e em desenvolvimento. As responsabilidades do sector são delegadas às autoridades locais ou regionais (ao abrigo das Leis das Águas de 2002), sendo o Ministério da Energia e Águas responsável pela elaboração de políticas e pela supervisão da sua implementação.

Agricultura

O sector agrícola angolano tem revelado sinais de progresso contínuo nos últimos anos. Na década de 2004 a 2014, o peso deste sector na economia cresceu de 6% para 10% do PIB. O aumento da produção neste sector poderá estar relacionado com o aumento da área de cultivo, bem como com melhorias na produtividade. No entanto, os rendimentos permanecem baixos em comparação a outras regiões. O valor da produção de alimentos por habitante tem aumentado continuamente, assim como a disponibilidade de proteínas e calorias. Como resultado, a subnutrição e o défice alimentar atingiram níveis historicamente baixos, embora permaneçam elevados. Estima-se que mais de metade da população angolana sofra de algum grau de subnutrição e que a ingestão diária de calorias seja um terço da quantidade recomendada em agregados familiares extremamente pobres. Mesmo em áreas urbanas, estima-se que apenas 25% das famílias consumam a dose calórica diária recomendada.

Angola testemunhou um aumento forte e constante das importações de produtos agrícolas e alimentares antes da crise. As necessidades de consumo de alimentos básicos foram, na sua maioria, atendidas com importações no início da crise. Desde 2015, o reduzido acesso ao câmbio, combinado com a desaceleração económica e com a substituição por bens produzidos internamente, conduziu à quebra das importações.

Apesar do ambiente desafiador, alguns operadores comerciais foram bem-sucedidos. Ainda assim, alguns destes casos poderão ter beneficiado de condições favoráveis, como acesso a terras preparadas, parcerias em empreendimentos governamentais ou alavancagem de sucesso comercial noutras sectores.

Uma característica chave dos operadores comerciais bem-sucedidos (e do sector privado em geral em Angola) é a sua capacidade de internalizar alguns dos constrangimentos mais sérios à realização de negócios. Em geral, as cadeias de valor do agrobusiness em Angola apresentam falhas de coordenação e a comercialização é amplamente baseada em acordos informais ad-hoc.

A emergência de negócios agrícolas de pequena e média dimensão enfrenta sérias restrições, incluindo a falta de capital, o insuficiente acesso a crédito, a carência de habilidades técnicas e reduzido acesso a mercados, devido, em parte, ao elevado custo e/ou falta de transporte próprio. O mau estado da rede rodoviária assume-se como um desafio considerável para a comercialização de produtos agrícolas.

A participação privada poderia fomentar a valorização dos investimentos prévios em infraestruturas agroindustriais e de irrigação, actualmente usados abaixo do seu potencial. Na última década, foram realizados grandes investimentos com o objectivo de expandir a produção e o processamento agrícola nacional. Apesar de não existir nenhuma avaliação completa deste investimento, de acordo com alguns estudos, estes não só não corresponderam às expectativas como também permanecem subutilizados, com algumas excepções.

O governo angolano está a desenvolver um processo de reestruturação das várias empresas públicas presentes no sector agrícola:

- ▶ Gestão de Terras Aráveis (Gesterra): a principal entidade responsável pela gestão de propriedades agrícolas de média e grande dimensão recebeu um novo mandato para transferir essas propriedades para investidores privados. Posteriormente, a Gesterra fica responsável pela criação de um cadastro das propriedades agrícolas do Estado e por prepará-las com infraestruturas agrícolas básicas para investimento privado.
- ▶ Estão a ser estudadas e equacionadas acções concretas para o futuro de quatro empresas públicas em insolvência enquanto parte integrante de um grupo de trabalho que inclui o Ministério das Finanças e o Ministério da Agricultura.
- ▶ A nova orientação política cria oportunidades para investimento privado, mas requer uma implementação cuidadosa. As privatizações e as PPP podem ser desenvolvidas para garantir que esses investimentos são bem geridos, têm o impacto desejado de impulsionar o sector agrícola e que o governo recupera o investimento realizado. No caso das PPPs, é necessário gerir cuidadosamente os riscos fiscais e os contractos de longo prazo. Adicionalmente, a Gesterra necessita de desenvolver competências para cumprir o seu novo papel, levando em consideração as lições passadas.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

O sector de TIC angolano é considerado subdesenvolvido, tendo em conta a dimensão da economia em análise. Apesar da cobertura relativamente boa, a penetração do telemóvel em Angola era de apenas 46 assinantes per 100 habitantes em 2017, um valor alinhado com a média da África Subsaariana, mas muito abaixo dos valores registados na África do Sul, onde esta proporção é três vezes superior. A penetração de telemóveis tem vindo a diminuir desde 2014 devido aos efeitos combinados de uma desaceleração económica e da falta de concorrência no mercado – a Unitel é a operadora dominante. O acesso às telecomunicações continua dispendioso: os preços dos dados móveis, dos planos de chamadas e da banda larga em Angola são elevados em comparação com os países vizinhos.

Os esforços para abrir o mercado das telecomunicações são um dos dois pilares para introduzir mais serviços de telecomunicações na economia. Ainda assim, outras alterações regulatórias são necessárias. Várias operadoras solicitaram ao governo espectros de low-band para cobrir uma gama mais ampla. No entanto, a permissão de frequência é um problema, pois o governo, devido à falta de equipamento, não é capaz de determinar que espectros estão livres para que possam ser liberados para as operadoras. Além disso, o quadro regulatório para moeda móvel e ciber-segurança precisa de mais desenvolvimento, clareza e disseminação.

A falta de mão de obra qualificada e o desalinhamento do ensino com as necessidades desta actividade representam um desafio para o sector. Algumas empresas contractam apenas recursos humanos com experiência, enquanto outras investem nos seus próprios programas de formação. No sector das comunicações móveis, a concentração de recursos humanos qualificados numa empresa resulta na deterioração da qualidade do serviço da concorrência.

O Plano Estratégico Nacional de Angola, identifica o sector das telecomunicações como uma área chave. O Plano estabeleceu os seguintes objectivos para a reforma do sector: (1) garantir o acesso aos serviços fixos; (2) garantir acesso a serviços móvel a preços razoáveis; (3) criar as condições necessárias para o acesso à Internet com vista à construção de uma sociedade de informação em Angola; (4) aumentar o acesso à banda larga por meio de cabos submarinos internacionais; e (5) promover uma gestão eficiente do espectro.

Para atingir esses objectivos, o Banco Mundial está a prestar suporte técnico no desenvolvimento do Digital Infrastructure Reform Roadmap para ajudar Angola a fazer a transição completa para uma sociedade digital.

A2. Profissões por Famílias Profissionais

Tabela A 3. Identificação das Principais Profissões Específicas por Família Profissional

Profissões Específicas da Família Profissional: Actividades Agrícolas, Pecuária e Florestas	
1	Agricultor
2	Agrónomo
3	Jardineiro
4	Criador de Animais
5	Caçador
6	Colectores de Alimentos
7	Floricultor
8	Viveirista
9	Horticultor
10	Avicultor
11	Apicultor
12	Vendedor de Alimentos Agrícolas
13	Técnico de Análise de Sementes
14	Guarda Florestal
15	Técnico de Meteorologia
16	Técnico Florestal
17	Técnico de Zoologia

Profissões Específicas da Família Profissional: Actividades Marítimas e Pescas	
1	Aquicultor
2	Pescador
3	Marinheiro
4	Preparador e conservador de peixe
5	Vendedor de Peixe

Profissões Específicas da Família Profissional: Indústria de Processos e Transformadora	
1	Operador de máquinas de corte e soldadura
2	Operador de soldadura
3	Operador de máquinas de embalar, encher e rotular
4	Operador de impressão
5	Operador de máquinas para gravar
6	Conserveiro de Alimentos
7	Provador e classificador de alimentos

Profissões Específicas da Família Profissional: Madeira, Papel e Mobiliário	
1	Operador de máquinas de corte e soldadura
2	Operador de soldadura
3	Marceneiro
4	Operador de estufa para tratamento de madeira
5	Operador de máquinas para triturar madeira
6	Tanoeiro
7	Embutidor
8	Estofador
9	Montador de mobiliário
10	Decorador
11	Pintor
12	Carpinteiro
13	Operador de máquinas para fabrico de papel
14	Envernizador e Polidor

Profissões Específicas da Família Profissional: Peles, Têxtis, Vestuário e Calçado	
1	Curtidor, preparador e acabador de peles
2	Embalsamador
3	Operador de máquinas para preparar, fibras e bobinar têxtis
4	Operador de máquinas de costura
5	Operador de máquinas para preparar peles e couro
6	Operador de máquinas para branquear, tingir tecidos e outros têxtis
7	Operador de máquinas de fabrico de calçados
8	Operador de máquinas de lavandaria
9	Operadores de máquinas para gravas em peles, têxtis e outros tecidos
10	Lavadeira
11	Costureira
12	Alfaiate
13	Sapateiro
14	Chapeleiro
15	Maleiro
16	Designer de moda

Profissões Específicas da Família Profissional: Comércio a Grosso e Retalho

1	Assistente de Compras
2	Técnico de Compras
3	Intermediário Comercial
4	Vendedor de Loja
5	Gerente de Loja
6	Técnico de Produto
7	Técnico de Produto Pós-Venda
8	Técnico de Produtos Digitais
9	Técnico de Comunidade Digital
10	Assistente de Apoio ao Cliente
11	Assistente de Call Center

Profissões Específicas da Família Profissional: Saúde

1	Técnico de Enfermagem
2	Técnico de Enfermagem de Saúde Materna
3	Técnico de Enfermagem de Saúde Infantil
4	Técnico de Enfermagem de Higiene Oral
5	Assistente de Dentista
6	Técnico de Enfermagem de Gerontologista
7	Paramédico
8	Técnico de Fisioterapia
9	Técnico de Farmácia
10	Cuidador de Pessoas Idosas
11	Auxiliares de Limpeza

Profissões Específicas da Família Profissional: TIC

1	Programadores e desenvolvedores de softwares
2	Analistas de sistemas
3	Programadores web e de multimédia
4	Programadores de aplicações
5	Administrador de redes
6	Técnico de Rede Rádio
7	Técnico de Planeamento, Desenho e Optimização de Acesso de Redes
8	Técnico de Gestão de Plataformas de Rede
9	Técnico de Transmissão
10	Desenvolvedor de Robôs e software de automação
11	Operador de máquinas para montagem de equipamentos informáticos
12	Operador de máquinas para montagem de equipamentos de telecomunicações
13	Arquiteto de sistemas

14	Arquiteto de Sistemas de Segurança e Cibersecurity
15	Analista de Dados
16	Técnico de Helpdesk
17	Técnico de Eletrotecnia
18	Mecânico
19	Electricista

Profissões Específicas da Família Profissional: Administração, Gestão e Serviços de Apoio

1	Assistente e/ou Técnico Médio Financeiro
2	Assistente e/ou Técnico Médio de Contabilidade
3	Assistente e/ou Técnico Médio de Recursos Humanos
4	Assistente e/ou Técnico Médio de Marketing
5	Assistente e/ou Técnico Médio Comercial
6	Assistente e/ou Técnico Médio Administrativo
7	Secretária
8	Tesoureiro

Profissões Específicas da Família Profissional: Transportes

1	Piloto
2	Assistente de Bordo
3	Capitão
4	Marinheiro
5	Motorista de Ligeiros e Carrinhas
6	Motorista de Pesados
7	Motorista de Motociclos
8	Motorista de Autocarros e ou/ Guarda-Freios eléctricos
9	Maquinista
10	Fiscal de Transportes
11	Cobrador de Transportes Públicos
12	Controlador de Tráfego Aéreo
13	Controlador de Tráfego Rodoviário
14	Controlador de Tráfego Ferroviário
15	Controlador de Tráfego Marítimo
16	Técnico de Segurança de Sistemas Aeronáuticos
17	Técnico de Segurança de Sistemas Rodoviários
18	Técnico de Segurança de Sistemas Ferroviários
19	Técnico de Segurança de Sistemas Marítimos
20	Oficial Maquinista de Navios
21	Oficial de Convés de Navios

Profissões Específicas da Família Profissional: Logística

1	Técnico de Logística
2	Gestor de Armazém
3	Fiel de Armazém
4	Arquivista
5	Técnico de Gestão Documental
6	Técnico de Gestão de Frota
7	Técnico de Gestão de Stocks

Profissões Específicas da Família Profissional: Manutenção e Reparação de Equipamentos, Veículos e Motociclos

1	Mecânico
2	Torneiro Mecânico
3	Mecânico de Equipamentos Híbridos
4	Mecânico Especialista em Telemetria
5	Eletricista
6	Eletromecânico
7	Bate-chapas
8	Operador de Pontes Rolantes
9	Medidor Orçamentista
10	Operador de Rádio
11	Técnico de Frio
12	Operador de OCC
13	Serralheiro
14	Operador de CAM
15	Operador de CAE
16	Operador de CAI
17	Operador de CAD
18	Operador de Máquinas a Vapor e Caldeiras

Profissões Específicas da Família Profissional: Energia

1	Electricista
2	Electromecânico
3	Instalador de máquinas e de equipamentos eléctricos
4	Instalador de sistemas e máquinas de energias renováveis
5	Instalador e reparador de linhas eléctricas
6	Montador de linhas de transporte de energia e de cabos de alta e baixa tensão
7	Mecânico reparador de equipamentos electrónicos
8	Operador Electrotécnico
9	Operador de Instalações de Produção de Energia

Profissões Específicas da Família Profissional: Ambiente	
1	Técnico Ambiental
2	Guarda Florestal
3	Guarda de Parques e Reservas Naturais
4	Fiscal Ambiental
5	Inspector Ambiental
6	Técnico de Meteorologia

Fonte: EY com base na análise feita das famílias profissionais e sectores económicos de Angola, nos dados da Classificação Nacional de Profissões (2011) e CEDEFOP Skills Intelligence Portal (2018)

A3. Grupos de Profissões

Tabela A 4. Caracterização da Divisão dos Grupos de Profissões de Angola

	Grande Grupo	Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
0	Profissões Especificamente Militares	Oficiais das Forças Armadas		Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
0	Profissões Especificamente Militares	Sargentos das Forças Armadas		Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
0	Profissões Especificamente Militares	Outro Pessoal das Forças Armadas		Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores de serviços administrativos e comerciais	Directores de serviço de negócios e de administração	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores de serviços administrativos e comerciais	Directores de vendas, marketing e de desenvolvimento de negócios	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas	Representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública e de organizações especializadas	Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública e de organizações especializadas	Representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública e de organizações especializadas	Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores de produção na agricultura, produção animal, floresta e pesca	Directores de produção na agricultura, produção animal, floresta e pesca	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores da hotelaria, de restauração, do comércio e de outros serviços	Directores e gerentes de outros serviços	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores de produção e de serviços especializados	Directores das indústrias transformadoras, extractivas, da construção, distribuição e transporte	Indústria Transformadora Indústria Extrativa Construção Transporte e Alojamento
1	Representantes dos Poderes Legislativos e Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	Directores de serviços administrativos e comerciais	Directores de serviço de negócios e de administração	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
1	Representantes dos Poderes Legislativos e	Directores de serviços	Directores de vendas,	Actividades administrativas e dos serviços de apoio

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
	Executivo, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos	administrativos e comerciais	marketing e de desenvolvimento de negócios	
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em organização administrativa	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Bibliotecários, arquivistas e conservadores de museus e similares	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Autores, jornalistas e linguistas	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Artistas criativos e das artes do espectáculo	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Físicos, químicos e especialistas relacionados	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Especialistas em ciências da vida	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Especialistas em engenharia (excepto electrotecnologia)	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em vendas, marketing e relações públicas	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Especialistas em assuntos jurídicos	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Especialistas em ciências sociais e religiosas	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Engenheiros de electrotecnologia	Actividades de informação e de comunicação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	Analistas e programadores, de software, Web e de aplicações	Actividades de informação e de comunicação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em base de dados e redes	Actividades de informação e de comunicação

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Profissionais de saúde	Médicos	Actividades de saúde humana e acção social
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Profissionais de saúde	Profissionais de enfermagem	Actividades de saúde humana e acção social
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em organização administrativa	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Bibliotecários, arquivistas e conservadores de museus e similares	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Autores, jornalistas e linguistas	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Artistas criativos e das artes do espectáculo	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Físicos, químicos e especialistas relacionados	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Especialistas em ciências da vida	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Especialistas em engenharia (excepto electrotecnologia)	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em vendas, marketing e relações públicas	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Especialistas em assuntos jurídicos	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Especialistas em ciências sociais e religiosas	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Engenheiros de electrotecnologia	Actividades de informação e de comunicação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	Analistas e programadores, de software, Web e de aplicações	Actividades de informação e de comunicação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Profissionais de saúde	Outros profissionais de saúde	Actividades de saúde humana e acção social

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Especialistas em finanças e contabilidade	Actividades Financeiras e de Seguro
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Arquitectos, urbanistas, agrimensores e designers	Construção
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Professores	Professores universitários, técnico, artístico e profissional e do ensino secundário	Educação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Professores	Professores dos ensinos pré-escolar, primário e educadores de infância	Educação
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Professores	Outros especialistas do ensino	Educação
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios	Técnicos de nível intermédio, da área financeira e da matemática	Actividade Financeiras e de Seguros
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios	Agentes de negócios	Actividade Financeiras e de Seguros
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios	Administrativos e secretários especializados	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios	Agentes de nível intermédio da administração pública, para aplicação da lei e similares	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	Técnicos de actividade física e de desporto	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	Técnicos de nível intermédio das actividades culturais, artísticas e culinárias	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas.
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio	Técnicos das ciências físicas e de engenharia	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio	Técnicos e profissões afins das ciências da vida, de nível intermédio	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio dos	Técnicos de nível intermédio dos	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Grande Grupo	Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
		serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Profissionais de saúde	Actividades de saúde humana e acção social
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Actividades Financeiras e de Seguro
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Construção
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	Professores	Educação
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos operadores das tecnologias de informação e comunicação	Actividades de informação e de comunicação
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos operadores das tecnologias de informação e comunicação	Actividades de informação e de comunicação
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões da saúde, de nível intermédio	Actividades de saúde humana e acção social
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões da saúde, de nível intermédio	Actividades de saúde humana e acção social
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões da saúde, de nível intermédio	Actividades de saúde humana e acção social
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos de nível intermédio das áreas financeira, administrativa e dos negócios	Actividades Imobiliárias
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio	Indústria Transformadora Indústria Extrativa Construção
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio	Indústrias transformadoras
3	Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio	Transportes e armazenagem
4	Pessoal Administrativo	Operadores de dados de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e	Actividade Financeiras e de Seguros

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
		relacionados com o registo	serviços financeiros	
4	Pessoal Administrativo	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	Empregado de escritório em geral	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	Técnico de secretariado	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	Operadores de processamento de texto e dados	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Pessoal de apoio directo a clientes	Caixas, penhoristas e similares	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Pessoal de apoio directo a clientes	Pessoal de recepção e de informação a cliente	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
4	Pessoal Administrativo	Operadores de dados de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	Empregados de aprovisionamento, de armazém, de serviços de apoio à produção e transportes	Transportes e armazenagem
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Governantes domésticos e encarregados de limpeza e de trabalhos domésticos	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Outros trabalhadores dos serviços pessoais	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	Actividades de saúde humana e acção social
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Pessoal dos serviços de protecção e segurança	Pessoal dos serviços de protecção e segurança	Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Cozinheiro	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Empregados de mesa e de bar	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	Auxiliares de educadores de infância e de professores	Educação
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de	Trabalhadores dos serviços pessoais	Assistentes de viagem,	Outras actividades de serviços

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
	Protecção e Segurança e Vendedores		cobradores e guias intérpretes	
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Cabeleireiros, esteticistas e similares	Outras actividades de serviços
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Vendedores	Vendedores ambulantes e em mercados	Outras actividades de serviços
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Vendedores	Vendedores em lojas	Outras actividades de serviços
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Vendedores	Outros trabalhadores relacionados com vendas	Outras actividades de serviços
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Governantes domésticos e encarregados de limpeza e de trabalhos domésticos	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Outros trabalhadores dos serviços pessoais	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	Actividades de saúde humana e acção social
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Pessoal dos serviços de protecção e segurança	Pessoal dos serviços de protecção e segurança	Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Cozinheiro	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos serviços pessoais	Empregados de mesa e de bar	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
5	Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	Auxiliares de educadores de infância e de professores	Educação
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas de mercado	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Trabalhadores qualificados da floresta, da pesca e caça, orientados para o mercado	Trabalhadores qualificados da floresta e similares	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Trabalhadores qualificados da floresta, da pesca e caça, orientados para o mercado	Trabalhadores qualificados da aquacultura, das pescas e caçador (inclui com armadilha)	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e colectores, de subsistência	Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e colectores, de subsistência	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas de mercado	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Trabalhadores qualificados da floresta, da pesca e caça, orientados para o mercado	Trabalhadores qualificados da floresta e similares	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
6	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	Trabalhadores qualificados da floresta, da pesca e caça, orientados para o mercado	Trabalhadores qualificados da aquacultura, das pescas e caçador (inclui com armadilha)	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	Construção
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Trabalhadores qualificados em acabamentos da construção e similares	Construção
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Pintores, limpadores de fachadas e similares	Construção
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	Forjadores, serralheiros mecânicos e similares	Indústrias transformadoras

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	Trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	Trabalhadores da impressão	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica	Instaladores e reparadores de equipamento eléctrico	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica	Instaladores e reparadores, de equipamentos electrónicos e de telecomunicações	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e de outras indústrias e artesanato	Trabalhadores qualificados da transformação de alimento	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e de outras indústrias e artesanato	Trabalhadores do tratamento da madeira, marceneiros e similares	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e de outras indústrias e artesanato	Trabalhadores da confecção de vestuário, curtidor de peles, sapateiros e similares	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e de outras indústrias e artesanato	Trabalhadores de outros ofícios	Indústrias transformadoras
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	Construção
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Trabalhadores qualificados em acabamentos da construção e similares	Construção
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricistas	Pintores, limpadores de fachadas e similares	Construção

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
7	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção e Artífices	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações, da extracção mineira e de processamento de minerais	Indústrias extractivas
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações de transformação e acabamento de metais	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações e máquinas, do fabrico de produtos químicos e fotográficos	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de máquinas para fabrico de produtos de borracha, plástico e papel	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de máquinas para fabrico de produtos têxteis, de peles com pêlo e couro	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de máquinas do fabrico de produtos alimentares e similares	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações para fabrico de papel e para o trabalho da madeira	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Outros operadores de instalações fixas e máquinas	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Trabalhadores da montagem	Trabalhadores da montagem	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	Maquinistas de locomotivas e similares	Transportes e armazenagem
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	Motoristas de automóveis ligeiros, de carrinhas e de motociclos	Transportes e armazenagem

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	Motoristas de veículos pesados e de autocarros	Transportes e armazenagem
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	Operadores de equipamentos móveis	Transportes e armazenagem
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações, da extracção mineira e de processamento de minerais	Indústrias extractivas
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações de transformação e acabamento de metais	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de instalações e máquinas, do fabrico de produtos químicos e fotográficos	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de máquinas para fabrico de produtos de borracha, plástico e papel	Indústrias transformadoras
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Operadores de instalações fixas e máquinas	Operadores de máquinas para fabrico de produtos têxteis, de peles com pêlo e couro	Indústrias transformadoras
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores de limpeza	Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
9	Trabalhadores Não Qualificados	Assistentes na preparação de refeições	Assistentes na preparação de refeições	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores de limpeza	Trabalhadores de limpeza de veículos, janelas, roupa e de outra limpeza manual	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	Trabalhadores da recuperação de resíduos	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	Outras profissões elementares	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria	Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva e construção	Indústrias extractivas

Grande Grupo		Subgrande Grupo	Subgrupo	Sector de Actividade Económica
		transformadora e transportes		
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	Trabalhadores não qualificados de apoio aos transportes e armazenagem	Indústrias extractivas
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	Indústrias transformadoras
9	Trabalhadores Não Qualificados	Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	Prestadores de serviços na rua	Outras actividades de serviços
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
9	Trabalhadores Não Qualificados	Trabalhadores de limpeza	Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)

Fonte: EY com base nos dados da Classificação Nacional de Profissões (2011)

Acrónimos

BM - Banco Mundial

BNA - Banco Nacional de Angola

CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento de Formação Profissional

EMT - Ensino Médio Técnico

ETFP - Ensino Técnico e a Formação Profissional

FMI - Fundo Monetário Internacional

FP – Formação Profissional

IFC - International Finance Corporation

INE - Instituto Nacional de Estatística

MAPTSS - Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social

MEP - Ministério da Economia e Planeamento

MINFIN - Ministério das Finanças

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho (OIT)

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PPP – Parcerias Público e Privadas

PRODESI - Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações

PROPRIV – Programa de Privatizações

RETFOP - Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional

SOAS - University of London – School of Oriental and African Studies

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TVET - Technical and Vocational Education and Training (Educação e Formação Técnico-Profissional)

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Ficha Técnica

Título

Estudo Especializado sobre do Mercado de Trabalho e
Actividades Económicas

Relatório Final

Promotor / Cliente

RETROP | Revitalização do Ensino Técnico e da Formação
Profissional de Angola

Autoria

EY-Parthenon

Supervisão

Miguel Cardoso Pinto

Coordenação

Diogo Martins
Patrícia Vicente

Equipa técnica

Helga Piçarra
Jessica Mourão
Maria Agostinho
Maristela Abreu
Sofia Ferreira
Tiago Marques

Painel de Especialistas

Hermano Rodrigues
Jorge Moreira
Marta Santos
Paulo Madruga

Fevereiro de 2020

EY | Assurance | Tax | Transactions | Advisory

About EY-Parthenon

EY-Parthenon professionals are global leaders in strategy consulting. EY-Parthenon teams are committed to bringing unconventional yet pragmatic thinking together with clients' smarts to deliver actionable strategies for real impact in today's complex business landscape. Innovation has become a necessary ingredient for sustained success. Critical to unlocking opportunities is the EY-Parthenon balance of strengths – specialized experience with broad executional capabilities – to help you optimize your portfolio of business, uncover industry insights to make investment decisions, find effective paths for strategic growth opportunities and make acquisitions more rewarding.

EY-Parthenon methodologies, along with a progressive spirit, can deliver intelligent services for clients, amplify the impact of strategies and make EY-Parthenon consultants the global advisors of choice for business leaders.

About EY

EY is a global leader in assurance, tax, transaction and advisory services. The insights and quality services we deliver help build trust and confidence in the capital markets and in economies the world over. We develop outstanding leaders who team to deliver on our promises to all of our stakeholders. In so doing, we play a critical role in building a better working world for our people, for our clients and for our communities.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. For more information about our organization, please visit ey.com.

© 2021 Ernst & Young, S.A.

All Rights Reserved.

parthenon.ey.com

ey.com/pt